UNIVERSIDADE POSITIVO
ALLAN GILBERTO PEREIRA BARCELOS

COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL - LAPA - PARANÁ: ASPECTOS TERRITORIAIS E AUTORRECONHECIMENTO.

Curitiba
2023

UNIVERSIDADE POSITIVO
ALLAN GILBERTO PEREIRA BARCELOS

COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL- LAPA - PARANÁ: ASPECTOS TERRITORIAIS E AUTORRECONHECIMENTO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Universidade Positivo.
Linha de Pesquisa: Planejamento, Conservação e Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Rivail Vanin de Andrade

Curitiba
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Universidade Positivo - Curitiba - PR

B242 Barcelos, Allan Gilberto Pereira.

Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa - Paraná : aspectos territoriais e autorreconhe-cimento / Allan Gilberto Pereira Barcelos. — Curitiba : Universi-
dade Positivo, 2023.
158 f. ; il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Positivo, Programa de
Pós-Graduação em Gestão Ambiental, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Rivail Vanin de Andrade.

1. Comunidades tradicionais. 2. Comunidades remanescentes de quilombolas. 3. Ocupação territorial. 4. Autorreconhecimento. 5. Identidade cultural. I. Andrade, Rivail Vanin de. II. Título.

CDU
304

Aos amores da minha vida, minha filha Ana Júlia,
você foi o combustível para a conclusão desta pesquisa,
que o mundo que lhe aguarda seja mais justo e feliz.
À minha esposa Josiane, obrigado por tudo que representa
e me auxiliou. Minhas fontes de inspiração.

“(...) As comunidades quilombolas começaram a ser mapeadas no estado do Paraná em 2005 pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Os números expressivos e as imagens significativas não foram suficientes para que o Estado acreditasse no que via. Como se comunidades inteiras com muitas famílias permanecessem “encantadas”. Encantada, no sentido popular e religioso, é estar invisível, como um espírito na floresta e na terra. Antes fosse. A invisibilidade não é só simbólica. Cem anos depois da escravidão, seus descendentes se mantêm invisíveis ao poder público e sem posse de suas terras. Ocuparam para existir. Resquícios de um Lei Áurea falha, que decretou liberdade sem reforma agrária, a rebote do que pregava André Rebouças, a grande voz abolicionista da época: sem direitos, a liberdade seria efêmera.(...)” (exposição Ante Ecos e Ocos. Museu Paranaense. 2022)

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar sem antes agradecer à comunidade estudada, que me possibilitou compreender as relações de uma comunidade remanescente quilombola. Neste período de visitas, agradeço sempre a acolhida do Geraldo, da Beatriz, da Sheila e da Glória. Obrigado Sr. Arlindo e família, lembrarei eternamente de um dia que cheguei na comunidade e vi um senhor sentado embaixo de uma árvore, aproveitando uma deliciosa sombra. Era ele, o senhor Arlindo, obrigado por me receberem sempre dispostos a esclarecer minhas dúvidas e questionamentos.

Obrigado Márcio. Em uma das minhas últimas visitas à comunidade, tive a oportunidade de compartilhar uma conversa verdadeira e que levarei para sempre. Avante, jamais desista de um objetivo.

Agradeço também à Capes que me proporcionou, com a bolsa, a oportunidade de realizar esta pesquisa.

Agradecer a Deus por me fortalecer nos momentos difíceis e me dar amparo quando pedi.

Existem algumas pessoas que entram em nossas vidas para mudar uma realidade, e aqui não foi diferente. Fui apresentado a um professor de arquitetura, embora ele sempre fale que é urbanista. Obrigado Rival, meu orientador, pelas lições de vida, de paternidade (e disso você entende), és pra mim um exemplo de genitor (poderia escrever pai, mas preferi escrever difícil aqui), tal como exemplo e professor. Quando iniciei com este mestrado meu sonho era ser professor, agora tenho certeza, pois você me inspirou mais ainda. Ah, claro, não poderia deixar de consignar os diversos puxões de orelha.

Ao professor Mario Sergio Michaliszyn, inspiração de pesquisador, amigo que eternamente levarei comigo. Obrigado pelas conversas, inspirações de vida e acolhimento sempre quando precisei.

Aos meus pais, Nilson e Claudete, que, em suas simplicidades, porém, com muita força, sempre me indicaram o caminho da educação como fator importante para a minha vida.

À minha amada esposa, Josiane Almeida, inspiração de mulher forte e determinada. Poder compartilhar a vida ao seu lado me torna uma pessoa melhor. Sua visão de mundo abriu-me horizontes que eu jamais sozinho poderia ver. Na reta final desta pesquisa, Deus me concedeu por seu intermédio a honra e a felicidade de ser pai. A Ana Júlia (aqui carinhosamente já chamo de Ana Juju), que logo chegará, tornará tudo mais lindo.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos de infância Adenilson, Luciano, Mauricio, Vitor e Leandro, este último tornou-se igualmente meu amigo de mestrado no PPGamb. Meu obrigado pelas risadas, corridas e momentos de descontração. São vocês meus irmãos de vida.

Agradeço à Dra. Carliane Carvalho, esposa do meu querido amigo Gabriel Pierozan, pelos conselhos e auxílios sempre quando precisei, inclusive apontamentos teóricos sobre os caminhos percorridos em uma pesquisa.

Meus colegas de PPGAmb, Adriana Rita Tremarin e Wellington Norberto, por compartilhar experiências de vida, de pesquisa e acima de tudo de uma verdadeira amizade. Obrigado Marlene e Fábio, as inserções em campo foram produtivas e ricas pelos seus conhecimentos e habilidades.

À minha colega Priscila Cazarin Braga, minha dupla de provas e trabalhos, obrigado pelas risadas e pelo auxílio de sempre.

Elaine Santa Maria, obrigado pelos cafés, bolos e conversas em meio às atribulações do dia.

Não poderia deixar de agradecer a todos os alunos da extensão universitária que me possibilitaram uma pesquisa com diversas óticas de suas formações.

PRÓLOGO

Colocar-se em lugar de fala é olhar para dentro de si, é considerar as condições mais internas que, provavelmente, dentro da correria do dia a dia deixamos de fazer.

Deixei para escrever este prólogo ao final da pesquisa e refletir sobre toda a construção que me trouxe até aqui.

Decidi em 2004 que efetivamente faria vestibular para Direito, embora tenha flertado com a Educação Física, pois é, áreas bem distintas.

Durante os estudos na Graduação, me apaixonei pelo Direito Penal, realizei minha monografia na área, me formei. Alegria dos meus pais e amigos.

E aí então fui advogar com escritório próprio, com a cara, coragem, uma mesa, um telefone/ fax (sim, aquela época ainda tinha fax). E hoje me questiono, por que decidi pela área criminal? Tantas outras sedutoras para um jovem advogado? Atuei por diversos anos na trincheira da defesa. E reflito o motivo lembrando das sábias palavras de Francesco Carnelutti, *"A essência, a dificuldade, a nobreza da advocacia é esta: sentar-se sobre o último degrau da escada, ao lado do acusado, quando todos o apontam. Postar-se ao lado do forte, sob as luzes dos holofotes, é cômodo."*

Foi isso, justamente isso, quando todos apontam para o acusado, está ali, o advogado para passar pelas agruras do processo.

Dito isso, advogado até os tempos atuais, e até onde Deus me permitir, estarei na defesa dos interesses daquele que precisa.

Porém, o que tem a relação do mestrado com a advocacia? Sim, quando fiz a prova da OAB/PR, lá no ano de 2009, prometi que se eu passasse ajudaria as pessoas a conquistar seus sonhos, da forma como eu conquistei o meu. Assim, decidi que seria professor. O ensino a educação muda a vida das pessoas, meus pais sempre me falaram isso. Portanto, o caminho para ser professor seria então o ingresso em um Programa de Pós Graduação - *Stricto Sensu*.

Como minha graduação em Direito foi na Universidade Positivo, quando ainda era chamada de Unicenp, procurei no ano de 2011/2012, o programa de mestrado, ocasião em que fui aceito naquele mesmo ano.

Estava ali o início da realização de um sonho, cursei as matérias obrigatórias e optativas, enfim, fiz todos os créditos em apenas um ano.

Parti então para o projeto de pesquisa - Educação Ambiental em Crimes Ambientais. Porém, na qualificação, em uma tormentosa banca, foi a malgrada interrupção. O sonho tinha parado por ali. Desisti, me frustrei, desisti daquilo.

Neste período conheci minha linda esposa Josiane Almeida, mulher forte, de fibra que me ensinou sobre racismo estrutural, a luta da mulher negra, as conquistas do povo negro diante de tantas condições sociais que tentataram apagar a existência do negro. Sim, é ela que me incentiva a refletir todos os dias sobre um mundo melhor.

Passado alguns anos, recebo a ligação do então coordenador do PPGAmb, meu eterno professor Mario, questionando se havia interesse no retorno ao programa. Lembro-me claramente deste dia, havia acabado de sair de uma reunião, afirmei que tinha interesse, pois este seria um elo não fechado em minha vida. Voltei, estou aqui, apresentando e defendendo o encerramento de um ciclo. Parece superficial, mas para mim, sim, tem um significado de redenção e de jamais desistir de seus sonhos e ambições.

A pesquisa me trouxe uma paixão, um amor, o conhecimento pelas Comunidades Remanescentes Quilombolas, em especial da Comunidade da Vila Esperança de Mariental/PR, onde pude presenciar o cotidiano de uma comunidade. Espero que esta pesquisa seja apenas o início para o fortalecimento da luta pelo território, pela conquista dos direitos aos povos remanescentes de quilombolas. Que este trabalho possa ressoar nos mais diversos cantos para contribuir positivamente.

A luta daqui em diante continua, decidi então neste ano de 2023 que faria parte da Comissão da Verdade da Escravização Negra da OAB/PR. Pude então, mesmo que ainda de maneira inicial, conhecer por uma ótica a luta contra a intolerância religiosa e demais outras lutas raciais.

Enfim, apresentar-se, falar de si, para si é uma reflexão difícil, mas com amor no que se faz; amor aos seus, tudo fica mais fácil.

Daqui em diante apenas, obrigado vida!

RESUMO

A Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental (CRQ-VEM) é protagonista nesta pesquisa à luz de uma abordagem a despeito da lacuna proeminente na literatura: a ausência de estudos aprofundados sobre a intersecção entre autorreconhecimento e ocupação territorial e a influência desses fatores na comunidade quilombola em questão. Assim, o objetivo é analisar a constituição, formação e uso atual do território da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança, Lapa/PR, e suas relações com a fragilidade da identidade étnico-cultural no processo de autorreconhecimento quilombola. A respectiva análise passará pela compreensão da importância da identidade e da correlata ocupação territorial dos indivíduos que compõem essa comunidade remanescente quilombola. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o trabalho procura entender como a história negra da região da Lapa foi invisibilizada, o que influenciou o apagamento da presença dos povos negros na região. Ademais, este estudo almeja responder à indagação central: Como a Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental, Lapa, Paraná, constituiu e utiliza seu território, e qual é o impacto dessa relação territorial na formação da identidade étnico-cultural e no processo de autorreconhecimento quilombola?". Assim, a pesquisa foi realizada com base em estudo de caso, notadamente com base em análise qualitativa, cuja metodologia adotada nesta dissertação envolveu uma revisão bibliográfica, análise documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas. Para garantir a robustez da pesquisa, empregou-se a triangulação de dados, combinando relatos da população da comunidade, perspectivas dos pesquisadores envolvidos e documentos históricos e legais relacionados ao território quilombola. Dessa forma, a metodologia não apenas buscou capturar a características da CRQ-VEM, mas também garantiu uma abordagem que incorpora múltiplos ângulos e fontes confiáveis, para, assim, contribuir para uma compreensão abrangente de sua história e relevância dentro do contexto das comunidades quilombolas no Brasil. Este estudo não apenas contribui substancialmente para o enriquecimento do conhecimento sobre comunidades quilombolas e sua conexão com a identidade e a história do Brasil, mas também se alinha com os objetivos estabelecidos na Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável. Em especial, o Objetivo 10 - Redução das Desigualdades, detalhado no item 10.2, assume destaque. Ao investigar as disparidades sociais, econômicas e territoriais que impactam as comunidades quilombolas, esta pesquisa aborda questões fundamentais de Equidade e Justiça. Ademais, o Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, representado pelo item 11.4, entra em cena. A análise de todo o contexto da CRQ-VEM, considerando os aspectos territoriais e de identidade, ofereceram uma visão esclarecedora da constituição e utilização do território, e relação consequente formação da identidade étnico-cultural.

Palavras chaves: Comunidades Tradicionais. Comunidades Remanescentes de Quilombolas. Ocupação Territorial. Autorreconhecimento. Identidade cultural.

ABSTRACT

The Quilombola Remnant Community Vila Esperança de Mariental (CRQ-VEM) is the protagonist in this research in light of an approach despite the prominent gap in the literature: the absence of in-depth studies on the intersection between self-recognition and territorial occupation and the influence of these factors on the community quilombola in question. Thus, the objective is to analyze the constitution, formation and current use of the territory of the Quilombola Remnant Community Vila Esperança, Lapa/PR, and its relations with the fragility of ethnic-cultural identity in the process of quilombola self-recognition. The respective analysis will involve understanding the importance of identity and the related territorial occupation of the individuals that make up this remaining quilombola community. Using an interdisciplinary approach, the work seeks to understand how the black history of the Lapa region was made invisible, which influenced the erasure of the presence of black people in the region. Furthermore, this study aims to answer the central question: How the Quilombola Remnant Community Vila Esperança de Mariental, Lapa, Paraná, constituted and uses its territory, and what is the impact of this territorial relationship on the formation of ethnic-cultural identity and the process of self-recognition quilombola?" Thus, the research was carried out based on a case study, notably based on qualitative analysis, whose methodology adopted in this dissertation involved a bibliographic review, documentary analysis, field observation and semi-structured interviews. To ensure the robustness of the research, data triangulation was used, combining reports from the community population, perspectives from the researchers involved and historical and legal documents related to the quilombola territory. In this way, the methodology not only sought to capture the characteristics of CRQ-VEM, but also ensured an approach that incorporates multiple angles and reliable sources, thus contributing to a comprehensive understanding of its history and relevance within the context of quilombola communities in Brazil. This study not only contributes substantially to the enrichment of knowledge about quilombola communities and their connection with the identity and history of Brazil, but also aligns with the objectives established in the UN 2030 Agenda for Sustainable Development. In particular, Objective 10 - Reducing Inequalities, detailed in item 10.2, stands out. By investigating the social, economic and territorial disparities that impact quilombola communities, this research addresses fundamental issues of Equity and Justice. Furthermore, Objective 11 - Sustainable Cities and Communities, represented by item 11.4, comes into play. The analysis of the entire context of CRQ-VEM, considering territorial and identity aspects, offered an enlightening view of the constitution and use of the territory, and the consequent formation of ethnic-cultural identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CEP – UP	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRQ	Comunidade Remanescente Quilombola
CRQ-VEM	Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GTCM	Grupo de Trabalho Clóvis Moura
IAT	Instituto Água e Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITR	Imposto Territorial Rural
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PPGamb	Programa de Pós Graduação em Gestão Ambiental
PR	Paraná
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SISNEP	Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resultados de pesquisa em bases de dados por termos pesquisados, em levantamento realizado em fevereiro/2023 25

Quadro 2: Trabalhos sobre as Comunidades Quilombolas da Lapa - PR 30

Quadro 3: Resultados de pesquisa de leis, portarias e decretos 54

Quadro 4: Unidades de Registro e bases conceituais 60

Quadro 5: Codificação de entrevistas profissionais 66

Quadro 6: Codificação de entrevistas moradores 66

Quadro 7: Codificação de moradores/famílias por área 67

Quadro 8: Faixa etária comunidade 81

Quadro 9: Faixa etária comunidade por área - área 1 81

Quadro 10: Faixa etária comunidade por área - área 2 81

Quadro 11: Divisão por sexo 82

Quadro 12: Divisão por renda 82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Paraná - Comunidades Remanescentes Quilombola da Lapa - PR 74

Figura 2: Imagem Área da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa - PR 75

Figura 3: Colheita de Batatas 83

Figura 4: Área 1 - divisão por famílias 90

Figura 5: Nova construção familiar da família 92

Figura 6: Área 2 - divisão por famílias 94

Figura 7: Área 1 97

Figura 8: Imagem de 2013 da área 1 da CRQ-VEM 101

Figura 9: Imagem de 2018 da área 1 da CRQ-VEM 102

Figura 10: Imagem de 2023 da área 1 da CRQ-VEM 102

Figura 11: Área 2 103

Figura 12: Área do início do acesso para a área 2 104

Figura 13: Área CRQ-VEM e imóvel próximo 106

Figura 14: Área CRQ-VEM e imóvel próximo 107

Figura 15: Imagem de 2013 da área 2 da CRQ-VEM 108

Figura 16: Imagem de 2018 da área 2 da CRQ-VEM 109

Figura 17: Imagem de 2023 da área 2 da CRQ-VEM 109

Figura 18: Mapa do recorte do Distrito de Mariental, Lapa/PR 110

Figura 19: Rua de acesso a área 1 111

Figura 20: Rua intermediária na área 1 112

Figura 21: foto de entorno na área 2 112

Figura 22: foto de entorno e casas na área 2 113

Figura 23: foto do acesso a área e as consequências da chuva 114

Figura 24: foto das canaletas de água provenientes das consequências da chuva 115

Figura 25: foto das condições de acesso na área 2 116

Figura 26: Mapa Declividades 117

Figura 27: Mapa Declividades - sobreposição 118

Figura 28: Mapa de áreas prioritárias de conservação do Município da Lapa/PR 119

Figura 29: Mapa Ambiental 120

Figura 30: Mapa de áreas de nascentes (50 metros) 121

Figura 31: Recorte do Mapa de áreas de nascentes (50 metros) 122

Figura 32: Área superior a área de lazer - plantio 123

Figura 33: Área de plantio - área 2 124

Figura 34: Área de plantio de Eucaliptos- área 2 125

Figura 35: Imagem da silvicultura de Eucaliptos 126

Figura 36: Árvores frutíferas 127

Figura 37: Infográfico das condições jurídicas das comunidades remanescentes 132

SUMÁRIO

PRÓLOGO

1 INTRODUÇÃO **18**

1.1 JUSTIFICATIVA 20

1.2 OBJETIVO GERAL 23

2. REVISÃO DE LITERATURA **24**

2.1 INVISIBILIDADE DO NEGRO NA MEMÓRIA PARANAENSE 31

2.1.1 A invisibilidade histórica da população negra na Lapa/PR 33

2.1.2 História da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental 38

2.2 COMUNIDADE E AUTORRECONHECIMENTO: UM OLHAR SOBRE O INDIVÍDUO 40

2.3 DO CONCEITO DE TERRITÓRIO E A SIMILITUDE COM TERRITÓRIO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS 47

2.3.1 Da semantização e conceituação de Comunidade Remanescente Quilombola 55

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **58**

3.1 TIPO DE PESQUISA 58

3.2 ETAPAS 61

3.3.1 Critérios de inclusão para entrevistas com moradores 64

3.3.2 Critério de exclusão para entrevistas com moradores 65

3.3.3 Critérios de inclusão para entrevistas profissionais 65

3.3.4 Considerações Éticas 65

3.4 DAS ENTREVISTAS, RELATOS E SUA CODIFICAÇÃO 65

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES **68**

4.1 DESCRIÇÃO DO PERCURSO DA PESQUISA E OS PRIMEIROS CONTATOS COM A COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL 68

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL, LAPA/PR. 72

4.2.1 Aspectos geográficos 72

4.1.2 Aspectos Históricos 76

4.2.3 Perfil socioeconômico 78

4.3 IDENTIDADE E AUTORRECONHECIMENTO 83

4.4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E LIDERANÇAS 88

4.5 ASPECTOS TERRITORIAIS COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DA VILA ESPERANÇA, LAPA/PR 96

4.5.1 Aspectos documentais e ocupacionais 96

4.5.2 Aspectos Territoriais Gerais da CRQ-VEM 109

4.5.2.1 Condições de acessibilidade da CRQ-VEM 112

4.5.3 Aspectos Territoriais Ambientais da CRQ-VEM 118

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 128

REFERÊNCIAS 134

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 141

APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ 143

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS 144

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS 145

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO 146

ANEXO I - CERTIDÃO DE AUTORRECONHECIMENTO 154

ANEXO II - TELEGRAMA RECEBIDO NA LAPA SOBRE LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS 155

ANEXO III - PARECER APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA 156

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, por meio de um estudo de caso, se destina a uma investigação aprofundada da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental (CRQ-VEM), localizada no município de Lapa, Paraná. A proposta deste estudo é compreender as complexidades da história, estrutura social e ocupação territorial dessa comunidade, centrando-se na compreensão da sua identidade, autorreconhecimento e interações com o ambiente circundante.

Inicialmente, na revisão de literatura, em seu capítulo 2.1, traz-se abordagem histórica da invisibilidade da memória negra no Paraná, para posteriormente ser abordada a construção doutrinária de anulação da história negra no município da Lapa/PR. Ato seguinte, este trabalho apresenta a história da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental.

Em seguida, no capítulo 2.2, estabeleceu-se a formação das comunidades em sentido amplo e a constituição das comunidades quilombolas, com um estudo sobre a ressemantização do conceito de quilombo.

Aborda-se, em continuidade, no capítulo 2.3, o conceito de território e a especificação conceitual e diversa de território quilombola. Neste item, o trabalho trata também da semântica atual de comunidade remanescente quilombola.

Passo seguinte, no capítulo 3, são expostos os procedimentos metodológicos da presente pesquisa, que consistiu em pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, com coleta de dados em campo por meio de observação direta e entrevistas semiestruturadas. Neste capítulo, apresentam-se o tipo de pesquisa e suas etapas.

No capítulo 4, abordam-se os resultados e discussões. Dividiu-se em: caracterização da CRQ-VEM, seus aspectos geográficos e históricos; perfil socioeconômico; identidade e autorreconhecimento; organização social e lideranças; ocupação territorial, incluindo aspectos legais; e relações com o meio ambiente.

Por fim, são trazidas as considerações finais, no capítulo 5.

Deste modo, serão delineadas as características primordiais da CRQ-VEM, englobando a sua origem, heranças culturais e aspectos socioeconômicos que a definem. Para além disso, serão minuciosamente analisadas as singularidades da Vila Esperança de Mariental, notadamente com relação aos aspectos territoriais.

Paralelamente, será executada uma contextualização da comunidade no cenário histórico e social do município. Aprofundar-se-á em elementos como o período da escravatura, a abolição e a subsequente urbanização, que marcaram a população afrodescendente da região, contribuindo para um apagamento gradual da sua narrativa e memória coletiva.

Além do mais, o cerne desta pesquisa reside na compreensão da autodeterminação/autorreconhecimento e a ocupação territorial, incluindo a utilização do solo, as interações com o meio ambiente e a influência das políticas públicas na gestão do território e dos recursos naturais.

Necessário se ter em mente, outrossim, que as comunidades quilombolas desempenham um papel crucial na história do Brasil, enriquecendo o país com sua herança cultural, suas lutas resilientes e suas contribuições significativas para a construção da identidade nacional.

Ao longo dos séculos, essas comunidades têm sido guardiãs de tradições ancestrais, resistindo à opressão e à marginalização, preservando um legado que destaca a diversidade e a complexidade da história brasileira. Sua resistência perante desafios históricos, incluindo a escravidão, a discriminação e a violência, ecoa como um testemunho inspirador de perseverança e determinação. Além disso, as comunidades remanescentes quilombolas continuam a desempenhar um papel vital na preservação e revitalização de tradições culturais únicas, que se manifestam em músicas, danças, religiões, saberes tradicionais e modos de vida que enriquecem a cultura brasileira. (BRASILEIRO, 2002).

A Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental (CRQ-VEM) encontra-se inserida nesse contexto emblemático das comunidades quilombolas brasileiras. Sua história é parte intrínseca da narrativa de resistência e superação que caracteriza essas comunidades. Ao mergulhar nas origens, na organização social e na ocupação territorial da CRQ-VEM, este estudo contribui não

apenas para a compreensão singular dessa comunidade, mas também para um panorama mais amplo das lutas e realizações das comunidades quilombolas no Brasil.

Ao destacar a experiência específica da CRQ-VEM, revelando suas práticas culturais e conexões com o ambiente circundante, esta pesquisa visa a preservar e celebrar o legado dessas comunidades, ao mesmo tempo em que amplia o entendimento coletivo sobre a riqueza e a importância das contribuições quilombolas para a diversidade cultural e histórica do país.

1.1 JUSTIFICATIVA

Segundo o GTCM (2010), A CRQ-VEM, localizada na região da Lapa, Paraná, é composta por pessoas que são descendentes de antigos escravizados e que se estabeleceram nessa região há várias gerações (GTCM, 2010).

A preservação do seu território é de extrema importância para a sobrevivência cultural, social e econômica dessa comunidade, bem como para a promoção do seu autorreconhecimento. (MATTOS; ABREU, 2011).

A par disso, como característica intrínseca às comunidades tradicionais, especialmente às comunidades de remanescentes de quilombolas, o território é um elemento fundamental e essencial em suas vidas, porquanto é o lugar onde as tradições culturais e as relações sociais são estabelecidas e mantidas de geração em geração.

Outrossim, a preservação do território permite a continuidade do modo de vida, especialmente com relação ao meio ambiente e a sua forma de estabelecer produção agrícola, pesca, coleta de frutos e plantas, atividades que são essenciais para muitas comunidades como forma de subsistência. Além disso, o território é essencialmente um espaço de memória e história, que guarda as tradições culturais e as formas de organização social da comunidade.

Todavia, a exploração agropecuária em larga escala e a exploração desenfreada dos recursos naturais e especulação imobiliária e fundiária tornam a

luta pela garantia do direito ao território uma questão central é necessária à preservação dos povos tradicionais, uma vez que a manutenção na terra é essência de justiça social e de resgate histórico.

Diz-se isso pois, durante séculos, as comunidades quilombolas foram vitimadas pela opressão e exploração da terra, tendo seus territórios invadidos e ocupados por fazendeiros e empresários. A conquista do direito ao território é, portanto, uma forma de reparação histórica e de valorização da cultura e da história dessas comunidades.

É de suma importância o estudo das formas de utilização do território quilombola e a sua relação entre o território e a construção da identidade e do autorreconhecimento. Busca-se, assim, contribuir para a valorização e a preservação dos vínculos comunitários e a sua história, bem como para o fortalecimento das lutas por justiça social e pela garantia do direito ao território das comunidades remanescentes quilombolas.

Já no campo acadêmico, a presente pesquisa abrirá diversas frentes de pesquisa no que concerne o autorreconhecimento e ocupação territorial da CRQ-VEM, porquanto aspectos norteadores da ocupação territorial, notadamente com o uso do solo e aspectos jurídicos trazidos, permitirão ao meio acadêmico conhecer sobre outra ótica a respectiva comunidade.

Ademais, conjuga-se a presente pesquisa com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU (Organização das Nações Unidas), especificamente a meta ***10.2*** “Até 2030, *empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.”* e com a meta **11.4** “*Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.”*

O conceito de comunidade quilombola está ligado à relação desse grupo com a terra, tradições, ancestralidade e cultura. A preservação desse patrimônio assegura o fortalecimento da capacidade autônoma do grupo, seu desenvolvimento econômico, etnodesenvolvimento e a garantia de seus direitos territoriais. Ademais, os povos de comunidades remanescentes quilombolas são tidos como os que mais

cuidam da terra. Desse modo, a proteção dessas comunidades por meio da titulação de suas terras significa a preservação da identidade nacional e também de importantes áreas de proteção ambiental, (SOUZA; PORFÍRIO, 2012).

O enquadramento quilombola dentro da temática ambiental se revela pela relação específica que as comunidades remanescentes quilombolas têm com o ambiente natural, quando as comparamos com a sociedade capitalista. (SILVESTRE; MOREIRA, 2011)

As terras de comunidades remanescentes quilombolas, antes denominadas comunidades negras rurais, têm proteção legal em legislação ambiental, a exemplo do Decreto Federal 5.758/2006, que institui o plano estratégico nacional de áreas protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.

Dentre os princípios do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, está o “respeito às especificidades e restrições das categorias de unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, das terras indígenas e das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Também dentro dos princípios do PNAP, observa-se a “articulação das ações de gestão das áreas protegidas, das terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos com as políticas públicas dos três níveis de governo e com os segmentos da sociedade”.

Reconhece-se, no supracitado Decreto, que assegurar os direitos relacionados a território aos remanescentes de quilombo significa conservar a biodiversidade. Essa afirmação encontra-se dentro das diretrizes do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: “assegurar os direitos territoriais das comunidades quilombolas e dos povos indígenas como instrumento para conservação de biodiversidade”.

Está igualmente previsto nas diretrizes o respeito ao conhecimento e aos direitos dos remanescentes de quilombos, assegurando-se o envolvimento desses povos na tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas: “assegurar o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas,

garantindo o respeito ao conhecimento e direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais".

Outro ponto que merece destaque é a condição dos remanescentes de quilombos como beneficiários da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída por meio da Lei 12.188/2010. Depreende-se, portanto, que os remanescentes de quilombos estão inseridos na lógica de desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, um dos princípios da PNATER.

Sabe-se, entretanto, que a educação ambiental, um dos compromissos da Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é fator primordial para o desenvolvimento sustentável dos povos remanescentes de quilombos. A educação ambiental, nesse cenário, concretiza-se a partir de saberes e fazeres, da valorização do patrimônio territorial natural, feita por moradores e lideranças, para promoção de uma gestão ambiental compartilhada (JACOBI, TRISTÃO, FRANCO, 2009)..

Assim sendo, atribui-se o questionamento de pesquisa "Como a Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental, Lapa, Paraná, constituiu e utiliza seu território, e qual é a relação territorial na formação da identidade étnico-cultural e no processo de autorreconhecimento quilombola?".

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a constituição, formação e uso atual do território da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança, Lapa/PR, e suas relações com a fragilidade da identidade étnico-cultural no processo de autorreconhecimento quilombola e o seu reflexo na constituição do vínculo comunitário.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Para a contemplação da presente pesquisa, em especial do objetivo e justificativa, buscou-se artigos com as palavras-chaves que possuem pertinência temática de comunidade quilombola e território, bem como o conceito de autorreconhecimento, cuja propedêutica igualmente fará parte do presente projeto.

No levantamento de referencial teórico realizado em três bases de dados, Capes, Scopus e Scielo, constatou-se que o conceito de comunidade possui grande recorrência, posto que as pesquisas guardam relevância em diversos desdobramentos e linhas de pesquisa.

Adiante, quando se refina a pesquisa para comunidades tradicionais, a relação de artigos demonstra diminuição acentuada de pesquisas neste contexto, tal como para comunidade quilombola.

Termos	Base de dados			Selecionados
-	Capes	Scopus	Scielo	-
Comunidades Tradicionais	3.906	1.083	188	2
Comunidades tradicionais *and* Quilombola	899	96	90	5
Comunidade Quilombola *and* território	188	3	15	4
Comunidade Quilombola *and* ocupação Territorial	3	0	1	1
Comunidade Quilombola *and* autorreconhecimento	2	0	1	0

Comunidade Quilombola *and* autorreconhecimento *and* ocupação Territorial	0	0	0	0
Ocupação Territorial	1.103	18	95	2
Autorreconhecimento	71	1	12	4
História da Lapa	134	1	6	4
História da Lapa *and* Comunidades Quilombolas	1	0	0	1
Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa - PR	1	0	0	1
Total	6.308	1.202	408	
Total		7.918		24

Quadro 1: Resultados de pesquisa em bases de dados por termos pesquisados, em levantamento realizado em fevereiro/2023.

Fonte: o autor

Para chegar no número obtido na tabela 1, acima, primeiramente foram selecionados artigos apenas em português, visto que a denominação comunidades remanescentes quilombolas, a exemplo do objeto de pesquisa, ressoa em uma semântica apenas na língua portuguesa.

Ademais, o termo ***comunidade*** isoladamente definiu uma gama bem extensa de artigos localizados, assim, realizou-se primeiramente a seleção de artigos de interação com o conceito posterior de comunidades tradicionais.

Com base nesta pesquisa, filtrou-se (MALCHER, 2009), (NETO; LIRA, 2016), traçando um panorama tanto amplo do conceito de comunidade quanto em conjugação com comunidades tradicionais.

Em especial destaque ao termo ***território***, e, após, especificamente, ***ocupação territorial***, sempre com enfoque nas questões de comunidades tradicionais - comunidade remanescentes de quilombolas, o filtro foi realizado para tais premissas, sendo que foi utilizado ao final (OLIVEIRA; DA SILVA. 2017); (SAQUET, 2005); (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO. 2002); NETO; LIRA. 2016), porquanto os autores triangularam as suas revisões sempre com enfoque nas comunidades quilombolas, o uso do território e sua ocupação territorial.

Em ***autorreconhecimento***, parte intrínseca do estudo de comunidades tradicionais, após leitura flutuante dos artigos encontrados nas bases de dados, selecionou-se artigos onde o autorreconhecimento estivesse ligado, assim, ao fator de comunidades remanescentes quilombolas, tal como em (NASCIMENTO, 2009); (VICENTINI, 2019); (SOUZA, 2021) e (SAHR; IEGELSKI, 2011).

Por outro lado, embora a cidade da Lapa/PR, onde se encontra localizada a CRQ-VEM, possua uma carga histórica de amplo estudo, quando se conjugou **história da Lapa** e **Comunidades Quilombolas**, constatou-se diminutas publicações, especificamente apenas uma - (NASCIMENTO, 2009).

Na condição de trabalhos já realizados com as comunidades remanescentes quilombolas da Lapa/PR, inicialmente o Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM, 2010) foi o precursor dos estudos voltados ao mapeamento das comunidades quilombolas no Paraná, constatando, na Lapa/PR, três comunidades quilombolas: Restinga, Feixo e Vila Esperança de Mariental.

Contudo, antes mesmo da conclusão dos trabalhos do GTCM, 2010, a pesquisadora Cláudia Bibas do Nascimento (NASCIMENTO, 2009), encetou pesquisa intitulada *“MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A PRESENÇA NEGRA NA LAPA – PARANÁ: HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA (SÉCULOS XIX E XX)”*, contribuindo de forma breve para o apontamento da existência das três comunidades remanescentes quilombolas na Lapa/PR.

Há igualmente a pesquisa intitulada Políticas públicas de esporte e lazer: em comunidades quilombolas no Paraná, de (LARA; PIMENTEL, 2014), com trabalho de traços etnográficos na comunidade do Feixo e da Vila Esperança de Mariental.

Outra pesquisa junto às Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa/PR, o tema “Esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas”, de Larissa Michelle de Lara (LARA, 2012), aponta a investigação do esporte e lazer nas referidas comunidades quilombolas, objetivando identificar carências e avaliar as condições para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas de esporte e lazer.

Foi localizada também a pesquisa de Luan Gustavo Rodrigues, intitulada “*Design* e práticas sustentáveis com grupo de mulheres sob vulnerabilidade socioeconômica e ambiental em comunidades remanescentes quilombolas da Lapa - PR”, do ano de 2018.

No ano de 2019, a pesquisadora Isabelle Soares Vicentini (VICENTINI, 2019), trabalhou em sua pesquisa de mestrado “A fotografia como ferramenta de sensibilização ambiental com mulheres das comunidades remanescentes quilombolas da Lapa - Paraná”. Em mesmo ano, os professores Mario Sergio Michaliszyn e Clarissa Bueno Wandscheer publicaram artigo a despeito de “Visita técnica como instrumento de ensino e aprendizagem no curso de Direito: Relato de experiência”, cuja condição foi viabilizar visita técnica na Comunidade Quilombola da Restinga, localizada no município da Lapa, Paraná. De respectiva visita, iniciou-se então o projeto “Direito pé na estrada: Levantamento histórico cultural das Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa - PR”.

Outra publicação sobre as Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa/PR, abordando a iconografia e circulações na Comunidade da Restinga, foi publicada no ano de 2018, de Adilar Antonio Cigolini e Marcirio da Silva, com o título “Comunidades remanescentes quilombolas: iconografias e circulações na comunidade da Restinga–Lapa-PR, Brasil.”

Ademais, em pesquisa realizada no ano de 2019, da pesquisadora Karin Cristina Siben Ribas, (RIBAS, 2019), realizou-se um levantamento intitulado “A

constituição de identidade quilombola: um olhar acerca da comunidade quilombola do município da Lapa-PR”

De todas as produções científicas produzidas referentes às Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa/PR, a que trata especificamente da CRQ-VEM é da pesquisadora Mirian Desplanches Mercado (MERCADO, 2017), cuja perspectiva é sobre o “Saneamento como ferramenta para a sustentabilidade da área quilombola da Vila Esperança - Lapa - PR”, demonstrando a parca produção bibliográfica sobre a respectiva comunidade remanescente quilombola.

Com a finalidade de sistematizar e compor as publicações sobre as comunidades remanescentes quilombolas das Lapa/PR, foi realizado um quadro exemplificativo, contendo os temas, autores, a comunidade ora pesquisada, bem como um breve resumo, cuja organização foi realizada por ano de publicação:

Tema	Autor/autores	Comunidades Estudadas na Lapa/PR	Ano publicação	Resumo
MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A PRESENÇA NEGRA NA LAPA – PARANÁ: HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA (SÉCULOS XIX E XX)	NASCIMENTO, Ribas Claudia	Restinga, Feixo e Vila Esperança de Mariental	2009	Realiza estudo histórico e arqueológico sobre a presença negra na cidade da Lapa, Paraná, articulando a respectiva presença com a existência das Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa/PR
Grupo de Trabalho Clóvis Moura	Governo do Paraná	Restinga, Feixo e Vila Esperança de Mariental	2010	Elabora um mapeamento das Comunidades Remanescentes Quilombolas do Paraná, com todas as suas características, abordando, assim, as comunidades da cidade da Lapa/PR
Esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas	LARA, Larissa Michelle	Restinga, Feixo e Vila Esperança de Mariental	2012	Investigação da influência do esporte e lazer em comunidades quilombolas no estado do Paraná com o objetivo de identificar carências e avaliar as condições es pecíficas para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas de esporte e lazer, em interlocução com outras esferas sociais. O mapeamento da realidade quilombola no Estado poderá servir de referencial para ações de intervenção que venham a considerar esporte e lazer como direitos constitucionais a serem

				materializados nessas localidades.
Políticas públicas de esporte e lazer: em comunidades quilombolas no Paraná	LARA, Larissa Michelle; PIMNETAL, Giuliano Gomes de Assis.	Feixo	2014	Políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná estabelece o diálogo com as comunidades quilombolas paranaenses Paiol de Telha, no município de Guarapuava; Feixo, na Lapa, Córrego do Franco, em Adrianópolis e Manoel Ciríaco dos Santos, em Guaíra-PR.
Saneamento como ferramenta para a sustentabilidade da área quilombola da Vila Esperança - Lapa - PR	MERCADO, Mirian Desplanches	Vila Esperança de Mariental	2017	Propõe um plano de ações voltadas ao saneamento como princípio da sustentabilidade para a Comunidade da Vila Esperança de Mariental. Para tanto, foi realizado um levantamento acerca do saneamento e das soluções que possam atender sistemas descentralizados, pautados na sustentabilidade e tendo a educação ambiental e a participação popular como estratégia de ação.
COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS: ICONOGRAFIAS E CIRCULAÇÕES NA COMUNIDADE DA RESTINGA – LAPA-PR, BRASIL	CIGOLINI, Adilar Antonio; DA SILVA, Marcirio.	Restinga	2018	O objetivo foi identificar tensões em relação à manutenção da cultura, que existem nesta comunidade, usando como base os conceitos de “iconografias” e “circulações”, desenvolvidos pelo geógrafo Jean Gottmann (1915–1994).
Design e práticas sustentáveis com grupo de mulheres sob vulnerabilidade socioeconômica e ambiental em comunidades remanescentes quilombolas da Lapa - PR	RODRIGUES, Luan Gustavo Rodrigues	Restinga, Feixo e Vila Esperança de Mariental	2018	Desenvolveu um plano de trabalho que integrasse o *design* e a sustentabilidade de forma que contribuísse para a autonomia de mulheres sob vulnerabilidade socioeconômica e ambiental e ampliasse sua qualidade de vida.

A fotografia como ferramenta de sensibilização ambiental com mulheres das comunidades remanescentes quilombolas da Lapa - Paraná	VICENTINI, Isabelle Soares Neri	Restinga, Feixo e Vila Esperança de Mariental	2019	Faz uma análise das condições de vida de mulheres das Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa (PR) e sua relação com o meio ambiente. Utilizou da sensibilização pela imagem (fotografia), enfatizando a importância da proteção e dos cuidados ambientais, bem como refletir sobre o papel da mulher nestes contextos e suas contribuições para minimizar problemas em suas comunidades.
Direito pé na estrada: Levantamento histórico cultural das comunidades Remanescentes quilombolas da Lapa - PR	MICHALISZYN, Mario Sergio	Restinga, Feixo e Vila Esperança de Mariental	2020	Faz um apanhado geral das questões fundiárias e legais das Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa/PR
VISITA TÉCNICA COMO UM INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CURSO DE DIREITO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	WANDSCHEER, Clarissa Bueno; MICHALISZYN, Mario Sergio	Restinga	2022	Em 2019 foi proposta Visita Técnica na Comunidade Quilombola da Restinga, localizada no município da Lapa, Paraná, para alunos do Curso de Direito da Universidade Positivo, com o objetivo de valorizar os elementos étnico-culturais, histórico-sociais da comunidade e cumprir com as exigências curriculares dos conteúdos transversais na educação superior brasileira. O relato dessa experiência (visita técnica) procura apresentar a evolução das metodologias utilizadas no ensino jurídico da Universidade Positivo, assim, como o aperfeiçoamento das atividades de extensão da IES

Quadro 2: trabalhos sobre as Comunidades Quilombolas da Lapa - PR

Fonte: o autor

Desta forma, em que pese o foco da dissertação de mestrado não seja o ineditismo do tema, buscar-se-á criar diálogos e produções a despeito do território e seu reconhecimento enquanto território quilombola, contribuindo, assim, com o

avanço de perspectivas e desdobramentos para o processo de regularização fundiária.

2.1 INVISIBILIDADE DO NEGRO NA MEMÓRIA PARANAENSE

O Paraná é conhecido por ser um Estado cuja construção foi realizada pelas mãos da força de trabalho da imigração europeia. Contudo, a história replicada ao longo dos anos, notadamente pelas linhas de diversos historiadores paranaenses, sempre ocultou ou apagou a presença negra na formação do progresso e expansão do trabalho paranaense.

O discurso presente em Viagem pela Comarca de Curitiba, de Auguste de Saint-Hilaire (SAINT-HILARE, 1995); História do Paraná, de Romário Martins (MARTINS, 1974); e Um Brasil Diferente, de Wilson Martins (MARTINS. W. 1989), mostra que o antepassado paranaense é tido pelo imigrante europeu, cuja condição é sempre central, como bem destacado por (CARVALHO, 2016). Após a emancipação do Estado do Paraná, o negro ganha visibilidade na constituição da população, visibilidade essa que paulatinamente se apaga (CARVALHO, 2016).

Embora se reconheça a presença negra neste momento histórico, a História caracterizou o negro/escravo de forma negativa e/ou pejorativa, desencadeando uma conceituação de extinção da raça devido à miscigenação (ideologia do branqueamento), em prol das características europeias dos imigrantes. (CARVALHO, 2016).

Ao fundamentar a presença negra no Paraná, o historiador Romário Martins (Martins,1995), descrevia-os de forma negativa:

> Fetichistas ao extremo, adoravam ídolos de grosseira confecção e até mesmo simples pedaços de osso, penas etc.
> (...)
> Como artistas foram detestáveis. Os seus trabalhos de pintura eram de uma infantilidade sem progresso, e a sua escultura era informe. Na música e na dança, porém, revelam gosto e aptidão.
> (...)
> Quase todas as tribos eram polígamas e a forma de casamento, a compra de esposas. Mas em algumas tribos já as mulheres iam conquistando certos direitos domésticos. (MARTINS, 1995, p. 153)

Dessa forma, o discurso histórico paranaense, paulatinamente, enaltecia características positivas dos imigrantes europeus e características negativas do povo negro, ora escravizado, o que futuramente foi sendo apagado em condição de uma alegada “miscigenação” do povo e da cultura paranaense (CARVALHO, 2016).

De forma capciosa, diga-se, autores paranaenses, notadamente Wilson Martins (1989), revelam a “irrelevância” da força de trabalho escrava na formação do Paraná: “a presença do imigrante, em primeiro lugar, e, depois, a ausência do português e a inexistência da escravatura, de tal forma que os dois últimos não chegaram a atuar como forças sociologicamente ponderáveis.” (MARTINS W., 1989, p. 05).

Sabe-se, que de uma forma ou de outra, a História, por razões ideológicas/sociais, buscou apagar a presença de negros/escravos na formação do Paraná, gerando reflexos até os tempos atuais, o que invisibilizou os negros e descendentes de escravizados no Estado.

O Movimento Paranista, advindo de um processo de emancipação do Paraná, em meados do século XIX, reforçou a influência do homem europeu, descrevendo-os sempre como heróis ou de papel de extrema relevância ao então processo emancipatório, com isso, ocultou-se, na História, a citação do negro. (CARVALHO, 2016).

A exemplo, em tese doutoral apresentada por Tatiane Valéria Rogério de Carvalho, na Universidade Federal do Paraná, no Programa de Pós-graduação em Letras, sob o título “O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: Memória e Esquecimento”, foi constatado que, na capital paranaense, a despeito da presença de escravizados no período imperial, há apenas 01 (um) único memorial construído - Praça Zumbi dos Palmares no Bairro Pinheirinho, enquanto há 24 (vinte e quatro) memoriais/parques alusivos à imigração europeia, 05 (cinco) em referência à imigração japonesa e 02 (dois) em comemoração à cultura/imigração árabe. (CARVALHO, 2016)

Ditos memoriais estão, em sua maioria, em bairros em torno do centro/norte da Capital, enquanto o único memorial à presença negra encontra-se ao sul da Capital.[1]

Ademais, como bem observado por Carvalho (2016), a referência enquanto memorial negro apenas e tão somente é comemorativo a um “líder negro do Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares, ou seja, esse lugar ressoa a memória de resistência dos escravos e não a memória da participação do negro na história e formação de Curitiba.” (CARVALHO, 2016, p. 150).

Outrossim, Carvalho (2016) demonstra alguns outros aspectos e pontos referenciais alusivos à presença negra/escravizados em Curitiba, sempre de alguma forma demonstrando aspectos históricos do período escravocrata. Todavia, o foco da presente pesquisa não é a demonstração de tais pontos, mas sim a invisibilidade na da história, cultura e presença negra no Paraná.

Tal condição presente na Capital paranaense reflete nas demais regiões do Estado, inclusive em relação à invisibilidade do negro na história.

2.1.1 A invisibilidade histórica da população negra na Lapa/PR

Inobstante na Lapa/PR a continuidade no uso da terra por escravizados quando da abolição da escravatura no Brasil ter se destacado da conceituação tradicional dos quilombos - tema que será tratado com maior rigor adiante -, é preciso mencionar que a prática de “ocultação” da história negra na Lapa/PR decorre de um processo civilizatório e exploratório pelos grandes latifundiários e descendentes de europeus (NASCIMENTO, 2009).

Houve historicamente grande invisibilidade da cultura negra no Paraná, especialmente pela ideia da necessidade de construção de um Paraná moderno. Nesse ideal não interessava o que havia ocorrido antes da imigração europeia,

[1] A Praça Zumbi dos Palmares foi inaugurada em 1991 e, em 2010, ganhou um portal de entrada, o Memorial Africano – um conjunto de pilares com as bandeiras e a localização de cada um dos países da África. Essa praça está localizada na região periférica (bairro Pinheirinho), fora da rota turística curitibana, logo sem visibilidade.(CARVALHO, 2016, p. 148)

porquanto as punições, fugas e capturas de negros não condiziam com a busca de um Paraná promissor. Por essa razão, a atuação de uma história de imigração europeia ganhou relevante estudo. (NASCIMENTO, 2009).

Não há que se falar da inexistência de negros escravizados na Lapa, Paraná. Martins (1974), ao realizar um levantamento histórico, Carlos Santos (1974), realizou um apanhando de 1861 a 1887, em que constou 189 (cento e oitenta e nove) escravizados, entre homens e mulheres.

Associado ao evidenciado por Martins (1974), o GTCM (2010) destacou a presença negra no Paraná desde a chegada dos bandeirantes no litoral paranaense, acompanhados de escravizados; como também o trabalho de escravizados nos campos gerais no plantio e colheita de erva-mate.

Embora parcas as referências no que diz respeito à presença negra na cidade da Lapa/PR, (PEREIRA, 2018; PRADO, 2000; SANTOS, 1974; VALLE, 1999), ainda é trazido de maneira breve ou ainda superficial a condição de escravizados na cidade.

Outro ponto sobre o qual é necessário tecer observações é o referencial teórico a despeito da história da colonização e origem do distrito de Mariental na Lapa/PR, onde Mueller (1998) constata o “esquecimento” da presença negra na localidade, especialmente a de escravizados. O autor faz apontamentos históricos e temporais de extrema amplitude, inclusive destacando o início da colonização no distrito de Mariental, contudo sempre apontando para uma colonização imigratória de russos, poloneses e ucranianos. (MUELLER, 1998).

Em do Valle (1999), exemplar bibliográfico que faz abordagem histórica das origens e formação da cidade lapeana, é mencionada a população no ano de 1806, quando a localidade era denominada como Vila Novo Príncipe, cujo número total de habitantes era 2.235 (dois mil, duzentos e trinta e cinco), dos quais 315 (trezentos e quinze) eram escravos, o que representava 14,1% do total da população. Faz-se referência, em dita obra, da presença de escravizados na Cidade, quando então conceitua a Congada, lembrando que “consiste numa manifestação folclórica que remonta ao final do século XVIII, com a participação, à época, dos escravos que lá viviam” (VALLE, 1999, p. 26).

Já no ano de 1854, a Vila registrava 7.290 (sete mil, duzentos e noventa) habitantes, sendo 2.301 (dois mil, trezentos e um) negros ou mulatos[2], perfazendo cerca de 30% da população. Paulatinamente, este número caira ao longo dos anos, porquanto o processo industrial na Europa ganha força (visando agora o capitalismo em detrimento de um sistema colonial e exploratório), empurrando as forças socioeconômicas para a substituição da mão-de-obra escrava por manufaturados. Outrossim, para o sistema europeu, o escravo não consumia bens e produtos e, consequentemente, não dava lucro ao sistema. (PRADO, 2000).

É sabido, todavia, que, infelizmente, o desenvolvimento econômico do país se deve em grande parte à escravização, tal como na cidade da Lapa, pois foi desse trabalho que decorreram as construções arquitetônicas da Cidade, que hoje fazem parte da história e memória local. Entretanto, os negros escravizados, de forma ou outra, sempre são esquecidos ou conceituados como “trabalhadores” anônimos. (PRADO, 2000).

Outro fator importante para a diminuição dos escravos na Cidade da Lapa, além, obviamente, da substituição de mão de obra escrava pela imigração europeia, cuja finalidade era promover o desenvolvimento nos meios de agricultura de café e gado, foi a visita do Imperador Dom Pedro II à cidade da Lapa no ano de 1880, quando, então, diversos escravizados foram alforriados. (PRADO, 2000); (BIGARELLA, 1997)

O movimento abolicionista já era realidade naquela época, tanto que, em pesquisa na Casa da Memória da Lapa/PR, obteve-se documento oficial informando a libertação dos escravos - documento constante em Anexo II. O respectivo documento, dentre outros presentes na história da Cidade, demonstra de maneira insofismável a presença de escravizados.

Em 14 de maio de 1888, a Cidade da Lapa recebe um telegrama com a seguinte informação: “Está sancionada a lei extinguindo a escravidão. Parabéns. Viva o Brazil livre! Viva o gabinete do Dr. Mario”, conforme Anexo II, cujo original foi consultado na Casa da Memória Lapa - Paraná (2023).

[2] O autor se referiu ao termo “mulatos”, entretanto, sabe-se que é um termo pejorativo, conforme (SILVA, 2018).

O processo de libertação dos escravizados foi uma realidade para aquele tempo, mas, por outro lado, não prestou qualquer auxílio ou condição material que permitisse aos libertos viverem dignamente. Desta forma, não raro, os escravizados libertos continuavam a residir nas fazendas em que eram explorados. Em Prado (2000), é possível constatar, inclusive, o exemplo de que:

> o Dr. Frederico Virmond, que através de documento testamentário deixou para antigos escravos um lote de terra, hoje localizado na Restinga; para que pudessem dar continuidade aos seus trabalhos de onde tirariam o sustento para sua sobrevivência. (PRADO, 2000, p. 53)

Outrossim, dá força e edifica a versão acima a biografia do Dr. Frederico Virmond, cuja passagem denota ser proprietário de terras, onde fundou o sítio de Santa Maria, conhecido pela produção de gado em larga escala. (GUIMARÃES, 2012)

Ainda que no passado tenha se tentado apagar, esquecer ou ocultar a presença negra no Paraná, por uma ambição de um estado moderno e promissor, (NASCIMENTO, 2009), o Grupo de Trabalho Clóvis Moura (CTGM, 2010) trouxe importante contribuição ao estudo do tema, cujo objetivo alcançou uma gama significativa de comunidades quilombolas no Paraná, especialmente na Lapa.

Ademais, como bem observado por Ribas 2019, o GTCM 2010 contribuiu com o enriquecimento cultural e o fortalecimento dos laços de ancestralidade de um povo esquecido no passado, em favorecimento da busca de uma suposta modernização do Estado no final do século XIX.

Na cidade da Lapa/PR, especialmente por ter participação em um contexto político, social e histórico, em destaque ao denominado “Cerco da Lapa”, as construções sempre foram lembradas por historiadores como homenagens aos políticos ou líderes da Revolução Federalista[3]. Ademais, impregnou-se na memória do povo um bem cultural que não era mais visto pela população como um simples

[3] “Entre janeiro e fevereiro de 1894, a Lapa resistiu durante 26 dias as tropas federalistas que tentavam chegar a capital da recém declarada República do Brasil. O famoso combate, chamado Cerco da Lapa, é um dos capítulos mais importantes da história nacional. A batalha deu ao Marechal Floriano Peixoto, chefe da república, tempo suficiente para reunir forças e deter as tropas federalistas. Os restos mortais do General Carneiro, assim como de muitos outros que tombaram durante a resistência, estão sepultados no Panteon dos Heróis. Em janeiro de 1894, registra-se a invasão do Paraná pelos revolucionários federalistas vindos do Rio Grande do Sul (...)”. (NASCIMENTO, 2009)

prédio ou residência, mas sim como um local que representava a memória da cidade e sua conquista histórica. (NASCIMENTO, 2009).

Nascimento (2009) contextualiza que, na produção historiográfica paranaense, é possível notar que as políticas de construção da memória sempre colocaram em primeiro plano a cultura branca e europeia, excluindo questões que remetiam à presença indígena e afrodescendente no Estado.

Embora não seja o objetivo deste trabalho aprofundar-se em aspectos históricos, é necessário frisar pouca referência histórica da presença negra na cidade da Lapa/PR.

A intenção ao se destacar a pobreza de referenciais históricos de menção à presença negra na Lapa/PR é demonstrar que, tanto historicamente quanto na atualidade, ainda se nega visibilidade aos afrodescendentes.

A invisibilidade da presença negra na Lapa/PR gerou reflexos na atualidade, inclusive nas Comunidades Quilombolas da Restinga, do Feixo e, posteriormente, da Vila Esperança.

Como anteriormente destacado, a formação da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança se deu pela expropriação de uma terra em troca de outra, sem qualquer higidez documental para tanto, colocando novamente o negro em situação de renegado ao seu pertencimento com a terra.

De certa maneira, a história de “branqueamento” de um povo em prol da necessidade de mostrar um viés emancipador e modernista ao Paraná, em reprodução de uma modelo dominante no Brasil, calcava-se, obviamente no pertencimento dominante da época de famílias exploradoras de mão de obra, como bem destacado por Pereira (2018).

Há registros, como destaca Pereira (2018), da utilização de mão de obra escrava tanto no trabalho rural como na criação de gado, assim como na construção da antiga Capela da Cidade, atualmente Igreja de São Benedito, e nos muros do cemitério municipal.

As diminutas construções de historiografias da presença negra no Paraná demonstram uma condição de afastamento e negação da identidade racial na construção de um Estado onde, como já dito, atribuiu-se ao crescimento a mão de obra de imigrantes europeus. (PAULA, 2008).

A invisibilidade histórica da população negra na Lapa/PR reflete diretamente na forma que os negros e especialmente os quilombolas são vistos pela população em geral. Em um estudo da Universidade Estadual de Maringá-PR, cujo objetivo era analisar as políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná (LARA; PIMENTEL. 2014), constatou-se que as crianças da Vila Esperança integrantes de um projeto esportivo sofriam de alguma forma estigma social e/ou racial, inclusive em evento de apresentações de manifestações culturais típicas de diferentes etnias. “O Centro da Mariental escolheu a etnia alemã e excluiu da apresentação os afrodescendentes frequentadores do projeto.” (LARA; PIMENTEL. 2014, p. 154).

Tal condição só reforça o estigma e o afastamento da cultura negra no contexto social do Município, como visto em diversos outros estudos historiográficos.

2.1.2 História da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental

Como se verá adiante, a respectiva comunidade enfrenta diversos desafios, como a preservação do território e a sua ancestralidade, o que somente lhes trará segurança com o reconhecimento legal de registro de terras.

Certo é afirmar que o respeito às garantias e direitos fundamentais de todo cidadão, especialmente aos grupos vulneráveis e das populações tradicionais, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Antes de adentrar no formato da ocupação territorial da CRQ Vila Esperança, é necessário conceituar território e a sua transformação no tempo e espaço, como também os diversos aspectos conceituais, históricos e antropológicos das comunidades tradicionais, especialmente Comunidades Quilombolas, bem como

contextualizar a origem da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança - Lapa e o seu atual desdobramento.

A CRQ Vila Esperança foi reconhecida em 14.11.2006, pela Fundação Cultural Palmares como Remanescente de Quilombos, por meio do processo 01420.002635/2006-67, cuja certidão consta da abertura do processo de Regularização de Território Quilombola junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob nº 54200.003043/2009-66 - ANEXO I.

A certificação e o início do processo de regularização territorial decorreram de um trabalho iniciado pelo Estado do Paraná no ano de 2005. Realizou-se minuciosa pesquisa sobre a questão fundiária no Estado, compondo, assim, um grupo de trabalho que visava ao estudo de levantamento de todas as comunidades remanescentes quilombolas, traçando, individualmente, a característica de cada comunidade. Trabalho concluído no ano de 2010, cujo título atribuiu-se: “Relatório Grupo de Trabalho Clóvis Moura - GTCM”.

O GTCM 2010 serviu de base para inúmeras discussões a respeito da questão fundiária no Paraná, em especial destaque ao expropriatório contexto que ocorreu, no passado, com os povos tradicionais.

A partir de então, o respectivo trabalho tornou-se um paradigma para o estudo e enfrentamento das mais diversas necessidades que os povos tradicionais possuíam, em destaque os remanescentes de quilombolas.

Em respectivo trabalho (GTCM, 2010), a Vila Esperança foi conceituada como formada por “descendentes de negros que foram escravizados em fazendas da região e que foram aceitos nas terras da comunidade do Feixo, mas posteriormente, foram expropriados de suas terras ancestrais”. (GTCM, 2010, p. 167).

O relatório ainda menciona que a origem da Vila Esperança decorreu de negociação com um fazendeiro local, cuja condição era permutar terras que os descendentes de escravizados possuíam na localidade do Feixo, por terras na Vila Esperança, com construção de casas de alvenaria contendo banheiros. (GTCM, 2010)

Todavia, após a realização da permuta, segundo relatos, não houve construção das mencionadas habitações, nem tampouco lhes foi entregue documentação do imóvel, o que hoje, denomina-se, segundo o GTCM 2010, terras de invasão. O relatório acrescenta que, desta permuta, os descendentes de escravizados não receberam qualquer quantia pelas terras deixadas no Feixo.

Além das evidências tratadas no respectivo Grupo de Trabalho (GTCM , 2010), o relato dos moradores demonstra a condição de promessa e substituição de terras[4], tal como em entrevistas realizadas com pesquisadores/profissionais que tiveram contato com a aludida comunidade.

2.2 COMUNIDADE E AUTORRECONHECIMENTO

Nota-se que o território para as comunidades tradicionais, em especial para as comunidades quilombolas possui correlação intrínseca com o autorreconhecimento. Este, além de ser próprio das comunidades quilombolas no que se relaciona com o uso do solo, passa pelo viés de vínculos comunitários, para que se possa construir uma análise da noção (ou não) de pertencimento enquanto quilombola dentro da própria comunidade.

Neste contexto, a identidade do indivíduo quilombola pode ser entendida sob diversos enfoques e dimensões, cujas construções teóricas e conceituais passam pela teoria sócio antropológica do olhar sobre o indivíduo e o espaço por ele ocupado.

Contudo, mesmo que se desenhe uma multi-concepção sobre o indivíduo quilombola, tal como a concepção cultural, identidade e etnicidade, tem-se em primeiro olhar a dimensão espacial/territorial e, por tal razão, essa será tratada com maior propriedade na presente pesquisa.

A formação dos quilombos não foi condição exclusiva de fuga ou constituída a partir de territórios de resistência. Os quilombos também possuem formações

[4] As entrevistas foram realizadas com os moradores que primeiro foram morar na Vila Esperança de Mariental ou seu familiar próximo.

realizadas a partir de doações de terras ou até mesmo, em algumas condições, da aquisição pelos próprios escravizados (LIRA, NETO, 2016).

Na cidade da Lapa/PR, existem atualmente 03 (três) comunidades remanescentes quilombolas, qual seja: Comunidade da Restinga, do Feixo e da Vila Esperança de Mariental, esta última sendo o desdobramento da comunidade do Feixo (GTCM, 2010).

No caso da Comunidade da Restinga, a origem se deu por libertação antes da Lei Áurea, pelos então escravizados na Fazenda Santa Amélia de Hipólito Alves de Araújo (ITCG, 2008).

Com relação à Comunidade do Feixo, a formação é decorrente de recebimento de terras por doação da família Braga, antes mesmo da abolição. Contudo, há relatos de que os escravizados, mesmo recebendo as terras por doação, continuaram a trabalhar para a referida família (GTCM, 2010).

Todavia, a constituição da Vila Esperança ocorreu de maneira diversa das comunidades vizinhas, porquanto, ao que se tem de relatos, trata-se de uma ocupação territorial tida por permuta entre espaço territorial originalmente recebida por doação aos ex-cativos com um proprietário de outras terras da região. (GTCM, 2010).

A ocorrência desta permuta colocou parte dos quilombolas pertencentes à Comunidade do Feixo em um local não originalmente por eles habitado, sob a promessa do recebimento de uma terra fértil e vindoura para a exploração de agricultura promissora. (MICHALISZYN, et al, 2020).

Ainda, em outros estudos igualmente realizados com enfoque no uso da terra pelos quilombolas da Vila Esperança, Lapa/PR, é possível afirmar a problemática da troca de terras. (RIBAS, 2019).

Atribui-se a este cenário forte influência das oligarquias dominantes do cenário político brasileiro, especialmente na formação do contexto político estadual, o que, de certa maneira, culminou com a perda da identidade dos povos tradicionais, especialmente as comunidades quilombolas. (PEREIRA, 2018).

Sobre esse tema, é imprescindível tecer considerações acerca do espírito comunitário e sua interação com o próprio meio, para assim, submeter à compreensão do próprio indivíduo e sua influência no espaço ocupado.

O conceito de comunidade, ainda que se faça de maneira singela neste contexto acadêmico, contém primeiramente a sensação de pertencimento a determinado contexto social ou até mesmo espacial, noutras palavras, é a comunidade que acolhe e interage, tornando-se um ambiente de sensação de proteção (BAUMAN, 2001).

Respectiva proteção é uma via de mão dupla, em que a lealdade e o compromisso fazem parte integrante desta relação (BAUMANN, 2001).

Ademais, Michaliszyn (2014), adere e corrobora com o entendimento de Baumann, (2001), na medida em que afirma ser o pertencimento ao grupo a busca da semelhança no outro, de maneira a provar a identidade (MICHALISZYN, 2014).

Ainda que respectiva sensação de segurança seja flexível e mutável com o tempo, não se pode afastar o entendimento de que a comunidade é o elo de proteção e garantia do indivíduo para com seus pares. O pertencimento, por consequência, torna o indivíduo fortalecido e pertencente dentro do seu vínculo comunitário.

A formação da identidade de um grupo específico ocorre quando há uma compreensão das suas particularidades, semelhanças e discrepâncias que delimitam esses indivíduos, assim como de suas interações internas e externas. Contudo, essas identidades estão sujeitas a transformações ao longo do tempo, à medida que diferentes grupos estabelecem conexões ao longo de diferentes períodos e locais (SOUZA, 2021).

Vale lembrar que sob outro prisma, a identidade pode ser considerada a partir destes sujeitos em coletivos, na medida em que como lembrado em Souza, (2021):

> a identidade apresenta-se como um elemento político e organizativo, podendo ser estrategicamente negada ou afirmada de acordo com a conjuntura social e política, na qual está inserida num dado momento histórico (BARTH, 2000, p 10).

Dessa maneira, a contemplação do conceito de identidade implica na análise da abordagem relacional, na construção das distinções que permeiam os conjuntos sociais, no processo de autenticação interna, notadamente com o território. Partindo desta premissa, e sob o enfoque destes elementos na formação da identidade das comunidades quilombolas, diz respeito à configuração das relações que tais grupos estabelecem com o território que habitam, possuindo, assim, uma relação direta com a sua ancestralidade, cultura e tradições (SOUZA, 2021).

Ademais, para além de um recorte de vínculo comunitário, as características comunitárias passam por três gêneros assim entendidos: a) parentesco; b) vizinhança; e c) amizade (TÖNNIES, 1973).

A caracterização do vínculo de parentesco, segundo Peruzzo, Volpato, (2009), relaciona-se intimamente por laços sanguíneos. Contudo, não necessariamente o espaço físico estaria limitado ao conceito comunitário do indivíduo, de modo que sempre estariam os membros da comunidade, indiferentemente do espaço, ligados por um laço, o parentesco.

Por outro lado, SCHMITT; TURATTI; CARVALHO (2002), mencionam que:

> parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a concepção de F.Barth (1976) de flexibilidade dos grupos étnicos e, sobretudo, a idéia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião. É o caso da identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 4)

Já com relação à vizinhança segue Peruzzo, Volpato (2009) conceituando, a partir de Tönnies (1973), a vizinhança “pela vida em comum entre pessoas próximas da qual nasce um sentimento mútuo de confiança, de favores etc.” (PERUZZO, VOLPATO, 2009, p. 142).

Por fim, o vínculo comunitário, a partir da amizade, permite sua compreensão por elementos extrafamiliares ou territoriais, por condições subjetivas, como modo de pensar, agir ou até mesmo de profissão. Neste aspecto, embora o conceito de comunidade possa ser pensado de forma singular, como visto, ganha contornos de diversas modalidades e desdobramentos das mais diversas condições (TÖNNIES, 1973).

Nesta condição, dentro da conceituação vínculo comunitário, pode-se estabelecer um estreitamento conceitual com as comunidades tradicionais, pois possuem como característica vinculação de parentesco/hereditariedade. Outrossim, as comunidades tradicionais têm como fonte basilar, porém não única, a íntima relação exercida com o meio ambiente. A respectiva relação possui características próprias transmitidas muitas vezes por familiares (DIEGUES, 1992).

Em sua grande maioria, senão quase em sua totalidade, os quilombos foram criados a partir de um período colonial em que a exploração de mão de obra era tida como predominantemente escrava, seja na mineração ou no plantio da cana de açúcar (MARQUESE, 2006).

Como resistência negra ao trabalho escravo, embora não apareça com frequência na história oficial, era cotidiano presenciar suicídios, rebeliões, saques, tentativas de fugas e formação de quilombos (SAHR; IEGELSKI, 2011), tal como Sahr e Iegelski (2011), citando Ynaê Lopes dos Santos:

> O quilombo - ‘sociedade guerra’ - [...] constituiu um estado negro dentro do estado escravista brasileiro. Significou uma acabada negação da forma de colonização do Brasil, resistência concreta à servidão, desejo incontestável de emancipação dos escravos e por seus próprios meios e, diferentemente do que sugere a história oficial, uma prova de que o negro jamais foi dócil à subjugação e sempre lutou para afirmar sua condição humana [...] (SAHR; IEGELSKI, 2011. p. 46)

A organização em quilombos, reconhecida hoje como organizações comunitárias, com proteção de espeque constitucional (artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[5]) foi criada a partir do período colonial brasileiro pelos africanos escravizados que buscavam melhores condições de vida, onde nos quilombos se estabeleceram e praticaram suas culturas (MICHALISZYN, 2014).

Ainda que pretensamente fosse a abordagem central da presente pesquisa, o conceito de quilombo ao passar dos anos ganhou diversas ressemantizações, a depender da abordagem e intenção dos pesquisadores (SAHR; IEGELSKI, 2011), e por tal maneira, não será posta em discussão neste momento.

Por outro lado, imprescindível é constatar que o termo "quilombo" desempenha um papel emblemático nas resistências e demandas históricas dos indivíduos negros, ao longo de toda a trajetória temporal. Nesse cenário, reflete-se a totalidade do processo histórico de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos. Contudo, mesmo inserido nesse contexto, não se isenta de embates com outros estratos sociais, uma vez que buscam a preservação das terras legadas por seus antepassados, as quais configuram a manifestação contínua de resistência diante das opressões históricas suportadas e das demais manifestações de interesses privados de exploração da terra (SALOMÃO; DE CASTRO, 2018).

Com o viés de compreender e sistematizar o autorreconhecimento e a ocupação territorial dos quilombos, far-se-á articulação do conceito quilombola com três grandes perspectivas: a) remanescentes; b) uso da terra em comum; e c) etnicidade (SAHR; IEGELSKI, 2011).

A condição de remanescentes, quando declarada expressamente no texto constitucional, buscou ampliar e abarcar não somente aqueles que possuiriam descendência com escravizados ou que por meio das reminiscências estivessem vinculados aos antepassados, mas também aqueles que pertencem às comunidades e organizações sociais dotadas de características quilombolas, tal como as relações familiares e territoriais (LÖWEN SAHR, 2011).

[5] Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

Outrossim, a ressemantização do conceito de quilombo ao uso comum da terra, segundo Carril (2006), denota não somente considerar o quilombo como lugar de fuga ou isolamento, mas sim amplia um olhar para as demais formas de ocupação pelos remanescentes de quilombolas, tais como as periferias e as favelas.

Essa condição forma um novo paradigma não somente na organização social do uso da terra, como também para o afastamento da identificação colonial de que as terras ocupadas por escravizados eram muitas vezes afastadas, de difícil acesso e destino de fugas. O estigma sobre essa condição de quilombo cai por terra ao ressemantizar o conceito, como ponderou Löwen Sahir (2011).

A Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança - PR, como já inicialmente conceituada e adiante será com relação ao uso da terra, faz parte desta nova ressemantização, porquanto trata-se de uso da terra em comum, cuja origem decorreu de trocas de terras, as quais foram recebidas pelos escravizados do proprietário da fazenda onde trabalhavam.

Costa (2016), ao descrever Arruti (2006), menciona que os processos descritos pelo autor têm origem na nova maneira de organização política dos quilombos no Brasil, conhecida como território étnico, um modelo concebido para coexistir com outros grupos étnicos, principalmente indígenas. Isso marcou o início de uma extensa jornada em busca do fortalecimento da identidade, da formalização das distinções étnicas e culturais em níveis local, regional e nacional.

A etnicidade como abordagem na ressemantização do quilombo é imprescindível para que estabeleça uma nova proposta de abordagem, especialmente frente ao estudo da ocupação territorial da CRQ Vila Esperança - Lapa/PR, pois a autodefinição possibilita que a comunidade estabeleça qual ou quais critérios de pertencimento de seus membros serão condições para a incorporação ou exclusão daqueles que são ou não quilombolas. A exemplo, elencam-se vínculos de parentesco, cultural, de utilização e fomento da cultura quilombola (LÖWEN SAHR, 2011).

Nestas perspectivas Arruti (2006) assim definiu:

> Ao lado do paradigma histórico e etnológico das terras de uso comum, o conceito de grupo étnico impõe uma definição de

> remanescentes de quilombos calcada em critérios subjetivos e contextuais, marcado pela ideia de contrastividade, por meio de qual um grupo percebe se e se define sempre pela oposição (no caso o conflito fundiário) a um outro. O conceito de grupo étnico surge, então, associado à ideia de uma afirmação de identidade (quilombola) que rapidamente desliza semanticamente para a adoção de auto-atribuição, seguindo o exemplo de tratamento legal dado à identidade indígena. (ARRUTI, 2006, p. 99)

Os elementos étnicos associados à construção de relações dentro do território representam o pertencimento e a condição de vida de seus integrantes. Assim, o uso da terra assegurado ao longo do tempo, a sensação de pertencimento e identificação coletiva e comum, tornam-se condições para que se estabeleça o requisito da etnicidade como elemento próprio das comunidades quilombolas (MALCHER, 2009).

De igual forma, ao registrar a memória de um povo e o seu compartilhamento ao longo do tempo pelos membros da comunidade, conferiu-se um *status* renovado à memória coletiva e àqueles que internamente são reconhecidos como os guardiões dessas histórias, sobretudo nas comunidades remanescentes de quilombolas (RIBEIRO, 2015).

Desta maneira, a condição étnica de cada grupo de acordo com a sua história define um campo de relações sociais e políticas individualmente, com características próprias da comunidade quilombola, não se podendo, sob pena de negar a etnicidade a determinado grupo, determinar exclusivamente um único aspecto étnico (LÖWEN SAHR, 2011).

Partindo-se dessa premissa, a CRQ Vila Esperança possui características étnicas próprias, como também são próprias a forma e uso do seu espaço territorial, como será adiante demonstrado.

2.3 DO CONCEITO DE TERRITÓRIO E A SIMILITUDE COM TERRITÓRIO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS.

O conceito de território pode ser visualizado por diversas áreas da ciência, tal como Geografia, História, Política, Sociologia, enfim, uma gama de perspectivas de análise de um mesmo conceito sob diferentes perspectivas.

O estudo sobre o território necessita de um olhar amplo e significativo, mormente SANTOS (2002b) intenciona realizar uma leitura múltipla do território, em que todos os significantes fazem parte do conjunto de fatores que o compõem.

A presente pesquisa será concentrada na análise do território e do indivíduo quilombola, passando por conceitos da Antropologia.

O território aqui entendido passará pela abordagem antropológica, ao passo que é a análise deste território imprescindivelmente passará pela análise da etnicidade, das tradições, enfim, todo o arcabouço que a antropologia contribui para o estudo de territórios quilombolas.

Inicialmente, não há como vincular como idênticos os conceitos de território e espaço. Território, como bem ressalvado por Santos (1985), é a definição histórica da análise de elementos variáveis, tal como condições econômicas, políticas e sociais (NETO; LIRA, 2016).

Já o espaço, como bem destacado por Neto e Lira (2016), parafraseando Milton Santos, é a variável de elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica. Desse modo, o espaço é mutável a depender da posição de um sistema de tempo e espaço, com base no contexto individual de cada sistema a ser analisado.

Quando se discute identidade e território quilombola, segundo Malcher (2006), existe uma junção entre a construção do território e identidade, porquanto, a identidade produz o território e o território produz a identidade, pois sempre, de alguma forma, as relações entre o indivíduo (identidade) são fruto da condição de saberes e conhecimentos com a terra (território) (MALCHER, 2006a); (SAQUET, 2005).

Vale lembrar que o processo de autorreconhecimento passa pela estrutura da identificação do indivíduo, posto que trata-se de elemento estruturante do processo de autorreconhecimento (CUNHA; ALBANO, 2017).

Como bem destacado por Sahr e Iegelski (2011), a “legislação oscila, neste momento, entre terras como propriedade e terras como âncora de identidade,

destacando uma espacialidade materialista e uma especialidade identitário-idealista" (LÖWEN SAHR; IEGELSKI, 2011, p. 59).

A relação do indivíduo quilombola com o território denota o culto, a relação intrínseca com a cultura e uso da terra, todavia, respectivo uso não se trata de uma dominação do ser sobre a terra, mas sim uma relação de completude (MALCHER, 2006a).

Para Oliveira e Silva (2017), o território consiste em uma análise de indivíduos quilombolas, a íntima relação destes com a terra, posto que a relação de pertencimento histórico e cultural sempre lhes remeterá ao território ocupado, seus limites e a forma de relação/uso.

A respectiva relação de pertencimento histórico e cultural sofre atualmente diversas pressões de interesse, em geral de grandes proprietários de terras, cuja característica essencial é tratar a terra apenas como mercadoria (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Nesse sentido, fica claro que o território representa o cenário no qual as identidades se manifestam, são experimentadas e desenvolvidas por meio das interações sociais que ocorrem entre diversos grupos ao longo do tempo. No contexto das comunidades quilombolas, a construção da identidade se baseia nas tradições, na ancestralidade e na utilização coletiva das terras, assim como nas particularidades que emergem das formas de produção. No decorrer da História, o território se configura a partir dos modos de vida e das relações que essas comunidades estabelecem com o espaço circundante. (SOUZA, 2021).

Nesta esteira, é inconcebível a dissociação entre territorialização e identidade quilombola. A aplicação do conceito território/identidade é fator preponderante na inclusão social de comunidades remanescentes (LÖWEN SAHR; IEGELSKI, 2011).

Outrossim, em razão destas premissas, diversas são as matrizes jurídicas de tutela e proteção das populações tradicionais, a exemplo da Convenção 169 da OIT

(Organização Internacional do Trabalho), como também do reconhecimento no artigo 68 da ADCT[6] e dos artigos 215[7] e 216[8] da Constituição Federal/88.

O conceito de território para uma comunidade quilombola encontra-se diametralmente oposto a uma abordagem de categoria espacial pelos viés de poder - aqui diga-se poder político, econômico, cultural, material e imaterial ou de ocupação por si só (OLIVEIRA; SILVA, 2017) -; o território, pois para uma comunidade tradicional, especialmente para remanescentes de quilombolas, transcende todas as respectivas condições de poder e passa a ser compreendida como representações e relações com o uso da terra, fonte inclusive de manifestações culturais e de próprio sustento (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Assim, o território quilombola transcende sua natureza estritamente territorial para se tornar a expressão simbólica e étnica que perdura desde os antepassados (DOS SANTOS; ROCHA, 2017).

Como já destacado anteriormente, a identidade confere legitimidade a um grupo dentro do seu território, de onde ele extrai seus recursos, sejam eles materiais ou simbólicos. Com isso, o território torna-se portador dos sinais, símbolos, objetos, elementos, paisagens, locais, tradições e formas de resistência que o acompanham (DOS SANTOS; ROCHA, 2017).

Com relação à aspectos práticos, o direito territorial das comunidades remanescentes quilombolas no Brasil possui como marco inicial a Constituição Federal de 1988, todavia, não em seu corpo normativo permanente, mas sim, posteriormente no Ato das Disposições Transitórias (ADCT), artigo 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras

[6] Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

[7] O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

[8] Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Todavia, a disposição constitucional não trazia qualquer composição no que tange à regularização do território quilombola.

Nesta condição, o Estado, em seu exercício de tutela dos interesses difusos e coletivos, em 2003 publicou o Decreto Federal 4.887/2003, cuja condição visava regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Porém, foi necessário analisar a perspectiva de noção de quilombo, originalmente imposta durante o período colonial como um termo legal para reprimir os escravizados em fuga, dando origem a novas interpretações à medida que evoluiu para uma categoria de reconhecimento dos indivíduos como titulares de direitos na atualidade (RIBEIRO, 2015).

Dessa forma, foram imprescindíveis a interpretação e deslocamento conceitual em relação às concepções tradicionais de quilombo como mera sobrevivência e reminiscência, a fim de compreender o que atualmente representam as comunidades que se autoidentificam como quilombolas e como construíram sua autonomia ao longo da história (RIBEIRO, 2015).

Portanto, a perspectiva antropológica passa a desempenhar um papel central e contrasta, por exemplo, com as restrições impostas pelo Decreto Federal 3.912 de 2001, editado sob a administração do então presidente Fernando Henrique Cardoso (RIBEIRO, 2018).

O revogado Decreto possuía um critério de que não se reconhecia a auto atribuição identitária pelos próprios grupos sociais, a fim de iniciar o processo de titulação, o que durante a sua vigência (2 anos) inviabilizou diversas titulações. E mais, o Decreto concentrava de forma exclusiva a competência da Fundação Cultural Palmares (FCP) para titulação de territórios quilombolas, o que limitava o direito territorial unicamente à dimensão cultural. Esta atribuição de competência à

FCP impossibilitava a efetivação da desapropriação fundiária necessária (RIBEIRO, 2015).

Com relação ao aspecto territorial, o Decreto contemplava apenas àqueles que comprovassem a ocupação das terras por quilombos em 1888, bem como que referidas terras ainda estivessem ocupadas por remanescentes quando da promulgação da Constituição Federal em 5.10.1988[9], ou seja, uma concentração arbitrária e dissociada do contexto antropológico, pois estabelecia-se um requisito temporal arbitrário, colocando a necessidade de comprovação de ocupação por cem anos para a aquisição do direito (MILANO, 2011).

Paulatinamente, ao longo dos anos, houve diversos marcos legislativos de reconhecimento de direitos de quilombolas, notadamente com relação ao reconhecimento de seus territórios. Todavia, em que pese o avanço após o reconhecimento dos povos quilombolas na Constituição Federal de 1988, ainda é imprescindível o fomento de políticas públicas voltadas ao respectivo povo.

Atualmente, a Instrução Normativa 57/2009 do Ministério de Desenvolvimento Agrário - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por uma razão de território/poder, estabelece, em seu artigo 9º, que os limites das terras da comunidade quilombola, no processo de reconhecimento e delimitação, serão realizados a partir das indicações da própria comunidade (BRASIL, 2009).

No quadro abaixo, com o fim de sistematizar as legislações de reconhecimento de direitos das comunidades quilombolas no Brasil, especialmente as que ao menos tangenciam com o território quilombola ou políticas públicas voltadas às comunidades remanescentes, constata-se:

[9] Art. 1o Compete à Fundação Cultural Palmares - FCP iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, somente pode ser reconhecida a propriedade sobre terras que:I - eram ocupadas por quilombos em 1888; e II - estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988.

Título	Instituição	Ementa/Artigo	Tipo
Constituição Federal/88	República Federativa do Brasil	art. 68 - ADCT reconhece o território quilombola, em seus art. 215 e 216 assegura o direito da preservação da cultura de comunidades étnicas.	Constituição Federal
Decreto 4886/2003	República Federativa do Brasil	Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências.	Decreto Federal
Decreto 4887/2003	República Federativa do Brasil	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Decreto Federal
Decreto 5758/2006	República Federativa do Brasil	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.	Decreto Federal
Decreto 6262/2007	República Federativa do Brasil	Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. **(revogado pelo decreto 11447/2023)**	Decreto Federal
Portaria 98/2007	Fundação Cultural Palmares	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares.	Portaria
Instrução Normativa 57/2009	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.	Instrução Normativa
Lei 12.288/2010	República Federativa do Brasil	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.	Lei Federal

Portaria Interministerial 507/2011	República Federativa do Brasil	Portaria Interministerial Nº 507, de 24 de novembro de 2011. Estabelece para os devidos fins que deve haver a comprovação da área ocupada por remanescentes quilombolas para que sejam executados convênios com órgãos e entidades do governo federal, inclusive para a realização de obras de melhorias nas comunidades, que serão realizadas por contratos de repasse, de prestação de serviço, de convênios e de pregões mediante ao projeto definido, serão benificiários as comunidades tituladas e as que estão em processo de titulação já certificadas com o processo aberto no INCRA. (REVOGADA PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 424, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016)	Portaria
Resolução 8/2012	Ministério da Educação	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica	Resolução ministerial
Lei 13043/2014	República Federativa do Brasil	Sanciona a isenção da taxa de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para as comunidades quilombolas, perdoando as dívidas das terras art. 3o - A, dispõe que os imóveis rurais reconhecidos oficialmente como áreas ocupadas por remanescentes quilombolas, que estejam ocupando de forma direta e explorando-a, coletivamente ou individualmente, pelos membros dessas comunidades, estão isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.	Lei Federal
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 424/2016	República Federativa do Brasil	Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 424, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016	Portaria

Decreto 1144/2023	República Federativa do Brasil	Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor.	Decreto Federal

Quadro 3: Resultados de pesquisa de leis, portarias e decretos - Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/>. Acesso em: 20/08/2023. Organização: o Autor.

Nota-se que, a partir do texto constitucional, os direitos dos remanescentes de quilombolas ganharam expressiva atenção do Estado, em especial ao uso da terra, sua regularização, bem como políticas públicas, com a finalidade de assegurar à respectiva população a efetivação dos seus direitos.

2.3.1 Da semantização e conceituação de Comunidade Remanescente Quilombola

Antes de falar em políticas públicas e seus desdobramentos, em especial para as comunidades quilombolas, é necessário entender o contexto social, político e jurídico da contemplação dos interesses dos quilombolas.

Pensar na atualidade sobre quilombos e quilombolas implica em reconsiderar a sua estrutura histórica e social, pois hoje adquirem formas renovadas de representação social e geográfica, que se distinguem consideravelmente da definição histórica (COSTA, 2016).

Assim, essa nova interpretação, aborda o “ressurgimento” dos quilombolas, ao passo que na história recente essas comunidades étnicas estiveram à margem da sociedade. No entanto, essa “invisibilidade” não resultou no desaparecimento das comunidades remanescentes quilombolas, muito ao revés, elas persistiram, mantendo sua cultura viva, apesar dos efeitos duradouros de exclusão social legados pelo sistema escravagista na sociedade brasileira (COSTA, 2016).

Todavia, em que pese a marca desta “invisibilidade” ainda persista, pode-se afirmar que as comunidades remanescentes quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história e se tornarem “visíveis” diante de uma sociedade que ainda coloca relações de poder e opressão ao povo negro. Assim, diante desse cenário social, os remanescentes de quilombolas estabelecem uma

conexão com o território, transformando-o em um local carregado de simbolismos ligados à resistência cultural (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO. 2002).

Partindo desta premissa, como parte da renovação da forma de conceituar quilombo, a Assembleia Constituinte de 1988 trouxe em seu processo de formação a previsão das comunidades quilombolas como texto constitucional - artigo 68 da ADCT.

Como lembra Da Silva (2018), a instalação da assembleia nacional constituinte para a elaboração da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 iniciou em 1° de fevereiro de 1987. Assim, após a divisão das comissões temáticas, com suas subdivisões, “a construção da política relativa ao negro se deu na Comissão da Ordem Social, localizando-se mais especificamente na Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias” (DA SILVA, 2018).

Vale considerar que todo o processo legislativo necessitou de diversos ajustes, discussões sobre o tema quilombola, como bem observa-se:

> Dois meses após a instalação da Assembleia Nacional Constituinte já houve a discussão sobre o tema quilombola, com as propostas do Centro de Estudos Afro-brasileiros (Sugestão n° 2.886, publicada no Diário Oficial de 09 de maio de 1987) e também de Benedita da Silva (Sugestão n° 9.015, publicada no Diário Oficial de 29 de maio de 1987). No anteprojeto do relator da Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias, o tema quilombola foi tratado no artigo 7°, com a redação: “O Estado garantirá o título de propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes dos Quilombos”. E esta redação seguiu sem alteração para análise da Comissão da Ordem Social. Ao chegar à comissão, teve um substitutivo do relator, modificando o seu texto para: “fica declarada a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes dos quilombos, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Posteriormente, foi acrescentado ao final desta redação o seguinte: “Ficam tombadas essas terras bem como todos os documentos referentes à história dos quilombos no Brasil”. Logo após, a Comissão de Sistematização, a quem coube sistematizar os dispositivos aprovados pelas Comissões Temáticas, elaborou o projeto de constituição e o artigo sobre quilombolas ficou no possível artigo 490 do esboço de Constituição Federal. Este foi o momento em que o projeto de artigo sobre quilombola foi mais atacado. Nesta ocasião, os contrários ao artigo 490 alegaram, por exemplo, que caso fosse aprovado este artigo, seria a criação de um apartheid no ordenamento brasileiro, ou seja, seria discriminatório (projeto

> apresentado pelo parlamentar Eliel Rodrigues do estado do Pará). Mas, após essas discussões, a comissão, certamente também influenciada pelo centenário da abolição no Brasil, resolveu acatar o dispositivo relativo ao direito de propriedade dos quilombolas, porém o deslocando para o ADCT, e foi retirada a parte relacionada ao tombamento para o corpo constitucional. Surgindo, assim, o artigo 68 do ADCT com o seguinte texto: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (DA SILVA, 2018, p. 120-121).

Veja-se, conceitualmente, ao campo das ADCT, a bem da verdade, caberão normas cuja eficácia se esgotou após a sua implementação (ou seja, aquelas que já alcançaram os resultados pretendidos), como as normas destinadas a facilitar a transição entre a Constituição de 1967 e a de 1988 (DA SILVA, 2018).

Infelizmente, sabe-se que o dilema sobre integrar ou não ao texto constitucional surgiu principalmente devido à predominância da interpretação do quilombo baseada no exemplo do Quilombo de Palmares, visto como uma comunidade guerreira formada pelo isolamento e autossuficiência. Era ainda prematuro e de difícil concepção à época (1988), entender a necessidade de regularização fundiária com base nesse conceito, pois o legislador entendia que apenas restavam poucas comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, o que não necessitaria manter no corpo constitucional permanente logo após ser resolvido o problema fundiário dos quilombolas. Foi essencial reavaliar a própria definição de quilombo para, posteriormente, reconhecê-lo como um modelo inspirador para os movimentos sociais modernos (LEITE, 2000); (FIABANI, 2008).

Isso drasticamente reafirma a lógica de opressão que o povo negro sofre(u) ao longo dos anos.

Veja-se que somente em 2003, ou seja, 05 anos após a promulgação do texto constitucional é que uma legislação, publicada sob a condição de Decreto (4.886/2003), institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR. Ademais, editou-se o Decreto 4.887/2003[10], que regulamenta o procedimento para

[10] O Decreto foi apontado como inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3239/04, datada de junho de 2004, proposta pelo partido Democratas (DEM), com base em dois principais fundamentos. O primeiro fundamento principal foi que o decreto se vale da ideia de ancestralidade ou hereditariedade, estendendo indevidamente o texto constitucional, que traz a expressão "remanescente" e, assim, somente poderia estar na condição de remanescente quilombola se, na data da entrada em vigor da Constituição, houvesse no território alguém que remanescesse do período da escravidão que, mediante uma fuga, tivesse

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Referido Decreto 4.887/2003 estabelece a auto-atribuição como condição para definir remanescentes das comunidades dos quilombos.

Deste marco em diante, diversas outras legislações promovem ações afirmativas e condições de diminuição da desigualdade social, promovendo condições de inserção social digna ao povo negro, porquanto, a política pública em linhas gerais, é um instrumento para atender às necessidades de grupos específicos que, devido a várias razões, são percebidos como em desvantagem, visando alcançar uma igualdade e equidade entre os membros de uma comunidade (BRAGA; PEDROSA. 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo se constituirá em pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, com coleta de dados em campo por meio de observação direta e entrevistas semiestruturadas.

O estudo de caso constitui-se em um tipo de pesquisa que possui abordagem com a utilização de dados qualitativos obtidos de eventos ou análise de uma determinada aplicação prática do mundo real, com o objetivo de elucidar fenômenos a partir de um contexto prático.

---

ocupado o imóvel e se aquilombado. O segundo fundamento principal consiste no prejuízo da auto-atribuição, em uma “autossugestão”, com a possibilidade de um aproveitamento indevido de pessoas que não são efetivamente os destinatários do direito de propriedade. Estaria sendo criada, de acordo com a petição inicial do partido, “uma reforma agrária sui generis”. Em voto vencedor, a Ministra Rosa Weber pontuou que “Assumindo-se a boa-fé, a ninguém se pode recusar a identidade a si mesmo atribuída – e para a má-fé o direito dispõe de remédios apropriados. Logo, em princípio, ao sujeito que se afirma quilombola ou mocambeiro não se pode negar o direito de assim fazê-lo sem correr o risco de ofender a própria dignidade humana daquele que o faz”. A Ministra, ainda, apontou a necessidade de cumulação dos critérios trazidos no Decreto com os do texto constitucional. Além da auto atribuição, necessária a ocupação continuada do espaço ainda existente em 05 de outubro de 1988. Por maioria, o Decreto foi julgado constitucional em 08/02/2018.

Para a construção do referencial de literatura, foi realizada a análise bibliométrica. Para tanto, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: ocupação territorial; identidade; autorreconhecimento; aspectos legais; relações sociais e comunitárias, as quais também constituir-se-ão como categorias (Unidades de Registro) de coleta e análise dos dados obtidos em campo e em pesquisa documental.

De posse da mencionada revisão, foi realizado levantamento documental, por meio do qual foram analisadas matrículas de registro de imóveis, georreferenciamentos (mapas), fotos e demais documentos que demonstrem a relação dos indivíduos da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR e a ocupação territorial. Para tanto, foram consultadas fontes documentais de uso público de instituições públicas, tais como: INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária; IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e IAT - Instituto Água e Terra.

Por essa razão, também foram analisados dados quali-quantitativos já produzidos em literaturas e referenciais teóricos publicados a respeito do tema e da Comunidade ora estudada. Desta forma, utilizando-se das Unidades de Registro anteriormente selecionadas, foram construídas as bases conceituais, com as quais os dados obtidos em documento, entrevistas e observação receberam tratamento.

A análise dos dados obtidos, tanto em bibliografia quanto em documentos, será referência teórico-metodológica a análise de conteúdo proposta por L. Bardin (1977). A seguir, apresenta-se o Quadro 1 contendo as Unidades de Registro e suas respectivas bases conceituais adotadas.

Unidades de Registro	Base teórico-conceitual
Ocupação Territorial	As comunidades remanescentes quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de

	sua própria história e se tornarem “visíveis” diante de uma sociedade que ainda coloca relações de poder e opressão ao povo negro. Assim, diante desse cenário social, os remanescentes de quilombolas estabelecem uma conexão com o território, transformando-o em um local carregado de simbolismos ligados à resistência cultural (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO. 2002).
Identidade e território	Quando se discute identidade e território quilombola, segundo Malcher (2006), existe uma junção entre a construção do território e identidade, porquanto, a identidade produz o território e o território produz a identidade, pois sempre, de alguma forma, as relações entre o indivíduo (identidade) são fruto da condição de saberes e conhecimentos com a terra (território) (MALCHER, 2006a); (SAQUET, 2005)
Autorreconhecimento	Com o viés de compreender e sistematizar o autorreconhecimento e a ocupação territorial dos quilombos, far-se-á articulação do conceito quilombola com três grandes perspectivas: a) remanescentes; b) uso da terra em comum; e c) etnicidade (SAHR; IEGELSKI, 2011)
Aspectos legais	Questões relacionadas à posse, uso, direitos e conflitos eventualmente existentes na terra, Convenção 169 da OIT (Organização

	Internacional do Trabalho), como também do reconhecimento no artigo 68 da ADCT e dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal/88
Relações sociais e comunitárias	Características comunitárias passam por três gêneros assim entendidos: a) parentesco; b) vizinhança; e c) amizade. (TÖNNIES, 1973).

Quadro 4: Unidades de Registro e bases conceituais.

Organização: o Autor.

Os dados oriundos da observação foram registrados em diário de campo do pesquisador.

De igual forma, visando a concepções de ponto de vistas distintos, entende-se que haverá triangulação de dados, (GLASER; STRAUSS, 1967), cuja condição irá contrapor relatos dos moradores da CRQ-VEM, relatos de pesquisadores que já atuaram junto à CRQ-VEM, levantamento de documentos históricos e jurídicos e, ao final, observação de campo.

3.2 ETAPAS

Para a presente pesquisa, foi realizada a divisão em etapas e tem como pilar metodológico para o tratamento e interpretação dos dados coletados a análise de conteúdo proposta por L. Bardin (1977). Entende-se por esta abordagem, pois se destaca por sua flexibilidade e rigor, permitindo, desta forma, uma exploração profunda dos textos e discursos obtidos.

Com relação ao referencial teórico, inicialmente as etapas possuirão estrutura analítica de leitura, com o foco de uma pré-análise (leitura flutuante, escolha de documentos/arquivos e preparação do material), com categorização, bem como a

exploração do material pesquisado com o consequente tratamento dos resultados e interpretações.

Ultrapassada a respectiva análise de conteúdo de referencial teórico, a pesquisa decorreu para a coleta de dados em campo, por meio de observação direta, fazendo uso de roteiro prévio de observação - Apêndice C - Roteiro de Entrevistas.

Nesta observação direta, foram realizadas visitas ao local para observação, permitindo uma compreensão do ambiente físico, das interações sociais e das práticas culturais da comunidade.

A partir dos resultados da observação direta, foi realizada a aplicação de questionários - Apêndice E - Questionários, e, a partir do refinamento destas informações, foram igualmente realizadas entrevistas semiestruturadas.

O questionário aplicado foi fruto da parceria entre a extensão institucional da Universidade Positivo e o Programa de Pós-graduação em Gestão Ambiental da mesma universidade, com a presença de estudantes de graduação, juntamente com 1 (um) aluno do Mestrado, ora este pesquisador, e 2 (dois) do Doutorado do Programa de Pós Graduação em Gestão Ambiental da Universidade Positivo. O respectivo grupo realizou levantamento que consistiu na aplicação de questionário socioeconômico com as famílias residentes na CRQ-VEM. Em seguida, os dados receberam tratamento estatístico por dois discentes do PPGAmb, dos quais, este pesquisador foi um dos responsáveis. O material em questão foi então disponibilizado pelo Grupo de Estudos com Populações Tradicionais do PPGAmb para alimentar estudos e pesquisas sobre a Comunidade Remanescente Quilombola da Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR.

Cabe frisar que a elaboração do questionário foi realizada também por este pesquisador, contribuindo inclusive na aplicação e posterior tratamento de dados.

Atendendo às recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo - CEP - UP, no qual o projeto obteve aprovação, conforme parecer número 6.020.856 (Anexo III), a aplicação dos questionários e entrevistas

foram antecedidas pelo preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido e da assinatura do termo de autorização para o uso de imagem e voz - Apêndice A e Apêndice B.

O questionário está identificado como Apêndice E e os Roteiros de entrevistas como Apêndice C e D, respectivamente.

As entrevistas foram gravadas, mediante a autorização prévia dos entrevistados. Com autorização para a gravação, os dados foram posteriormente transcritos e a transcrição foi devolvida para o entrevistado, que autorizou o seu uso do texto para a pesquisa.

Após a transcrição e a respectiva autorização, as gravações em áudio foram apagadas e a identidade do entrevistado será mantida em sigilo, adotando-se uma codificação específica para cada participante (Siglas), com o fim de mapeamento dos territórios e suas relações com vínculos familiares.

No que toca à codificação de dados, serão estabelecidas duas etapas, a saber: a) codificação inicial e b) codificação axial.

Realizadas as entrevistas e as respectivas transcrições como acima anotado, bem como a coleta de dados documentais, será realizada a codificação inicial para que se identifique trechos de texto que se alinham com as categorias estabelecidas inicialmente.

Ato contínuo, o estudo passará para a fase de codificação axial, fase em que os dados serão codificados a fim de identificar relações entre as categorias, subcategorias e temas emergentes, que eventualmente apareceram.

Todavia, tais resultados foram validados, a fim de garantir validade e confiabilidade dos resultados, sendo então adotadas as seguintes estratégias: devolução aos participantes: após a análise inicial das entrevistas, elas foram submetidas aos entrevistados para a confirmação ou ajustes do teor; triangulação de fontes: como mencionado anteriormente, a pesquisa utilizará múltiplas fontes de

dados (referencial teórico, documentos coletados e entrevistas), sendo que tal condição acrescentou a consistência ao mecanismo de validação, como a seguir será explicado.

Portanto, ao serem adotadas tais medidas de validação, esta pesquisa não apenas assegura a integridade de seus resultados, mas também fortalece sua contribuição para o campo acadêmico e para a compreensão mais ampla dos fenômenos estudados.

Por fim, este estudo, além de assegurar seu rigor técnico, buscará reforçar os elementos coletados, em respeito à validade e confiabilidade. Assim, os dados serão triangulados, para que as informações obtidas possuam uma visão completa e multidimensional do fenômeno em questão, qual seja: a relação dos indivíduos da CRQ-VEM com a ocupação territorial.

Para alcançar esse objetivo, serão utilizadas quatro fontes distintas de dados:

i) relatos dos moradores da CRQ-VEM: foram coletadas narrativas e testemunhos dos moradores por meio de entrevistas semiestruturadas, conforme Apêndice C, visando a entender suas percepções, experiências e relações com o território.

ii) Relatos de pesquisadores que já atuaram na CRQ-VEM: foram consultadas publicações e relatórios, bem como realizadas entrevistas - conforme Apêndice D, para obter uma visão acadêmica e histórica da comunidade.

iii) Documentos históricos e jurídicos: matrículas de registro de imóveis, georreferenciamentos e outros documentos oficiais para entender o contexto legal e histórico da ocupação territorial.

iv) Observação de campo: respectiva observação direta/visitas de campo igualmente serviram como base, pois permitiram uma compreensão mais profunda do ambiente físico, das interações sociais e das eventuais práticas culturais da comunidade.

3.3.1 Critérios de inclusão para entrevistas com moradores

Para que os moradores fossem entrevistados, os critérios foram:

Ser maior de 18 (dezoito) anos;

Ser morador da Comunidade Remanescente Quilombola da Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR, há mais de 5 (cinco) anos;

Demonstrar histórico de pertencimento familiar Comunidade Remanescente Quilombola do Feixo ou da Restinga, Lapa/PR.

3.3.2 Critério de exclusão para entrevistas com moradores

Para que os moradores fossem excluídos da qualidade de entrevistados, os critérios foram:

Ter menos de 18 (dezoito) anos;

Não ser morador da Comunidade Remanescente Quilombola da Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR, há mais de 5 (cinco) anos;

Não residir Comunidade Remanescente Quilombola da Vila Esperança.

3.3.3 Critérios de inclusão para entrevistas profissionais

Para que os participantes fossem incluídos nas entrevistas profissionais, os critérios foram:

Ser maior de 18 (dezoito) anos;

Ter pesquisado ou trabalhado com algum projeto junto à Comunidade Remanescente Quilombola da Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR.

3.3.4 Considerações Éticas

Considera-se que o presente trabalho apresenta característica de pesquisa envolvendo seres humanos e se enquadra na Resolução 196, intitulada Diretrizes e Normas Regulamentadoras para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, de 10 de outubro de 1996, elaborada e divulgada pelo Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde/CONEP.

Desta forma, o projeto foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo, por meio da plataforma Brasil – SISNEP.

A pesquisa já foi aprovada no mencionado Comitê, conforme Anexo III.

3.4 DAS ENTREVISTAS, RELATOS E SUA CODIFICAÇÃO

Considerando a necessidade de sigilo dos entrevistados, tanto da comunidade quanto de profissionais que já atuaram junto à CRQ-VEM, estabeleceu-se uma codificação própria contando com a seguinte condição:

Entrevistado profissional que já atuou na CRQ-VEM

Entrevistado	Ramo de atuação
A1	Agente público da Cidade da Lapa/PR
A2	Professor Universitário
A3	Pesquisadora do Programa de Gestão Ambiental da Universidade Positivo
A4	Pesquisadora do Programa de Gestão Ambiental da Universidade Positivo e Professora Universitária

Quadro 5: Codificação de entrevistas profissionais.

Organização: o autor

Entrevistado/membro da comunidade:

Entrevistado	Área em que mora na CRQ-VEM	Contexto de atuação
B1	Área 2	Morador da Área 2
B2	Área 2	Morador da Área 2
B3	Área 2	Morador da Área 2
B4	Área 2	Morador da Área 2
B5	Área 1	Filho de um dos Proprietários (C4) de Parte Ideal da matrícula 7.6XX

Quadro 6: Codificação de entrevistas moradores.

Organização: o autor

Entretanto, ainda para o fim de preservar as informações confidenciais, até mesmo pelo sigilo das informações e em respeito a LGPD (Lei 13.709/2018),

quando das entrevistas/relatos aparecer o nome de pessoa física ou jurídica, será igualmente preservada a qualificação, restando assim codificado:

Pessoa informado	Contexto em que figura no relato
C1	Pessoa indicada como quem realizou as substituições de terras com a parte da comunidade do Feixo para a Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR.
C2	Proprietário por meio do R.05 da matrícula 7.6XX, cujo título de compra e venda foi realizado em 23.03.1998, às fls. 02X, do Livro 2XX do Tabelionato de Notas da Lapa, da área equivalente a 10 Litros, ou seja, 6.050m².
C3	Proprietário por meio do R.06 da matrícula 7.6XX, cujo título de compra e venda foi realizado em 13.11.1997, às fls. 1XX, do Livro 2XX-E do Tabelionato de Notas da Lapa, da área equivalente a 20 Litros, ou seja, 12.100m².
C4	Proprietário por meio do R.11 da matrícula 7.6XX, cujo título de compra e venda foi realizado em 27.08.2009, às fls. 1XX/1XX, do Livro 3XX-E do Tabelionato de Notas da Lapa, da área equivalente a 10 Litros, ou seja, 6.050m².
C5	Família pertencente à área 2, sem registro formal da área
C6	Família pertencente à área 2, sem registro formal da área.

Quadro 7: Codificação de moradores/famílias por área

Organização: o autor

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de um contexto metodológico, notadamente de um estudo de caso, é imprescindível a conjugação entre revisão de literatura e aspectos práticos obtidos das multifacetadas pesquisas realizadas, tais como: observação em campo, entrevistas semiestruturas como moradores da CRQ-VEM e profissionais que já estudaram a respectiva comunidade. Ademais, como já informado na descrição dos procedimentos metodológicos, com a finalidade de reforçar diversas óticas sobre o mesmo objeto de estudo, adotou-se igualmente a análise documental de diversas fontes e, não menos importante, as conversas com membros da comunidade e aplicação de questionário socioeconômico.

4.1 DESCRIÇÃO DO PERCURSO DA PESQUISA E OS PRIMEIROS CONTATOS COM A COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL.

De toda a completude de análises realizadas, pode-se extrair diversas perspectivas, sendo aqui ampliadas e detalhadas ponto a ponto, tomando como referência para a análise as unidades de registro previamente construídas.

Ao longo dos vinte meses de pesquisa, observou-se que a comunidade foi constituída a partir de moradores da CRQ-Feixo que, em busca de melhores habitações e facilidade de acesso aos bens públicos, foram estabelecer moradia onde hoje é conhecido como CRQ-VEM.

Neste período foi possível visualizar que a comunidade está subdividida em duas áreas, aqui denominadas como área 1 e área 2 (vide Figura 3). A área 2 a seguir demonstrada, é dividida por uma organização social de apenas 2 (duas) famílias.

Desta divisão, em regra, um membro da família que ocupa a sua área não poderá estabelecer moradia na área da outra família, à exceção, caso se case com membro da outra família.

Outrossim, as famílias pertencentes a estas duas divisões da área 2 estão ligadas sempre de alguma forma por laços de parentescos próximos. Assim, as habitações são construídas com proximidade umas das outras, sendo os vínculos de vizinhança ligados pelo parentesco.

Na área superior da comunidade, mais próxima da rodovia, mencionada nesta pesquisa como área 1, igualmente existe a divisão por famílias, sendo observada divisão em 3 famílias.

Todavia, essa divisão é mais notável visualmente, considerando aplicação, pela comunidade, de muros, cercas e estradas de acesso a cada porção. Atribui-se este formato de delimitação inclusive pela documentação legal encontrada desta área, cuja divisão trata-se de aquisições formais de partes ideais do terreno.

Das observações de campo, ao longo de todo o estudo, pode-se atribuir uma diminuta identificação da comunidade com a cultura quilombola, o que ganhou reforço nas análises das entrevistas realizadas.

A Universidade Positivo já propiciou diversas atividades com a comunidade, tanto pelo programa de extensão universitária com alunos da graduação, quanto com a participação dos alunos do Mestrado e Doutorado em Gestão Ambiental, cujo acompanhamento deste pesquisador ocorreu em atividades práticas.

A observação de campo foi realizada juntamente com as visitas técnicas da disciplina de extensão universitária com comunidades tradicionais. Como a disciplina ocorria sob a condução de um docente pertencente ao PPGAmb, o acompanhamento das atividades pelo pesquisador foi facilitado. As atividades foram realizadas com as três comunidades quilombolas da Lapa/PR[11] e foram nominadas “Planejamento participativo e execuções de ações afirmativas nas Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa - PR”. Nesta disciplina, os alunos

[11] Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental; Comunidade Remanescente Quilombola do Feixo e Comunidade Remanescente Quilombola da Restinga.

participantes realizaram de atividades de saúde, cultura e lazer, práticas educativas, alternativas econômicas e educação ambiental.

Diante deste contexto, no segundo semestre do ano de 2022, foi realizada nova atividade de extensão universitária, exclusivamente com a CRQ-VEM, cujo tema de aplicação prática foi “Ações afirmativas nas Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa – PR”.

Os alunos foram divididos em equipes multidisciplinares, que atuaram de forma cooperada, empática, resiliente e responsiva, formulando atividades sob a ótica de valorização e empoderamento da cultura quilombola.

Na atividade final, pode-se perceber o interesse da comunidade pela cultura quilombola, o que definiu a atividade como processo identitário quilombola.

Este trabalho foi de suma importância, porquanto posteriormente o Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Positivo, com organização da Doutoranda Adriana Rita Tremarin, proporcionou evento no dia 24.06.2023, denominado Festival Cultural Quilombola.[12]

Neste festival, em observação direta observou-se grande adesão da comunidade, com diversas interações nas atividades culturais e identitárias.

Inclusive, em umas das conversas com a comunidade, posterior a este evento, este pesquisador questionou sobre como foi o evento e como a comunidade percebeu as atividades, sendo então respondido que agora estão “entendendo” o que é ser quilombola.

Assim, a partir das diversas observações em campo realizadas, pode-se observar uma característica distinta, porém similar de ocupação territorial. Distinta no

[12] Neste evento foi promovido diversas manifestações culturais, como a apresentação de Capoeira pela Associação de Capoeira Angola Dobrada (ACAD); Casa do Contador de Histórias; Centro Cultural Humaitá; ARCNT (Arte, Vida e Racialização na Contemporaneidade); Instituto História Viva, com a participação da contação de história dos anciões da comunidade; Tabuleiro Odara, ensinando mulheres noções de economia e empreendimento por meio da cozinha, estabelecendo o elo entre o nutrir e o deixar-se nutrir e as apresentações do Coral Negro de Curitiba e o Bloco Afropretinhosidade

aspecto visual e material da divisão dos terrenos e das casas, e similar no contexto de proximidade das famílias pela construção das suas casas.

De posse de informações obtidas por meio da observação, foram iniciadas as **entrevistas**, das quais percebeu-se que a constituição da CRQ-VEM decorreu da saída das terras da CRQ-Feixo, por substituição de terras, em busca de melhores condições de vida, habitações e acesso aos bens públicos. Das informações coletadas nestas entrevistas, foi possível compreender as ambições, realizações e desejos com a constituição do novo local de moradia.

Todos os entrevistados, ao serem perguntados sobre as condições de moradia e o motivo de morarem na localidade, relataram melhores condições de habitações, acesso aos bens públicos com relação à antiga moradia na CRQ-Feixo.

Quando perguntados sobre os vizinhos e os motivos das construções das residências serem distribuídas naquele formato, responderam que os vizinhos são os parentes e que sempre quando um filho/filha precisa de uma casa, é disponibilizado um pedaço do terreno para a construção mais próxima da casa da família.

Em paralelo às entrevistas com a comunidade, também foram realizadas entrevistas com os profissionais que já atuaram junto à CRQ-VEM.

O discurso de substituição de terras originárias na CRQ-Feixo pelas terras hoje da CRQ-VEM apareceu de forma específica nas entrevistas, uma vez que os entrevistados, quando em análise de seus trabalhos, obtiveram a mesma informação da comunidade.

O diário de campo como instrumento metodológico de coleta de dados permitiu ainda analisar o território e a identidade da CRQ-VEM. Durante as inserções em campo a prevalência dos registros, foi possível compreender a forma de organização social da comunidade, em especial a relação das residências com os vínculos comunitários, bem como as interações com o meio ambiente.

Ao visitar tanto a área 1 quanto a área 2 da CRQ-VEM, observou-se que a composição das residências é delimitada por vínculos familiares, sendo a residência

dos mais velhos na comunidade cercada ao seu redor ou lateralmente pelas casas dos filhos e/ou netos, como se observou também na CRQ-Feixo, conforme Rodrigues, (2018), onde as famílias ocupam espaços em seus terrenos para construir novas casas para seus filhos, netos e agregados. Tal formato foi igualmente vislumbrado em Paula (2007), ao descrever as habitações de uma família da Comunidade Remanescente Quilombola da Restinga.

Os dados obtidos por diferentes fontes de coleta (pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação, questionários e entrevistas) foram triangulados e passam a ser apresentados com maior profundidade a seguir.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL, LAPA/PR.

Para a devida caracterização da comunidade ora estudada, a abordagem neste trabalho foi dividida em aspectos geográficos, históricos e socioeconômicos, que contribuíram para uma análise ampla e sistemática sobre o perfil da comunidade.

4.2.1 Aspectos geográficos

A CRQ Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR encontra-se às margens da Rodovia BR-476, na localidade denominada Distrito de Mariental - Lapa – PR e possui como coordenada cartográfica: 25º42’51.37”S e 49º37’97”O, como se pode observar na Figura 2.

Figura 1: Mapa do Paraná - Comunidades Remanescentes Quilombola da Lapa - PR

FONTE: adaptado do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. 2010.

No município da Lapa/PR, estão situadas três comunidades remanescentes quilombolas: Restinga, Feixo e Vila Esperança de Mariental.

Para melhor contextualização, apresenta-se imagem aérea, por meio da qual se pode perceber que a Vila Esperança é dividida em duas porções de ocupação. A primeira, no topo da imagem (área 1), mais próxima ao acesso da Rodovia BR-476. A segunda porção (área 2) é vista na porção inferior, cujo acesso é exclusivo por uma estrada local.

Figura 2: Imagem Área da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa - PR

Fonte: Adaptado de: BARROS. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

Segundo estudo datado de 2013 (LARA; PIMENTEL. 2014), a Vila Esperança, possuía aproximadamente 200 (duzentos) moradores, com cerca de 20 (vinte) habitações. Já no ano de 2015 (DESPLANCHES, 2015), constatou-se 57 (cinquenta e sete) residências e 210 (duzentos e dez) moradores. No estudo de Mercado (2015), a Vila Esperança foi dividida em 03 (três) grandes áreas: área 1, área 2 e área 3.

No ano de 2022, este pesquisador fez parte integrante de um grupo de pesquisas, fruto da parceria entre a extensão institucional da Universidade Positivo e o Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental da mesma universidade, com

a presença de estudantes de graduação, juntamente com 1 (um) aluno do Mestrado e 2 (dois) do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental da Universidade Positivo. O respectivo grupo realizou levantamento que consistiu na aplicação de questionário socioeconômico com as famílias residentes na CRQ-VEM.

Assim, o levantamento de dados procurou cobrir a totalidade de residências da CRQ-VEM. Esclarece, ademais, que não foi possível aplicar o instrumento com todas as famílias devido à ausência de algumas delas no dia da aplicação. Todavia, para não desgastar a comunidade, optou-se por não realizar uma nova aplicação do questionário em datas posteriores.

Identificou-se da observação de campo a presença de 73 domicílios na referida comunidade. Desta forma a cobertura do questionário na sua aplicação foi no total de 58 famílias, correspondente assim a 79,45% do total de domicílios.

No que tange à ampliação do estudo da ocupação territorial e o seu formato, foram realizados indicadores territoriais, limites e confrontantes do território, incluindo as características física e ocupacional da referida comunidade.

A ocupação do território pela comunidade ocorreu, segundo os moradores entrevistados, pela substituição de terras do local denominado Feixo, Lapa/PR, onde viviam anteriormente, em busca de melhores condições de vida e, consequentemente, de habitações com melhor estrutura. Há indicativos de que alguns moradores da CRQ Vila Esperança, Lapa/PR entregaram suas parcelas de terras no Feixo, porém, quando do recebimento das terras na Vila Esperança, Lapa/PR, nada ocorreu conforme o prometido.

Em conversa com alguns moradores, foi apresentado a este pesquisador o título da terra na localidade da Vila Esperança, o que permite concluir que parte dos moradores receberam a terra de maneira legalizada e com documentação comprobatória de propriedade. De outra banda, há moradores que relatam que jamais lhes foi cumprida a promessa, inclusive no que tange aos formatos de habitação.

Em um das observações de campo, o morador **B5** relata que, no início da ocupação na Vila Esperança de Mariental, além das dificuldades próprias da falta de

habitação condigna, água, esgoto e energia elétrica, sofriam com a escassez de alimentos, pois, nas terras ora recebidas, a agricultura era de difícil exploração. Relata que recebiam restos dos animais de um matadouro próximo para que pudessem ter uma alimentação diária.

Nesse diapasão, o estudo da ocupação territorial tem como temática central o entendimento do formato territorial da referida comunidade, bem como os vínculos comunitários existentes e sua correlata identidade com o território e cultura quilombola.

4.1.2 Aspectos Históricos

As Comunidades Remanescentes Quilombolas foram mapeadas por um levantamento realizado pelo Estado do Paraná entre os anos de 2005 e 2010, quando então o GTCM (2010), apresentou o mapeamento contendo aspectos sociais, geográficos, históricos e culturais das referidas comunidades.

O GTCM (2010), ao descrever a CRQ-VEM, notadamente seu histórico, informa que:

> Segundo seus relatos, a sua presença nessa Vila Esperança está fundamentada na negociação realizada com um fazendeiro lindeiro às suas terras, que lhes propôs permutarem-nas com outras que ele daria, com casas em alvenaria e com banheiros, construídas por ele, tudo totalmente legalizado, com documentos das terras. Após efetuarem a troca e deixarem as terras que possuíam ancestralmente no Feixo, viram que o fazendeiro nada cumpriu do que prometeu em relação à construção das casas, nem forneceu documentos da terra permutada, que depois se descobriu ser uma “invasão”. Quanto as terras ancestrais “permutadas” contam que ele declara as haver comprado, mas não as pagou, também.

Quando este pesquisador questionou os moradores “por qual motivo você e a sua família vieram morar na Vila Esperança?” a resposta sempre convergiu para o ponto da troca de terras no Feixo, sob a promessa de que na região hoje denominada CRQ-VEM, teriam melhores condições de vida.

Igualmente, a entrevistada B3 a exemplo respondeu: “Do Feixo. Do Feixo. E se lembra porque que eles vieram pra cá? (pergunta do pesquisador). Não sei, só lá que trocaram terra”.

Ainda, o entrevistado B5, de forma categórica afirma que sua família, inicialmente seu pai, saiu da Comunidade do Feixo para residir atualmente na CRQ-VEM, sob a promessa de troca de terras: “Saíram lá do Feixo e vieram pra cá. Saíram lá do lado e fizeram uma troca de terreno, né. Aí eles vieram trocar o lado Feixo. Trocaram pra cá. Pra cá”.

Da análise das conversas com moradores, associados aos argumentos das entrevistas, conclui-se, sob o enfoque desta pesquisa - com reforço, outrossim das produções científicas já realizadas, que, tanto da área 1 quanto da área 2, o início da comunidade decorreu da saída de moradores da Comunidade Remanescente Quilombola do Feixo, sob a condição de substituição para a então localidade conhecida como CRQ-VEM.

Inclusive a profissional que já atuou junto a CRQ-VEM - Entrevistada A1, a primeira pessoa que conheceu e trabalhou com esta comunidade, afirmou que iniciou seu trabalho na Comunidade do Feixo, quando ainda nem era conhecida como Comunidade Quilombola, e durante a sua atuação, naquele período, soube que havia um grupo de pessoas que saiu destas terras, sob a condição de troca de terras.

Dessa forma, a respectiva profissional foi até a localidade de Mariental Lapa/PR, onde fica localizada a atual CRQ-VEM, e se deparou com uma situação catastrófica com casas extremamente precárias no ano de 1998:

> Em 1998 teve um trabalho desenvolvido pelo IDR de Paraná, que antigamente era Emater, um programa chamado Paraná 12 meses. E aí nós começamos um trabalho na comunidade do Feixo. Naquela época ainda não era da comunidade da Quilombola, era uma comunidade que era uma das mais carentes, principalmente a questão de saúde pública, por conta da falta de saneamento. E era uma comunidade desconhecida. Eu não sabia como se organizava a lógica nessa comunidade. Aí nós começamos esse trabalho, percebemos a grande carência, dificuldade, tudo lá no Feixo. E nos primeiros relatos que nós fizemos, nós fazíamos a linha do tempo, onde o programa chamado DRT, né, do marco participativo, sempre

> aparecia nas discussões um recorte do povo que saiu de lá, que o **C1** comprou a fazenda, onde eles moravam, com promessa de que era perto do asfalto, de que teria trabalho, emprego para todos eles, talvez para trabalhar na empresa do C1. E ficar mais perto do asfalto, de mais segurança, ele fez uma troca de terra, totalmente, já o pessoal levantando isso, que era danosa para o pessoal da Vila Esperança. E o C.1 ficou com as terras boas dele que era no Feixo, com isso houve um afastamento, uma ruptura de algumas famílias que parte da sua família saiu do Feixo e foram pra essa comunidade da Vila Esperança. E aí, assim eu fiquei sabendo da Vila Esperança, daí um dia eu passei lá pra conhecer, a situação era catastrófica, casas altamente pobres

Tal constatação pela entrevistada (A1), embora ocorrida no ano de 1998, ainda lhe guarda um sentimento de perplexidade com a história dos moradores e as condições que passaram na época, recordando, inclusive, quando foi conhecer a localidade. “Aí fui conhecer, foi assim, até um choque de ver a forma como eles viviam. E tinha só parte de cima, não tinha parte de baixo”.

Associado a esta condição, em reunião da CRQ-VEM e CRQ-Feixo, junto ao INCRA no ano de 2009, a servidora do órgão disse conhecer a realidade das comunidades, em especial que a “Vila Esperança” que se desmembrou do “Feixo” há aproximadamente 20 anos, estando de acordo os representantes da comunidade. Assim, neste prisma e realizando uma análise temporal, tal desmembramento ocorreu no ano de 1989, aproximadamente.

4.2.3 Perfil socioeconômico

Feitos os apontamentos preliminares com relação à localização da CRQ-VEM, é necessário destacar a análise contextualizada dos dados coletados, através da aplicação e tratamento dos dados oriundos dos questionários aplicados, conforme anteriormente exposto. Assim, dividiu-se em áreas 1 e 2, para que se tenha dentro da comunidade uma análise mais exata, ainda para que se analise a diferença socioeconômica.

De um total de 207 moradores na CRQ-VEM, a cobertura do questionário encontrou 132 adultos com mais de 18 anos; 18 moradores adolescentes na faixa

etária compreendida entre 12 a 17 anos; e 57 crianças, cujas idades variam de 0 a 11 anos de idade.

Dos 132 adultos presentes na CRQ-VEM, 1 possui acima de 80 anos de idade, um total de 9 entre 60 e 79 anos de idade. Já entre os mais jovens, aqui compreendido entre adultos entre 40 e 59 anos, chegou-se ao número de 21 pessoas. Todavia, o maior número de adultos têm idade entre 18 e 39 anos, correspondente a 101 pessoas.

Na perspectiva de adultos, a faixa etária compreendida entre 18 e 39 anos, estabeleceu o patamar de 48,79% do total de moradores, como abaixo pode-se evidenciar:

Moradores	**Quant.**	**%**
Anciãos (mais de 80)	1	0.48
Idosos (entre 60 e 79 anos)	9	4.35
Adultos (entre 40 e 59 anos)	21	10.14
Adultos (entre 18 e 39 anos)	101	48.79
Adolescentes (12 a 17 anos)	18	8.70
Crianças (0 a 11 anos)	57	27.54
	207	**100.00**

Quadro 8: Faixa etária comunidade

Fonte: o Autor

Do total de moradores, para fins de análise isolada das áreas, **na área 1** e da **área 2**, foi constatada a seguinte condição:

Moradores Área 1	**Quant.**	**%**
Anciãos (mais de 80)	1	0,91
Idosos (entre 60 e 79 anos)	5	4,55
Adultos (entre 40 e 59 anos)	10	9,09
Adultos (entre 18 e 39 anos)	67	60,91

Adolescentes (12 a 17 anos)	10	9,09
Crianças (0 a 11 anos)	17	15,45
	110	**100,00**

Quadro 9: Faixa etária comunidade por área - área 1

Fonte: o Autor

Moradores Área 2	**Quant.**	**%**
Anciãos (mais de 80)	0	0,00
Idosos (entre 60 e 79 anos)	3	3,09
Adultos (entre 40 e 59 anos)	22	22,68
Adultos (entre 18 e 39 anos)	37	38,14
Adolescentes (12 a 17 anos)	8	8,25
Crianças (0 a 11 anos)	27	27,84
	97	**100,00**

Quadro 10: Faixa etária comunidade por área - área 2

Fonte: o Autor

Analisando os resultados obtidos em comparação com (MERCADO, 2017), a população no ano de 2015 totalizava 210 pessoas, com predominância de adultos, do sexo masculino na faixa de 20 a 29 de idade.

De igual forma, a pesquisa desenvolvida por Mercado (2017), constata predominância masculina, na proporção de 51%. No presente estudo, encetado na coleta de dados em 2022, por este pesquisador, juntamente com alunos da gradução e do PPGAmb, igualmente há uma predominância masculina na proporção de 51,69% de habitantes do sexo masculino, conforme quadro abaixo:

Sexo				
	Área 1	Área 2	Total	%

Masculino	73	34	107	51,69
Feminino	72	24	96	46,37
não respondeu	3	1	4	1,93
Total	148	59,00	207	100

Quadro 11: Divisão por sexo

Fonte: o Autor

Partindo para a análise de renda da CRQ-VEM, o questionário abordou a faixa salarial, tendo como referência o salário mínimo nacional, equivalente, à época da aplicação do questionário, 17.09.2022, a R$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais).

Da análise socioeconômica, pelo questionário, pode-se atribuir que na área 1, 28 famílias recebem até um salário mínimo mensal, enquanto na área 2, 17 famílias possuem o mesmo rendimento.

Já na faixa de 1 a 3 salários mínimos, enquadram-se 17 famílias na área 1 e 7 famílias na área 2. Por fim, com renda de 3 a 6 salários mínimos por mês, existem 2 famílias em cada uma das áreas:

Faixas de renda/Salário Mínimo Nacional	**Área 1**	**Área 2**	**Total**
até 1 sm	28	17	45
de 1 a 3 sm	17	7	24
de 3 a 6 sm	2	2	4
Total			73

Quadro 12: Divisão por renda

Fonte: o Autor

Além da informação dos salários formais recebidos pela população, inclusive a maioria trabalha no frigorífico de aves da empresa JBS, no município da Lapa/PR, sabe-se que alguns moradores trabalham na colheita de batatas, em média duas vezes ao ano. A cidade da Lapa e Contenda, além de serem produtoras agrícolas de diversas culturas, são conhecidas pela produção de batatas, o que favorece, assim, o trabalho no plantio e colheita do legume.

Os trabalhadores recebem em média R$45,00 (quarenta e cinco) reais, por bolsa de batatas colhidas, conforme imagem abaixo, com a observação que a colheita não é realizada durante o ano todo.

Figura 3: Colheita de Batatas

Fonte: morador da CRQ-VEM que trabalha na colheita - morador que foi entrevistado (B1)

Comparando com a cidade da Lapa/PR, onde o salário médio é de 2,2 salários mínimos (IBGE, 2021), percebe-se que as duas áreas da comunidade têm renda substancialmente mais baixa. A maior parte da população nas duas áreas da comunidade ganha até 1 salário mínimo. Isso indica uma disparidade econômica entre os residentes da CRQ-VEM e o restante da população da Lapa/PR.

Esta diferença de renda pode refletir uma variedade de fatores socioeconômicos, incluindo acesso limitado a oportunidades de emprego; à educação; aos recursos e discriminação.

Ademais, vinte e uma famílias responderam que recebem algum tipo de benefício do governo, o que mostra uma vulnerabilidade econômica de parte dos moradores. Ou seja, aproximadamente 30% das famílias necessitam de algum auxílio governamental como complementação de renda ou têm o benefício governamental como renda única.

Comparativamente a Mercado (2017), a renda das famílias àquela época não ultrapassava 2 salários mínimos (97,9%) e cerca de 60% da população era beneficiária do programa bolsa família.

Tal aprofundamento permitiu estabelecer um padrão populacional da CRQ-VEM, porquanto, os parâmetros coletados em outras pesquisas já se mostravam defasadas em razão do tempo.

4.3 IDENTIDADE E AUTORRECONHECIMENTO

Contemplando um apanhado geral da revisão de literatura, é certo afirmar que o processo de identidade de todo e qualquer povo passa por uma concepção intrínseca, ligada primeiramente ao seu eu, para posteriormente entender as particularidades de cada grupo (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Neste desiderato, os indivíduos residentes em comunidades quilombolas, tal como um grupo social, possuem manifestações de acordo com suas necessidades e interesses, sobretudo uma identidade ligada à sua comunidade (ARRUTI, 2006).

Dessa forma, a reflexão sobre o conceito de identidade envolve examinar a abordagem relacional com a comunidade, delineando as distinções presentes nos conjuntos sociais, além de explorar o processo de autenticação interna, especialmente em relação ao território. Com base nessa premissa e sob a perspectiva desses elementos na construção da identidade das comunidades quilombolas, trata-se da análise das relações estabelecidas por esses grupos com o território que ocupam. Isso está intrinsecamente ligado à sua herança ancestral, cultura e tradições (SOUZA, 2021).

Dentre todas as idas e vindas à CRQ-VEM, nos aproximados 50 km de distância que tem entre a UP e a CRQ-VEM, muitas vezes pensando durante o deslocamento o que seria o objetivo daquela inserção, seria explorar um determinado assunto? Conhecer um espaço? Viver um conhecimento novo? Lá chegando, tudo mudava; toda aquela programação ficava dentro de mim, e o saber,

o conhecimento que eu imaginava que fui buscar, era substituído por um conhecimento muito maior.

Comecei a entender que o tempo e as relações sociais não se constituem de uma forma engessada, seja em uma folha de papel, a um questionário, enfim, descobri que as situações mudam, e deixei desde então as visitas fluírem. O conhecimento da realidade me mostrou muito mais que uma folha de papel, uma caneta e anotações que talvez me servissem somente para reproduzir o que meus olhos vissem, mas não o que minha alma sentiria.

Era um sábado lindo de verão, fomos até a CRQ-VEM com os alunos do projeto de extensão, cuja atuação para aquela atividade era a promoção de atividades educativas e culturais a despeito do saber quilombola.

Dado momento, vejo uma criança de aproximadamente uns oito anos de idade falando em tom bem baixinho ao ouvido de outra criança. Eram duas meninas e apontavam em direção a uma aluna visitante ao projeto, que estava naquele dia com o seu cabelo crespo com um lindo penteado ao estilo “afropuff”.

Uma dessas meninas chegou até a aluna e pediu para tirar uma fotografia com ela, sem explicar nada. Só queria uma foto e um abraço.

Entendi depois, como eu disse no início, o saber vai muito além do que uma caneta e um papel com anotações. As percepções estão ali, prontas para serem contempladas. A criança viu na aluna uma “identificação”, de uma mulher negra, com cabelos crespos que era de “fora” da comunidade. Viu nela, a aluna, uma figura feminina, igual. Muito provável, ainda que pretensamente pensar, se viu no futuro!

Contudo, essa identificação não necessariamente ressoa em todos os espaços ou relações. Muitas das vezes, infelizmente, na visão de autoproteção de sofrer estigmas, muitos dos moradores da CRQ-VEM, têm certo afastamento em dizer que são quilombolas, ou ainda, que moram na “Vila Esperança”. Coincidentemente ou não, mas merece o registro, a própria placa de identificação da comunidade faz referência a “Vila Esperança”, sem trazer qualquer menção de que existe ali uma comunidade remanescente quilombola.

Em uma oportunidade, um dos moradores relatou que havia “dizeres” em Mariental que o local da CRQ-VEM, era denominado como “potreiro”, pois nas imediações e chácaras vizinhas aconteciam rodeios e criação de cavalos. É estigmatizante ter seu local de moradia comparado com a moradia de cavalos. Obviamente, com o fim de proteção, é natural que alguns moradores tentem estabelecer uma figura de esconder sua origem, sua identidade.

O morador B4, quando questionado em entrevista realizada, se existe algum preconceito com quem mora na comunidade, contou: “Tem só umas brincadeirinhas, né? Mas se ela levar o pé da letra, só...”

O instinto de proteção infelizmente ressoa nos mais novos, como narrado em um episódio de visita do entrevistado A2:

> Nesse dia, no meio de semana, passeando pela comunidade, a gente chegou numa das casas lá pra baixo, assim, lá no, quase no meio do caminho ali, e tinha um varal, um varal de roupa, num canto tinha uma quantidade de roupa pendurada e no outro canto tinha várias bonequinhas, assim, não sei se eu já te contei isso. Já. Já, né? Então fica para registro formal. Uma das bonequinhas era negra, e as outras bonecas eram brancas. E eu resolvi perguntar pra uma, pra menina da casa, né, ela disse que a boneca era dela, que ela tinha lavado as bonecas e estavam muito sujas e tal e quando eu perguntei qual era a boneca mais bonita, a boneca mais bonita era a boneca branca e não a boneca negra e daí perguntei pra ela, mas por que aquela ali não é bonita? e ela disse assim, não, aquela é negra.
>
> Então assim, veja, existe uma coisa de alimentar o próprio preconceito dentro da comunidade como uma estratégia de proteção, talvez fosse a boneca com quem ela mais se identificasse, mas ela não vai se expor, ela não vai dizer que aquela é a boneca, ou ela incorporou tanto preconceito que ela passa a usar isso como uma verdade para ela. Isso é comum, extremamente comum.

Falar em identidade quilombola e, num sentido mais amplo, identidade negra, quando não se é trabalhada a valorização da raça ou daquele grupo social, torna-se algo distante de ser alcançado.

O estigma com a comunidade e seus moradores é vislumbrado na resposta do entrevistado A4:

> É, exatamente. Acho que é um estigma que eles não querem carregar com eles, não querem que as pessoas olhem pra eles, sabe? E ficam achando, ah, esse é daquela comunidade, ou enfim, né? Então eu acho que é mais nesse sentido, assim, né? Como se fosse uma vergonha de pertencer a esse grupo, talvez, né?

Na fala da entrevistada A1, é confirmado, infelizmente que o estigma da comunidade ainda é presente:

> Eles eram vistos, assim, como pessoas, eu lembro também, é triste dizer, mas vagabundos, bêbados, prostitutas, coisa que não era verdade. E o rótulo que se tinha da comunidade era assim, quando eu era criança e depois mais tarde.

A entrevistada relaciona o autorreconhecimento com os benefícios sociais trazidos pela condição de remanescente quilombola. Segundo ela, os benefícios habitacionais e de renda oportunizados pelo governo federal nos anos de 2014 e 2015, retomados agora após anos paralisados, empoderaram os membros da comunidade na questão do autorreconhecimento. A marginalização era muito mais presente em período anterior aos citados benefícios.

A fala do entrevistado A2 também se coaduna sobre a identificação e o autorreconhecimento pelos moradores da CRQ-VEM:

> O que acontece com a população que vive na Vila Esperança, eles em função de toda essa carga de preconceito e de discriminação, eles passaram a negar a sua própria origem, a sua condição original de ser quilombola. Então isso é um problema muito sério, que na verdade só consegue ganhar visibilidade, a gente só consegue perceber isso, e eles começam a se perceber como quilombolas, na medida em que eles percebem que existem políticas públicas.

O mencionado racismo, preconceito e afastamento dos moradores da CRQ-VEM de diversas atividades culturais/educacionais apareceu em Lara; Pimentel (2014):

> Na Vila Esperança, as reclamações convergem para o âmbito do racismo. Mães da Vila Esperança relataram que algumas atividades são exclusivas para cada grupo – o grupo dos brancos e o grupo dos negros. No dia de nossa visita ao núcleo, o grupo que jogava futebol e o que aprendia bordado era majoritariamente negro, enquanto o grupo de dança, com exceção de uma menina, era branco.

> Há um ano, o projeto realizou um evento com todos os núcleos em que cada centro de convivência apresentaria manifestações culturais típicas de diferentes etnias. O centro da Mariental escolheu a etnia alemã e excluiu da apresentação os afrodescendentes frequentadores do projeto. (LARA; PIMENTEL, 2014, p.154)

Embora constante o estigma sobre os moradores da comunidade, como visto em diversas situações, por outro lado a moradora B3, quando questionada o que é ser quilombola, respondeu: “É... os negros”. O morador B4, na oportunidade, respondeu: “Os quilombolas, na verdade, são descendentes de africano e têm a pele escura, na verdade. É denominado quilombola”.

A resposta sobre o conceito de ser quilombola, sob o olhar da própria comunidade, para o morador B1 foi:

> A gente na verdade é descendente de quilombola, vem dos nossos avós, dos nossos antepassados, então nós somos descendentes, então nós consideramos quilombola. Por essa descendência. É por essa descendência. Então assim, você se vê quilombola por conta dessa descendência? (pergunta do pesquisador). É. É por conta dessa descendência. E você sabe o que é ser quilombola? (pergunta do pesquisador). A pessoa ser quilombola? Ah, é ó... Ser quilombola é a pessoa que... É a pessoa negra, a pessoa que mora assim no... Num vilarejo que nem o nosso, assim, uma comunidade assim bem de isolada né.

De outro vértice, o morador B5 respondeu não saber o que é ser quilombola, nem tampouco ter ouvido falar sobre: Você sabe o que é ser quilombola? (pergunta do pesquisador) Eu não ouvi nem falar. Já ouviu falar alguma vez ou não? (pergunta do pesquisador). Nunca ouviu falar.

Nota-se, muito embora um morador (B5), residente na área 1, tenha comentado que nunca ouviu falar de quilombola, os demais moradores entrevistados possuem uma consciência e conceito sobre o que é ser quilombola, o que revela um pertencimento comunitário.

Na mesma condição de identificação, é certo afirmar que a luta pela terra como bem coletivo somente é possível quando traz vantagens e quando existe fortalecimento de vínculos comunitários. A identidade com a luta quilombola pressupõe informação, educação racial, valorização e empoderamento da comunidade.

O olhar sobre si mesmo, no sentido de comunidade, mostra-se preponderante para a identidade quilombola, uma vez que essa identidade está relacionada à terra. Aqui deve-se entender a terra como apropriação comum do grupo e não individualmente.

4.4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E LIDERANÇAS

O território como ambiente e espaço de existência de cultura e saberes determina o desenvolvimento de diversas práticas com o fim de produção e proteção da cultura, do modo de vida dos integrantes daquela comunidade, bem como a sua organização social. (GONZAGA, 2017). Para tanto, não existe apenas e tão somente um formato de organização social, mas sim um recorte para cada necessidade étnica.

O próprio GTCM (2010), ao levantar as comunidades remanescentes quilombolas no Paraná, preocupou-se em determinar as características territoriais, de história, cultura, terra e trabalho.

Nota-se que, em Paula (2007), as formas de organizações sociais das Comunidades Remanescentes Quilombolas da Restinga e Feixo, são semelhantes, o que não configura idêntico enquadramento. Isto é, uma comunidade é diversa da outra, como seus saberes, modo de vida, atividades culturais e sociais.

Entretanto, idêntico enquadramento verifiquei entre CRQ-Feixo e CRQ-Vem. Explico: Lembro-me, quando do início das pesquisas, fomos com os alunos da extensão universitária da UP conhecer a CRQ-Feixo. Chegando lá, somente de passagem e sem avisar a anfitriã, pedimos para, se possível, nos mostrarem onde ficava a “roda d’água”. Prontamente a anciã pediu para a neta nos levar. Fomos com o nosso transporte, pois ao que indicava era longe, ao menos pra nós. Visitamos a “roda d’água” com os alunos. Voltamos na casa da anciã, que nos esperava com um verdadeiro banquete com pão quentinho assado no forno à lenha, linguiça frita e torresmo. Fomos surpreendidos por tamanha generosidade e acolhimento, pois estávamos ao menos em cinquenta alunos. Ganhamos também muitos limões

caipira - o que me fez lembrar a infância, quando tomávamos um suco com as sementes ao fundo do copo.

Tempos depois descobri que, assim que embarcamos nos ônibus em direção ao passeio, a anciã recrutou todas as filhas, que moravam ao redor para prepararem o maravilhoso banquete. Hoje vislumbro que as relações familiares na comunidade, especialmente pelos vínculos familiares, vão além de apenas vizinhos. Essa reprodução da CRQ-Feixo me fez refletir e buscar igual relação na CRQ-VEM, onde verifiquei que as casas, tal como na CRQ-Feixo, são próximas umas das outras. Isso me permitiu entender a similitude das organizações sociais de uma CRQ, ao menos para o fator de ocupação do espaço territorial.

Na CRQ-VEM, vislumbrou-se especificamente uma divisão do território em duas grandes áreas, como adiante se verá.

A área 1, mais próxima da Rodovia 476 - sentido Lapa - Curitiba - PR, como abaixo se verifica, é dividido entre 3 (três) famílias distintas, aqui denominadas família C2; C3 e C4:

Figura 4: Área 1 - divisão por famílias

Fonte: Adaptado de BARROS. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22.

O levantamento fotográfico acima demonstrado é fruto da coleta de dados realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental da Universidade Positivo - PPGAmb-UP, cujo resultado permitiu analisar diversos aspectos territoriais da comunidade, para além daqueles mapas e imagens produzidas pelos órgãos públicos.

Foi possível visualizar nas inserções em campo, por meio dos diários de campo, que as famílias desta área se organizam inicialmente pela divisão de área atribuída a sua respectiva aquisição, conforme matrícula 7.6XX. Assim, a área mais próxima à Rodovia é pertencente à família C2, sendo na sequência, a porção medial pertencente à família C3 e ao final, próximo à divisa com a área de vizinho lindeiro, não pertencente à comunidade, fica a família C4.

Desta forma, cada porção de terra das famílias é habitada e organizada sempre pela constituição dos membros da própria família. Quando questionado à filha do morador da área C4 quem morava ao seu lado, respondeu que era seu irmão mais velho, na sequência a residência dos seus pais, (C4 e esposa), mais abaixo do terreno seu cunhado e a filha. Igualmente, sinalizou que, do outro lado da estrada que dá acesso à área 2 da CRQ-VEM, moram seus outros irmãos.

Inclusive este pesquisador, quando da inserção em campo no dia 06.11.2023, ao questionar o morador da casa verde, ao fundo da imagem abaixo, de quem seria a nova construção presente, foi informado que se tratava da casa do seu irmão, o que reforça todo o arcabouço de que a organização social das famílias, no que tange ao processo de vizinhança, decorre naturalmente dos vínculos familiares, como se verifica:

Figura 5: nova construção familiar da família

Fonte: o Autor

Ao ser analisada a área 2, igualmente é possível vislumbrar a organização social por áreas de famílias. Contudo, da observação de campo e da análise documental realizada, sabe-se, como adiante se mostrará, que a ocupação territorial da área 2 é organizada em razão do consenso entre duas famílias, aqui denominadas C5 e C6.

A porção da CRQ-VEM denominada como área 2, foi dividida da seguinte forma: a parte abaixo da comunidade pertence à família C6, enquanto a parte acima, próxima da área de lazer, pertence à família C5.

Em uma das incursões em campo, especificamente no dia 11.03.2023, em conversa com um morador, questionou-se sobre a possibilidade de venda de parte da terra para quem não fosse da comunidade, sendo então informada a impossibilidade, porquanto, diante da organização social dos integrantes da comunidade, não poderia sequer haver ocupação por outros membros da comunidade se não fossem da família daquela área.

Excepcionalmente a esta regra, relatou o morador que somente poderia haver ocupação de área de outra família, se a exemplo, um morador da família C5, casa ou constitui união estável com morador da família C6. Assim, haveria a possibilidade de assumir este espaço territorial.

Em uma visita posterior, mostrando o mapa impresso, o morador B1 foi me guiando na produção do rascunho, anotando onde era a divisão espacial do território para cada família.

Ademais, este mesmo morador, quando da participação da entrevista, mencionou sobre a divisão de famílias:

> A família de cima aqui que é a família da C5 tem a parte deles e a gente que é dos C6 é pra baixo né, então é dividido em duas famílias vamos dizer no caso. Ah, aqui embaixo é duas famílias? (pergunta do pesquisador) É. Entendi. Então é o C5 pra cá né?, e C6 pra baixo?. Mas vamos até onde ali? (pergunta do pesquisador). C5, é até na canhada lá na... Até aquela rua ali que entra? (pergunta do pesquisador) Não. Pra baixo da rua. Tem aquela casa e lá embaixo tem o trator lá, tem a cerca lá que divide lá. Sei, sei. Aquele dia te mostrei. Daquela cerca pra lá, essa é nossa e da cerca pra cima, até ali no carro ali é deles daí ó tá, e essa área aqui? essa área aqui daí é da comunidade também mas daí já é... já é... já não tem nada a ver com aquele terreno de lá daí faz parte da comunidade, mas... tá, aqui é como se fosse um centro de lazer? (pergunta do pesquisador). as pessoas se reúnem aqui e fazem o centro de lazer…

A este tempo, as famílias C5 e C6 construíram suas habitações em proximidades com as residências de seus pais/avós, porquanto, estes foram os primeiros a serem moradores da CRQ-VEM.

A imagem abaixo demonstra a divisão da área 2 nas respectivas famílias:

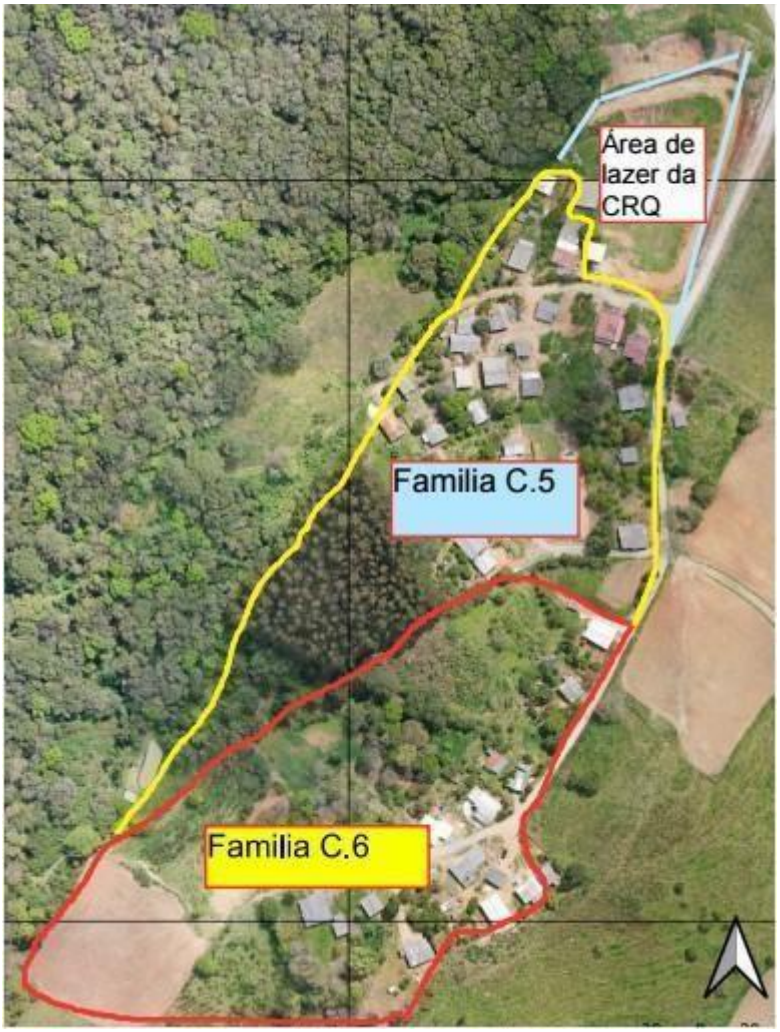

Figura 6: Área 2 - divisão por famílias

Fonte: Adaptado de BARROS. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

Pode-se atribuir, tanto em campo quanto nas imagens coletadas, que a forma de organização social da CRQ-VEM, embora dividida em duas porções de terras diferentes e com características jurídicas distintas, como se verá adiante, é a mesma, qual seja, residências próximas por vínculos familiares, podendo cada área ser ocupada somente por membros da própria família.

Nas entrevistas com os membros da comunidade, quando questionados sobre quem eram seus vizinhos mais próximos, as respostas convergiram para o mesmo ponto: familiares.

O entrevistado B1 respondeu que seus vizinhos mais próximos eram seus irmãos, seu primo, sua mãe e sua tia.

Tal como as respostas das entrevistadas B2 e B3, que são primas e vizinha uma da outra, relatando que os vizinhos mais próximos são seus tios, mães e irmãos.

Pode-se afirmar, desde logo, que a organização social da comunidade, notadamente a forma de organizar o território e as respectivas moradias passam sempre pela análise de vínculos familiares.

Em que pese o trabalho realizado no ano de 2014, por (LARA; PIMENTEL, 2014), informar não haver um representante ou líder comunitário da comunidade, quando fui apresentado à CRQ-VEM no ano de 2022, conheci o morador responsável por nos receber, o qual foi entrevistado - morador B1.

Em todas as inserções em campo, inclusive quando das atividades pelos alunos da extensão universitária e do festival quilombola promovido, o contato sempre foi o morador B1, cuja condição era sempre nos orientar com relação a datas e repassar sobre agendamento e avisos à comunidade.

Muito embora não haja uma aspecto formal e jurídico de liderança, tal como a formalização de associação de moradores, cumpre destacar que o morador B1 sempre figura nas falas dos entrevistados como o líder comunitário.

A despeito das narrativas sobre eventual líder comunitário os entrevistados respondiam:

O morador B1 atribui-se como líder na seguinte perspectiva

> É, o líder comunitário sou eu. E assim, é da comunidade inteira ou é dividido em entre 1 e 2? (pergunta do entrevistador) de tudo? De tudo. Entendi. Tem eu e tem mais duas. Duas moças aí que é a minha irmã e a Beatriz. Fazem parte, mas o líder sou eu, né? Sempre fui eu, sempre... Elas te ajudam, assim?. (pergunta do entrevistador) Elas me ajudam, mas sempre fui eu que sou.

Inobstante esta autodeclaração de liderança, pode-se afirmar que a comunidade igualmente visualiza o morador B1 como liderança comunitária, posto

que as respostas de todos os entrevistados apontam o nome do morador B1. O entrevistado B5, inclusive, morador da área 1, afirma que o morador B1 é o líder comunitário.

Para além dos limites do território da CRQ-VEM, a entrevistada A1, profissional que atuou por muitos anos junto à comunidade, lembra quando conheceu a comunidade, ressaltando a proatividade do morador B1 desde a sua infância:

> O B1 era pequenininho, desde pequeno, já era um piá bem ativo…
>
> Falando em liderança, quem é a liderança lá na Vila Esperança? (pergunta do pesquisador). Se autointitula liderança, acho que é o B1, o B1. Na verdade, é o contato que a gente tem lá. Pode vir que eu vou avisar. Ele desde pequeno tinha essa... Mas é o B1.

Embora exista uma liderança comunitária informal, não há associação de moradores na CRQ-VEM.

A indicação da necessidade de formalização de associação já foi realizada na reunião junto ao INCRA no ano de 2009, quando a servidora mencionou que, para a concretização do reconhecimento do território quilombola, seria necessária a constituição de associação em obediência ao artigo 24 da Instrução Normativa 57/2009 do INCRA.

Comparativamente na CRQ-Restinga, há associação de moradores, que, com suas lideranças, fomentou diversas iniciativas junto ao poder público, tais como eventos, participações em reuniões governamentais, garantindo aos moradores uma atuação voltada aos propósitos das necessidades da comunidade.

Outro exemplo da força de atuação da comunidade com associação formalizada é o caso da CRQ-Invernada Paiol de Telha, a qual foi a primeira CRQ a ser parcialmente titulada no Estado do Paraná e no governo Bolsonaro, como informado na matéria “Por que a titulação do Quilombo Invernada Paiol de Telha é tão emblemática?”, publicada no site da organização de Direitos Humanos, Terra de Direitos. (TERRA DE DIREITOS, 2019).

4.5 ASPECTOS TERRITORIAIS COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DA VILA ESPERANÇA, LAPA/PR

Como já vislumbrado na caracterização da CRQ-VEM, a ocupação pela comunidade é dividida em duas grandes porções de terra, uma mais próxima da Rodovia BR-476, definida nesta pesquisa como área 1 e a outra mais abaixo, definida aqui como área 2.

Para chegar na comunidade, o acesso é realizado por uma estrada local, não pavimentada, onde seu prolongamento dá acesso à área 1, aos imóveis de vizinhos, como também à área 2 da comunidade.

4.5.1 Aspectos documentais e ocupacionais

Área 1

A área 1 fica mais próxima da rodovia, conforme é possível visualizar na foto abaixo:

Figura 7: Área 1

Fonte: Adaptado de BARROS. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22.

Em uma das inserções em campo, em conversa com uma das famílias pertencentes à área 1 - família do Sr. C4, fui questionado se poderia auxiliá-los na demanda de regularização do ITR (Imposto Territorial Rural), pois não sabiam se estava adimplido ou não. Assim, me apresentaram alguns documentos que possuíam das suas terras, tais como comprovantes de pagamentos anteriores, bem como escritura de compra e venda de imóvel.

Entretanto, após minuciosa busca de elementos documentais, especialmente documentos de registro de imóveis, constatou-se que a parte superior da Vila Esperança de Mariental, ou seja, a mais próxima da rodovia, área 1, possui registro junto ao Serviço Registral de Imóveis da Lapa/PR, sob o número 7.6XX[13].

Com a finalidade de prestar tal esclarecimento, realizei uma análise concreta dos documentos, nos quais constatei inicialmente que a escritura de compra e venda menciona a aquisição de uma parte ideal de área. Posteriormente, pela emissão da matrícula atualizada, constatei que a área estava dividida em 3 (três) partes ideais para 3 (três) famílias distintas - família C2; C3 e C4.

A respectiva condição confirma a informação encontrada na coleta de dados socioeconômicos nesta pesquisa, ao passo que vinte e cinco residências responderam que possuem registro de documentação (registro em cartório) da sua casa/terreno, enquanto apenas sete informaram não possuir e duas não responderam.

Tal constatação não é a mesma para a área 2, como a seguir se demonstra.

Ademais, as aquisições ocorreram em períodos diferentes de vendedores diferentes. Nota-se, no documento, que a porção de terras referente à área 1 foi adquirida por 03 (três) famílias de vindas da Comunidade Remanescente Quilombola do Feixo - Lapa - PR, nas seguintes condições:

[13] Por questões de proteção de dados e sigilo de informações, embora os documentos ora mencionados sejam de públicos, este pesquisador entendeu por ocultar os dígitos finais das matrículas e substituir os nomes das partes por codificação conforme quadro de item 3.4

i) R.05 da matrícula 7.6XX, cujo título de compra e venda foi realizado em 23.03.1998, às fls. 02X, do Livro 2XX do Tabelionato de Notas da Lapa, da área equivalente a 10 Litros, ou seja, 6.050m², em que é comprador Sr. C2.

ii) R.06 da matrícula 7.6XX, cujo título de compra e venda foi realizado em 13.11.1997, às fls. 1XX, do Livro 2XX-E do Tabelionato de Notas da Lapa, da área equivalente a 20 Litros, ou seja, 12.100m², em que é comprador Sr. C3.

iii) R.11 da matrícula 7.6XX, cujo título de compra e venda foi realizado em 27.08.2009, às fls. 1XX/1XX, do Livro 3XX-E do Tabelionato de Notas da Lapa, da área equivalente a 10 Litros, ou seja, 6.050m², em que é comprador Sr. C4 .

Também é possível vislumbrar, do mapa *Figura 6: Área 1 - divisão por famílias*, a divisão material, jurídica e documental da área 1 da CRQ da Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR em 03 (três) famílias distintas, cada qual com seu quinhão de terra adquirido em datas diversas, bem como de transmitentes diversos, conforme Figura 6: Área 1 - divisão por famílias

Vale destacar que, segundo relatos de diversos moradores, conforme entrevistas realizadas, inclusive com o filho do morador C4, a promessa de substituição de terras já mencionada foi oriunda de um empresário da região, denominado nesta pesquisa de C1.

Todavia, ao vislumbrar a matrícula 7.6XX do Registro de Imóveis da Lapa/PR, não se constata em nenhum registro o nome da referida pessoa. Ademais, o que chamou a atenção deste pesquisador foi o formato do título aquisitivo de cada parte ideal do terreno, cuja condição foi de compra e venda e não de permuta ou outro título translativo não oneroso, o que contrasta, ao menos para esta área, das informações trazidas no (GTCM 2010):

> Segundo seus relatos, a sua presença nessa Vila Esperança está fundamentada na negociação realizada com um fazendeiro lindeiro às suas terras, que lhes propôs permutarem-nas com outras que ele daria, com casas em alvenaria e com banheiros, construídas por ele, tudo totalmente legalizado, com documentos das terras. Após efetuarem a troca e deixarem as terras que possuíam ancestralmente no Feixo, viram que o fazendeiro nada cumpriu do que prometeu em relação à construção das casas, nem forneceu documentos da terra permutada, que depois se descobriu ser uma “invasão”. Quanto as terras ancestrais “permutadas” contam que ele

> declara as haver comprado, mas não as pagou, também. (GTCM 2010, p. 168).

Cabe frisar que os títulos aquisitivos dos moradores da área 1 da CRQ da Vila Esperança de Mariental da Lapa/PR (R-5, R-6 e R-11) foram todos em partes ideais do terreno compreendido da totalidade de 30.250,00m².

A dificuldade de situar geograficamente toda a área do lote de terreno da referida região diz respeito à ausência de posições cartográficas de geoprocessamento ou de elementos de maior clareza, porquanto se faz referência apenas a pontos imprecisos de localização espacial.

Embora os moradores da área 1 tenham informado a oferta de terras em local atualmente conhecido como Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR, em substituição às terras da localidade do Feixo, Lapa/PR, documentalmente o espaço territorial da área 1 da CRQ Vila Esperança de Mariental não demonstra qualquer relação de substituição de terras, mas sim de compra e venda de partes ideais do solo.

Neste contexto, a filha de uma das famílias desta área informou que a vida na Comunidade do Feixo era muito dificultosa, onde estavam distantes da rodovia e do acesso aos bens públicos, além de terem enorme dificuldade de alimentação, tendo relatado inclusive que, por diversas vezes, não tinham o comer no dia ou, quando tinham, apenas se “alimentavam de feijão”.

Todavia, a profissional A1 narra que, quando em projeto com a Emater, ao fazer uma inserção junto à Comunidade do Feixo, soube por relatos que havia uma parte da comunidade que havia trocado as terras com um empresário da região, com a oferta de terras melhores, inclusive com propostas de emprego em sua empresa, conforme destacada no tópico aspectos históricos da CRQ-VEM.

A consulta junto ao sistema Google Earth, nos períodos em que houve fotografias de satélites da área, nos permite ter uma visão sobre os aspectos da formação da área 1 ao longo dos anos, ao realizar uma sobreposição das imagens.

O período estabelecido nesta análise foi de dez anos, iniciando em 2013, por ser a primeira imagem nítida da referida área, com intervalo de cinco anos entre as imagens.

Apresenta-se, abaixo, representação gráfica das construções na área 1 da CRQ-VEM. Na primeira imagem, registro de 2013, observam-se algumas construções (destaque em amarelo). Na segunda imagem, registro de 2018, representa-se quais são as construções novas em relação ao ano de 2013 (destaque em vermelho). Já na terceira imagem, registro de 2023, representa-se as novas construções em comparação com o ano de 2013 e 2018 (destaque em azul).

Comparando as representações, observa-se uma significativa mudança da ocupação territorial em dez anos, considerando o aumento populacional, novas formas de exploração dos recursos naturais e de organização social.

Figura 8: Imagem de 2013 da área 1 da CRQ-VEM

Adaptado de Google Earth Pro - imagem de 04.11.2013.

Figura 9: Imagem de 2018 da área 1 da CRQ-VEM

Adaptado de Google Earth Pro - imagem de 25.02.2018

Figura 10: Imagem de 2023 da área 1 da CRQ-VEM

Adaptado de Google Earth Pro - imagem de 11.09.2023

Para além do levantamento de imagens, esta pesquisa encontrou quarenta e um domicílios ocupados nesta área, além de sete construções vazias e dez outras entre paióis, depósitos, cômodos ou garagens.

Destes domicílios ocupados, cuja cobertura do questionário possibilitou levantar a quantidade de moradores da área 1 - (total de 110 habitantes), foi possível considerar o total de cento e quarenta e oito moradores, o que demonstra uma média de 3,6 moradores por domicílios ocupados.

Área 2

A área 2 fica localizada em região abaixo da área 1, sendo seu acesso realizado pelo prolongamento da mesma estrada sem pavimento de acesso à área 1.

Nesta área também há moradias e uma área de lazer contendo um campo de futebol e parquinho infantil.

A imagem abaixo demonstra por uma vista aérea a área 2:

Figura 11: Área 2

Fonte: BARROS. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

O acesso à referida área possui acentuada inclinação, como será visto em imagem própria. Contudo, na fotografia abaixo, é possível notar a dificuldade de acesso:

Figura 12: área do início do acesso para a área 2

Fonte: o autor

Da mesma forma que na área 1, relatam-se em entrevistas que a substituição de terras foi realizada pela pessoa denominada de *C1.*

Em contrapartida, não se constatou para a área 2 qualquer vinculação documental que ateste o registro/propriedade da área. Porém, em entrevistas com moradores da área 2, novamente se evidencia o relato de substituição de terras da Comunidade do Feixo, com a promessa de recebimento de terras melhores, contendo moradias de alvenaria, bem como melhores condições de plantio e subsistência dos que ali residiam.

Diante dessa informação, este pesquisador realizou diligências junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Lapa/PR, buscando os imóveis que o Sr. ***"C 1"*** possui ou possuía em seu nome, sendo constatados tais registros, cuja numeração será preservada, na proteção de dados, embora sejam documentos públicos:

Matrícula 6.3XX: UM TERRENO DE CAMPO E CULTURA, situado no lugar denominado RINCÃO DO ALVARENGA, neste Município e Comarca.

Matrícula 6.5XX: UM TERRENO DE CAMPO E MATO, situado no lugar denominado CAMPO DO CAPIM, neste Município e Comarca.

Matrícula 6.4XX: Um terreno de capoeira, sem benfeitorias, situado em Retiro, na Colônia Mariental, neste Município e Comarca.

Matrícula 8.9XX: UM TERRENO RURAL DE CAPOEIRA, situado no lugar denominado RETIRO, neste Município e Comarca.

Matrícula 12.8XX: UM TERRENO RURAL, situado no lugar denominado ALTO DA CAPOEIRA, Quarteirão de Botiatuva, neste Município e Comarca.

Matrícula 15.9XX: UM TERRENO RURAL, situado no lugar denominado FEIXO, neste Município e Comarca.

Matrícula 15.9XX: UM TERRENO RURAL, situado no lugar denominado FEIXO, neste Município e Comarca.

Matrícula 15.9XX: UM TERRENO RURAL, situado no lugar denominado FEIXO, neste Município e Comarca.

Matrícula 6.6XX: UM TERRENO DE CAMPO, situado no lugar denominado CAMPO DO CAPIM, quarteirão de Botiatuva, neste Município e Comarca.

Matrícula 8.2XX: UMA PARTE IDEAL, no terreno de capoeira, situado no lugar denominado ÁGUA AMARELA, Município de Antônio Olinto/PR.

Como o foco da presente pesquisa é levantar elementos documentais da área da CRQ Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR, centralizou-se a adoção de pedido de certidão de matrícula de imóveis apenas em relação às matrículas 6.4XX e 8.9XX

do Registro de Imóveis da Lapa/PR, porquanto essas dizem respeito a local denominado Mariental.

A matrícula 6.4XX contém características e localização imprecisas e sem referencial topográfico ou georreferenciamento, não demonstrando qualquer coordenada fiel e segura pela qual se possa atribuir localização georreferenciada da respectiva área.

Em pesquisa junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)[14], obteve-se a localização do seguinte espaço físico para a respectiva área:

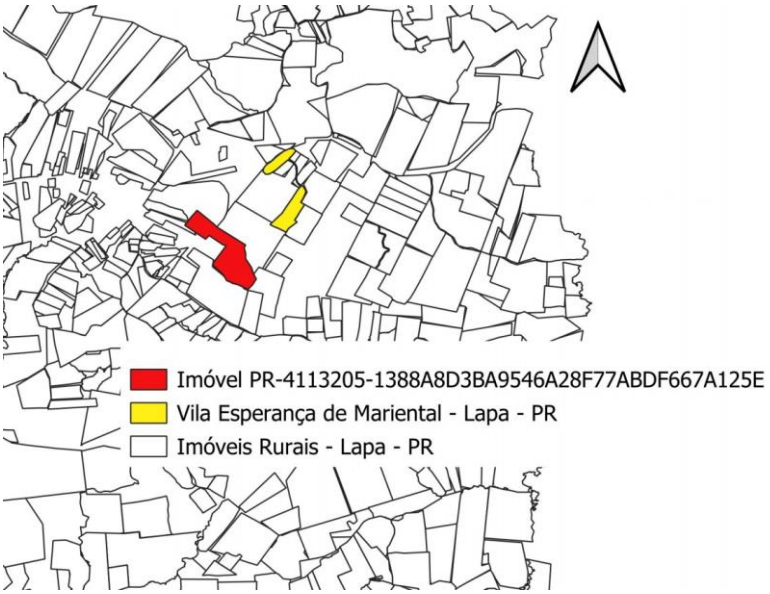

Figura 13: Área CRQ-VEM e imóvel próximo

Fonte: o autor

No mapa acima, a CRQ Vila Esperança de Mariental, Lapa/PR está destacada em amarelo, enquanto a área da matrícula 6.4XX do Registro de Imóveis da Lapa/PR, conforme resultado de busca de seu Cadastro Ambiental Rural, encontra-se em laranja. Conclui-se, portanto, que a matrícula 6.480 não é da área correspondente à Comunidade Quilombola ora em estudo.

A matrícula 8.9XX, igualmente, não contém características e localização, nem tampouco referencial topográfico ou georreferenciamento, não demonstrando,

[14] PR-4113205-1388A8D3BA9546A28F77ABDF667A125E

assim, coordenada fiel e segura pela qual se possa atribuir localização georreferenciada da respectiva área.

Igualmente, a localização é imprecisa e vaga, não demonstrando qualquer coordenada fiel e segura pela qual se possa atribuir localização georreferenciada da respectiva área.

Em pesquisa junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)[15], agora buscando a área da Matrícula 8.9XX, obteve-se o seguinte espaço físico:

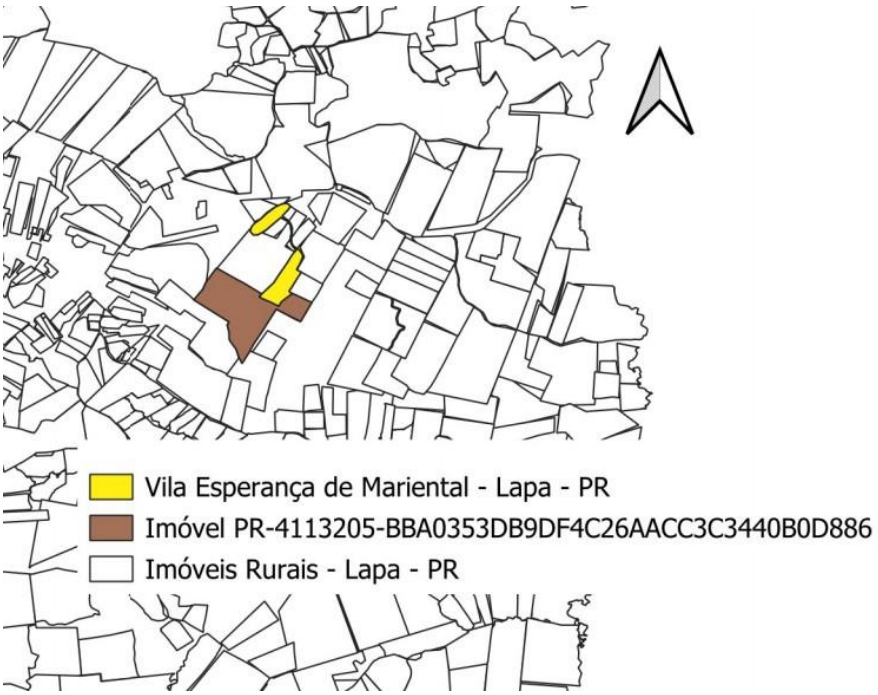

Figura 14: Área CRQ-VEM e imóvel próximo

Fonte: o autor

No mapa acima, CRQ-VEM encontra-se em amarelo, enquanto a área da matrícula 8.9XX do Registro de Imóveis da Lapa/PR, conforme resultado de busca de seu Cadastro Ambiental Rural, encontra-se em marrom. Por conseguinte, é possível também afirmar que a respectiva matrícula não corresponde à Comunidade Quilombola ora em estudo.

Também realizou-se consulta no sistema Google Earth, nos períodos em que houve fotografias de satélites da área, sendo possível uma visão sobre os aspectos

[15] PR-4113205-BBA0353DB9DF4C26AACC3C3440B0D886

da formação da área 2 ao longo dos anos. O período estabelecido nesta análise foi também de dez anos, com início em 2013, para estabelecer o mesmo momento comparativo com a área 1[16], com intervalo de cinco anos.

Abaixo, representação gráfica das construções na área 2 da CRQ-VEM. Na primeira imagem, registro de 2013, há algumas construções (destaque em amarelo). Na segunda imagem, registro de 2018, observa-se quais são as construções novas em relação ao ano de 2013 (destaque em vermelho). Na terceira imagem, de 2023, notam-se as novas construções em comparação com o ano de 2013 e 2018 (destaque em azul).

Comparando as representações, há uma significativa mudança da ocupação territorial em dez anos, considerando também o aumento populacional, novas formas de exploração dos recursos naturais e de organização social. Nesse caso da área 2, o aumento do ano de 2018 para 2023 foi significativo, contando com nove novas residências em 2018 e dez em 2023.

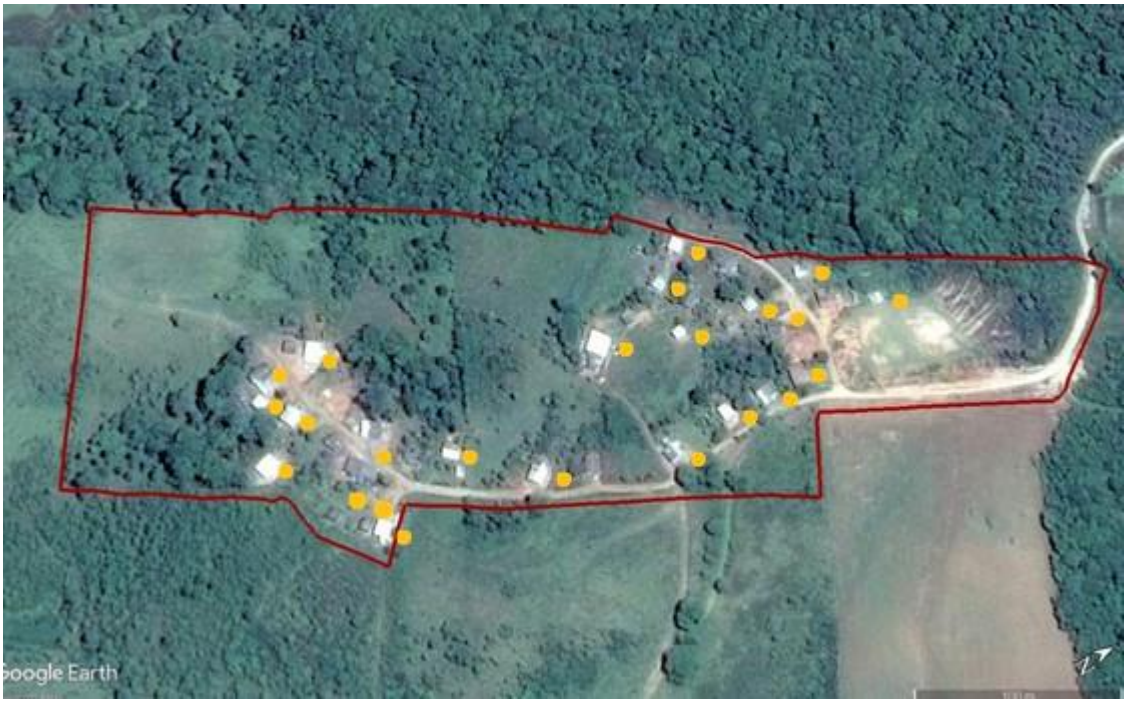

Figura 15: Imagem de 2013 da área 2 da CRQ-VEM

Adaptado de Google Earth Pro - imagem de 04.11.2013.

[16] Embora na área 2 existam as imagens de satélite do Google Earth Pro, anteriores a este período

Figura 16: Imagem de 2018 da área 2 da CRQ-VEM

Adaptado de Google Earth Pro - imagem de 25.02.2018

Figura 17: Imagem de 2023 da área 2 da CRQ-VEM

Adaptado de Google Earth Pro - imagem de 11.09.2013

Portanto, a partir do levantamento de imagens, esta pesquisa encontrou ao total nesta área trinta e dois domicílios ocupados, seis vazios e cinco entre paióis, depósitos, cômodos ou garagens.

Destes domicílios ocupados, cuja cobertura do questionário possibilitou levantar a quantidade de moradores da área 2 (97 habitantes), contabilizou-se cento e quarenta e um domicílios, o que demonstra uma média de 3,0 moradores por domicílios ocupados.

4.5.2 Aspectos Territoriais Gerais da CRQ-VEM

Contando com as premissas acima apontadas, os aspectos territoriais foram objeto de análise, contendo, hodiernamente, diversos aspectos do território, a partir de um estudo iniciado pela PPGAmb, com o mapeamento por drone da CRQ-VEM. (BARROS, et al, 2022)

Ademais, o Plano Diretor do município preconiza a divisão entre área urbana e rural. De tal forma, o que chamou atenção nesta pesquisa foi o fato de que a área 1 encontra-se no perímetro urbano enquanto a área 2, em zona rural, tal como evidenciado pelo mapa constante da Lei Municipal 3710/2020, Lapa/PR.

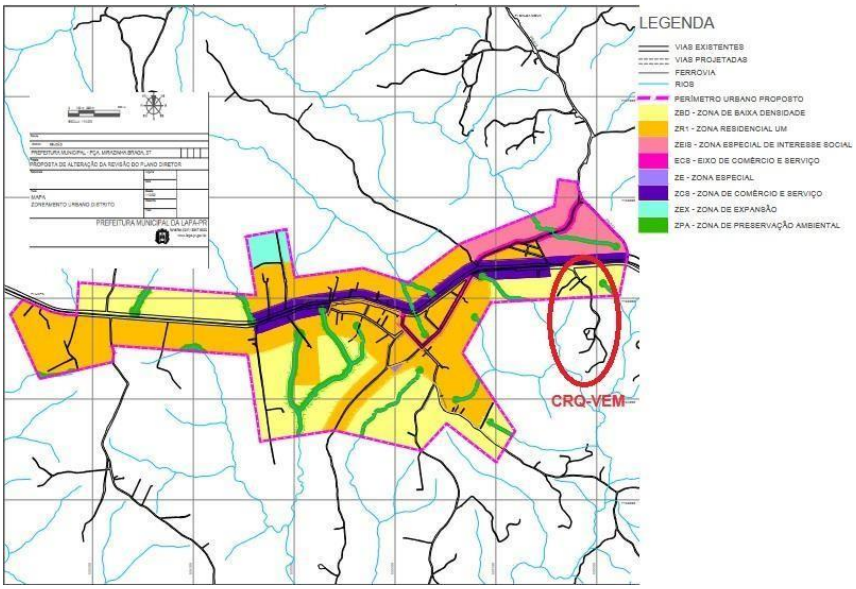

Figura 18: Mapa do recorte do Distrito de Mariental, Lapa/PR.

FONTE: Adaptado de PML, Plano Diretor Municipal (2020).

Assim, é possível vislumbrar no respectivo Plano Diretor que o perímetro urbano (linha rosa pontilhada) compreende tão somente a área 1, sendo a área 2 , assim, caracterizada como rural.

Não obstante o Plano Diretor Municipal dividir a CRQ-VEM em urbano e rural, constata-se, em uma observação local, a diferenciação dos tipos de habitações e características territoriais.

Na área 1, é possível vislumbrar que as casas possuem divisão de muros, com lotes pré definidos em sua maioria, como também a presença de ruas de acesso:

Figura 19: Rua de acesso a área 1

Foto: Wellington Norberto

Figura 20: Rua intermediária na área 1

Foto: Wellington Norberto

Por outro lado, a área 2 não possui a mesma característica, urbana, posto que não há ruas definidas e as casas não possuem divisão de lotes com muros ou cercas:

Figura 21: foto de entorno na área 2

Fonte: o autor

Figura 22: foto de entorno e casas na área 2

Fonte: o autor

4.5.2.1 Condições de acessibilidade da CRQ-VEM

Buscando um aprofundamento no que tange à ocupação territorial, e diga-se, neste momento, sob a perspectiva das relações do espaço vivido, tem-se, ao analisar o mapa de declividades (cuja referência foi com curvas de nível de 1 metro), que a área 1 possui um padrão mais plano com variações de 2% a 12,5% de inclinação, o que demonstra algumas áreas com declividade inferior a 2%, portanto, sujeita a maiores possibilidade de alagamento, já as demais áreas estariam dentro dos limites da NBR 9050[17] que prevê que caminhos acessíveis devem ter até 8,33% de inclinação.

Todavia, ao ser analisada a área 2, é possível verificar uma maior inclinação, especialmente 12,5% a 45%, o que demonstra um terreno de difícil acesso tanto para locomoção quanto para edificações.

[17] NBR 9050, preconiza a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Com relação à dificuldade de locomoção, diariamente os moradores desta área necessitam se deslocar até o acesso principal junto à Rodovia BR-476, para fazerem compras em supermercados, atendimento médico, escola e trabalho.

Quando das inserções em campo, presenciei crianças e adultos caminhando de suas casas na área 2 até a rodovia, caminhar este com bastante dificuldade, tanto pela declividade do terreno quanto pelas condições da estrada sem pavimentação. A dificuldade se agrava quando há chuvas, pois, dada a inclinação do terreno, a estrada forma “canaletas” naturais para o escoamento da água.

Figura 23: foto do acesso a área e as consequências da chuva

Fonte: o autor

Figura 24: foto das canaletas de água provenientes das consequências da chuva

Fonte: o autor

Torna-se ainda mais complicada a locomoção nessas condições quando se pensa em pessoas com necessidades especiais, a exemplo de um morador cadeirante. Quando questionado pelo pesquisador sobre como se deslocava na comunidade ou sobre acesso para a Rodovia, disse sempre precisar da ajuda de vizinhos e parentes com veículo para fazer o necessário deslocamento.

A imagem a seguir demonstra parte da estrada de acesso desta área, onde é possível verificar diversas construções habitacionais:

Figura 25: foto das condições de acesso na área 2

Fonte: o autor

O mapa de declividades mostra para a área 2 um indicativo de declividade de 25% a 45%:

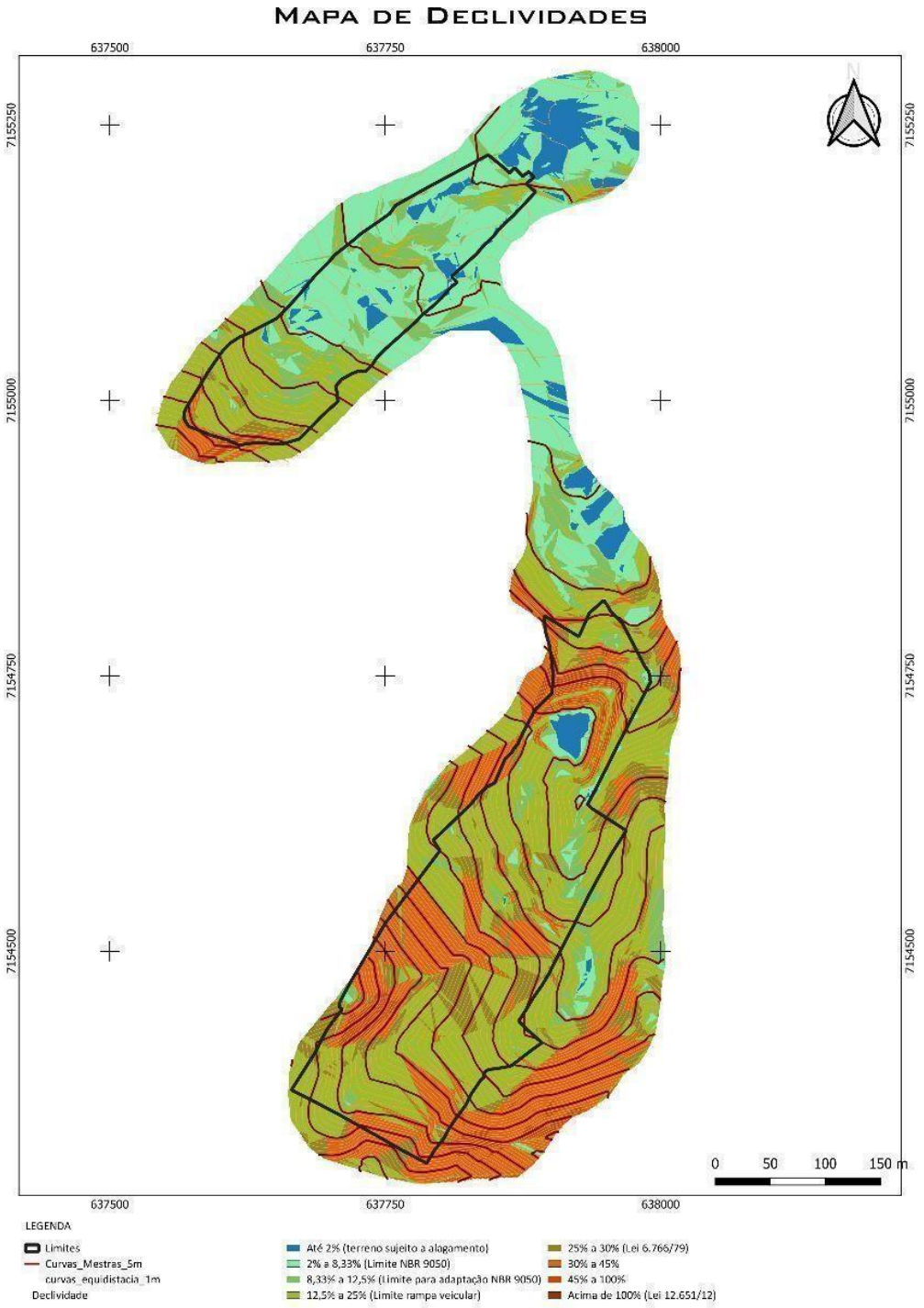

Figura 26: Mapa Declividades

Fonte: Andrade. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

Para melhor compreensão a despeito da declividade, realizou-se um destaque apenas da área de declividade de 12% a 45%, demonstrada a seguir:

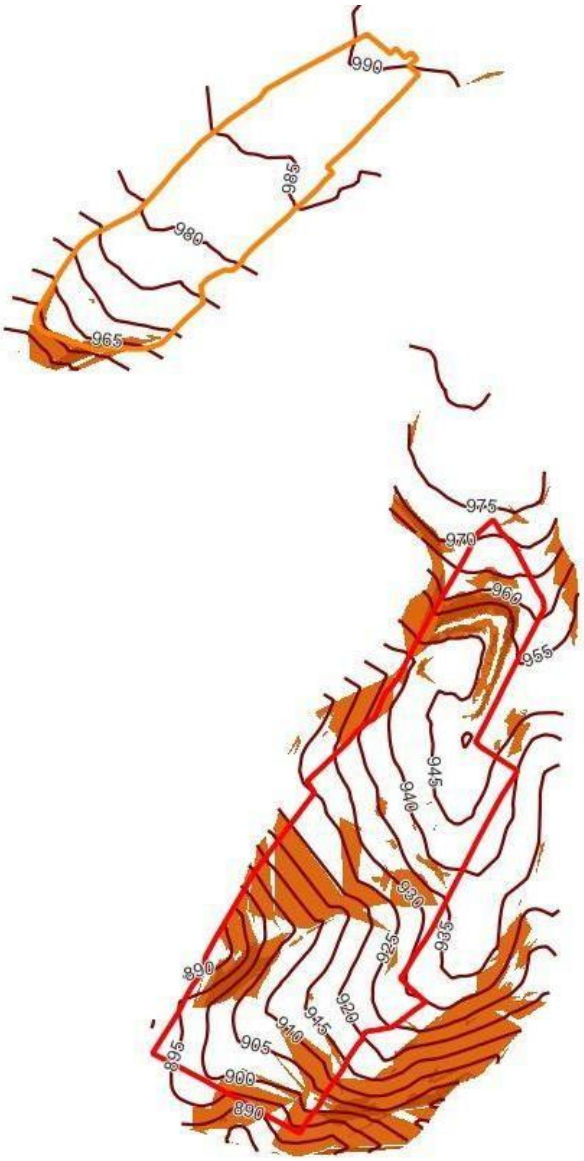

Figura 27: Mapa Declividades - sobreposição

Fonte: Adaptado de Andrade. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22.

4.5.3 Aspectos Territoriais Ambientais da CRQ-VEM

Muito embora o objeto de estudo não seja de maneira específica as características ambientais da comunidade, é necessária a abordagem das principais características socioambientais da CRQ-VEM.

A partir de uma lógica territorial, sobretudo com relação à interação do indivíduo com o meio ambiente, após as considerações territoriais, é necessário demonstrar as condições ambientais que permeiam o território e seu entorno.

Em primeira análise, destaca-se que o Plano Diretor do Município da Lapa ,PR - Lei 3.710/2020 determina que a área pertencente à CRQ-VEM se encontra dentro da área de manejo sustentável Rio da Varzea.

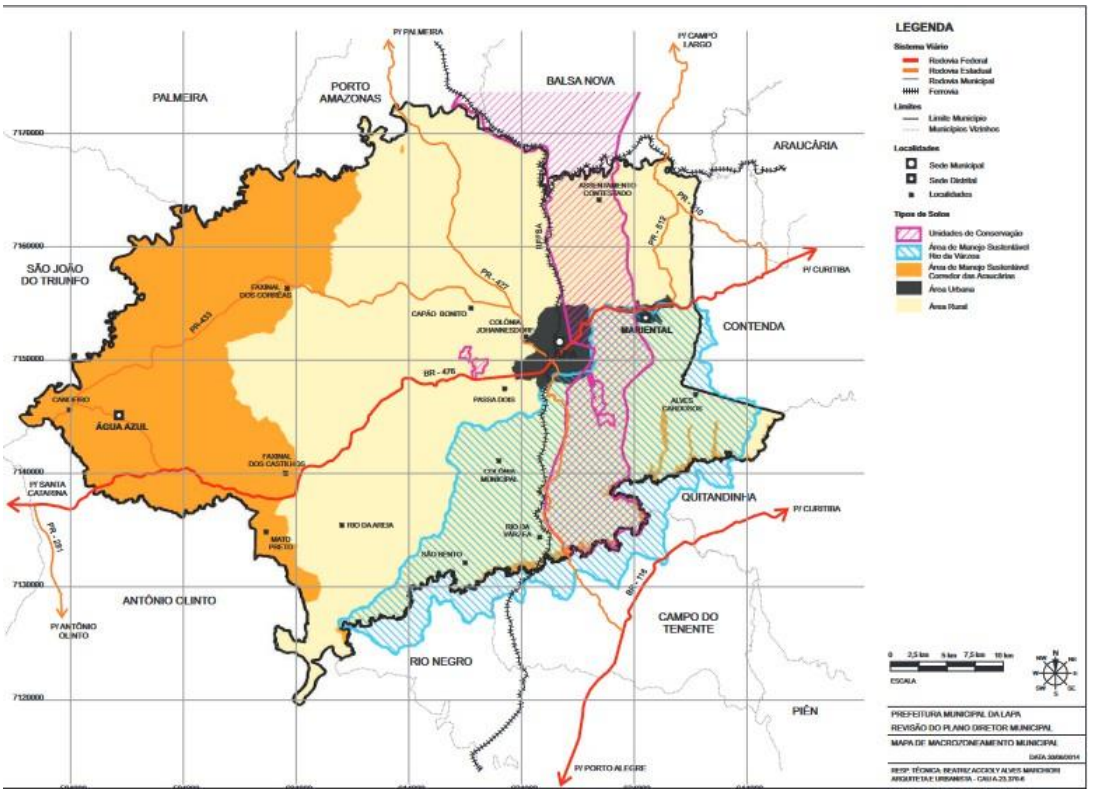

Figura 28: Mapa de áreas prioritárias de conservação do Município da Lapa/PR.

FONTE: Adaptado de PML, Plano Diretor Municipal (2020).

Portanto, serão realizadas considerações à luz do mapa acima, Figura 31, cuja construção oportunizou a visualização de diversos indicadores ambientais.

O primeiro ponto que merece destaque nesta análise territorial é a presença de nascentes nos limites confrontantes da CRQ-VEM. A primeira nascente verificada encontra-se no limite com a área 1, a outra no limite com a área 2, além de uma na porção intermediária entre as áreas 1 e 2.

O Código Florestal estabelece que as proximidades de nascentes, em um raio de 50 (cinquenta) metros, serão consideradas Área de Preservação Permanente (APP), a despeito do artigo 4º inciso IV do Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012).

Figura 29: Mapa Ambiental.

Fonte: Adaptado de Andrade. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

Como se observa na imagem acima, o limite legal de APP encontra-se delimitado pelo círculo verde (com raio de 50 metros) ao entorno das nascentes. Abaixo, realizou-se um recorte apenas com base na área 1:

Figura 30: Mapa de áreas de nascentes (50 metros)

Fonte: Adaptado de Andrade. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

Nota-se que os limites da ocupação da área 1 estão em conformidade com o raio mínimo de 50 (cinquenta) metros, conforme artigo 4º inciso IV do Código Florestal Brasileiro (Lei 12651/2012).

Inclusive, com relação às nascentes, a entrevistada A1, após discurso sobre a questão da água, ao ver uma imagem que o pesquisador tinha sobre a mesa (foto área da CRQ-VEM - Figura: 3, lembra e aponta a seguinte narrativa:

> Na primeira coisa que surgiu foi a questão da água eles não tinham água boa para tomar eles pegavam água de um córrego que tem abaixo é vindo assim que acho que é esse aqui, é o de cá direita aqui ó, aqui tem uma nascente aqui ó eles pegavam água e essa nascente que ela escorre aqui também, e essa água vinha contaminada, por resíduos do posto de gasolina e da também da empresa do C1. Então, ela vinha às vezes com óleo, eles relatavam água com rato, sem proteção nenhuma, mas era o que eles tinham. Então, se veja, eles estavam em uma situação assim, horrorosa.

A despeito da narrativa acima, há relatos que em tempos pretéritos, os moradores, por desconhecimento e necessidade devido à falta de saneamento

básico, utilizam uma das nascentes para lavar roupas e demais necessidades do dia a dia.

Portanto, em razão da presença de nascentes e cursos de água nas áreas em torno da CRQ-VEM, é imprescindível que se trabalhe a consciência ambiental na proteção e preservação do meio ambiente.

Nesta mesma condição, é importante destacar a presença de mata nativa nos limites de entorno da CRQ-VEM, conforme é possível visualizar do recorte da Fig 31:

Figura 31: Recorte do Mapa de áreas de nascentes (50 metros)

Fonte: Adaptado de Andrade. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

Assim, é possível constatar que, tanto na área 1, quanto na área 2, a comunidade faz divisa com área de vegetação nativa. Isso é um fato de atenção aos moradores, a fim de que contribuam com a conservação e manutenção das espécies que habitam a referida mata, pois sabe-se que o entorno de vegetações nativas são corredores de trânsito de diversas espécies animais.

Outro ponto importante na caracterização da preservação do meio ambiente, tanto no entorno quanto nos perímetros da comunidade, é a adequada instrução sobre as espécies de plantio e os locais devidos. Observa-se, por exemplo, na CRQ-VEM, especialmente na área 2, o plantio de mandioca em áreas de declividade.

A área em declividade em que se observou o plantio, parte acima da área de lazer, caracteriza-se pela acentuada inclinação e ausência de árvores ou mecanismos de suporte contra eventual deslizamento de terras, como a seguir se visualiza na imagem realizada do alto da área:

Figura 32: Área superior a área de lazer - plantio

Fonte: o Autor

O plantio de mandioca em áreas em declividade pode acarretar, no momento da colheita, situação danosa à estrutura do solo, fortalecendo condições aptas a um deslizamento de terras.

No final do território da CRQ-VEM, especialmente na área 2, nota-se uma pequena área de terras onde é possível a prática de agricultura.

Assim, questionado o morador B1 sobre o plantio, informou que é de uma família da comunidade, e que geralmente planta milho, porém “há tempo o milho não vinga ou é pela falta ou excesso de chuvas, bem como o solo não é bom para cultivo”.

No recorte da imagem abaixo, visualiza-se a respectiva área, cuja condição no ano de 2022 era de ausência de cultura.

Figura 33: Área de plantio - área 2

Fonte: Adaptado: BARROS. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

Ademais, nos limites da área 2, em divisa com mata nativa, há o plantio de eucaliptos, conforme demonstrado na imagem área, bem como em fotos da comunidade:

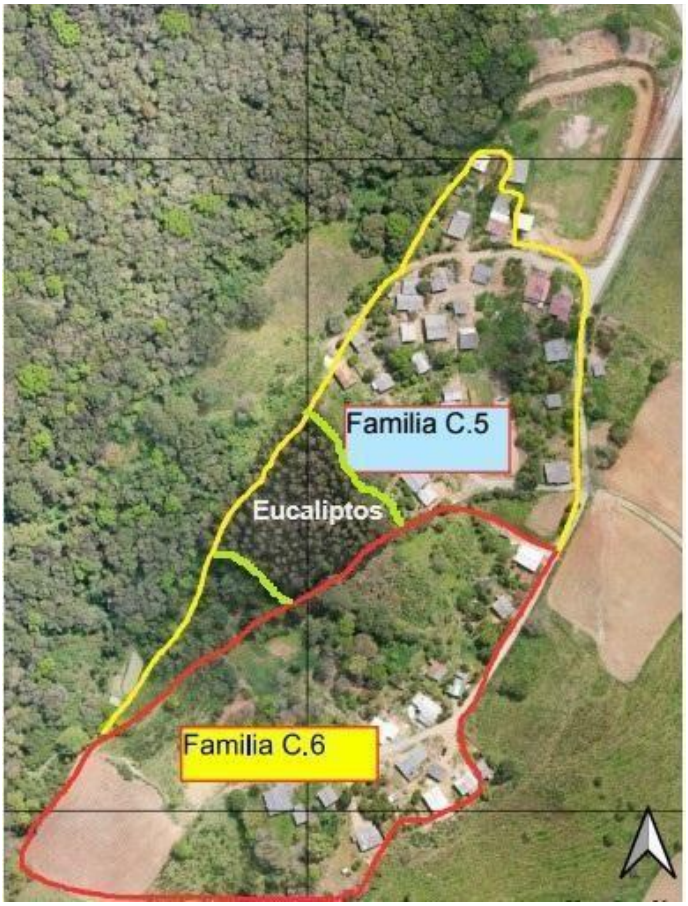

Figura 34: Área de plantio de Eucaliptos- área 2

Fonte: Adaptado de BARROS. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

Nesta área, a família C5, realizou o plantio das árvores e realiza o devido cultivo, conforme é verificado:

Figura 35: Imagem da silvicultura de Eucaliptos

Fonte: o Autor

O plantio de árvores, notadamente para a silvicultura, necessita de um planejamento, manejo e adequada extração, a fim de preservar as condições da fauna e flora presentes na região. Não sendo objeto de estudo as práticas ambientais na CRQ-VEM, anota-se apenas a necessidade de conscientização da comunidade com relação à sustentabilidade das suas práticas.

Na área 1, não há um espaço adequado e suficiente para a agricultura, mesmo que em pequena escala. Existem, porém, pequenas hortas familiares, cuja condição permite cultivos de feijão, milho e mandioca, conforme foi observado em campo, que eram compartilhados inclusive entre os familiares C4.

Em uma das visitas, presenciei o morador B5 realizando a limpeza do pequeno espaço de plantio. Questionei o que havia sido plantado, sendo me informado que era feijão, mas possivelmente não iria dar boa colheita, pois não havia chovido por aqueles dias e a germinação estaria prejudicada.

Em outra oportunidade, tempos depois, perguntei se havia sido colhido o feijão daquela época, sendo sinalizado pelo mesmo morador que não, pois foi perdido tudo por falta de chuvas. Perguntei se havia algum outro plantio, sendo que me foi apontado para a lateral esquerda da área C4, onde havia uma incipiente

plantação de milho, com pequenas mudas em brotamento. O morador informou que naquela época havia chovido muito e as raízes ficariam podres.

Observa-se inclusive na Figura 28, que a área 1 está mais sujeita a alagamentos, diante da sua declividade não superior a 2%, em sua maioria.

Ainda na área 1, observou-se criação de suínos em um pequeno espaço e sem o adequado tratamento, o que pode, em tese, criar diversas contaminações ao solo, bem como aos moradores daquela região.

Dito isso, os moradores da CRQ-VEM, seja da área 1 ou 2, possuem pequenas árvores frutíferas nas proximidades das suas residências, em sua grande maioria trata-se de limão e laranja, como observa-se da imagem:

Figura 36: árvores frutíferas

Fonte: o Autor

A par de todo o contexto de aspectos territoriais, em na área 1, igualmente se observou criação de suínos em um pequeno espaço sem o adequado tratamento, o que pode, em tese, criar diversas contaminações ao solo, bem como aos moradores daquela região.

Portanto, essas foram as contribuições socioambientais presentes nesta pesquisa que procurou levantar de forma macro as condições do meio ambiente e sua relação com a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo a análise da constituição, formação e utilização atual do território da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança, localizada em Lapa/PR, e suas implicações na fragilidade da identidade étnico-cultural no processo de autorreconhecimento quilombola, bem como seu reflexo na formação do vínculo comunitário.

A escolha da região de estudo, a CRQ-VEM, foi motivada pela carência dos membros da comunidade, evidenciando deficiências estruturais e condições habitacionais, acessibilidade limitada, assistência social precária, manejo do solo e gestão ambiental, especialmente ao ser comparada com outras duas comunidades remanescentes quilombolas em Lapa/PR.

Para atingir esses objetivos, esta pesquisa fundamentou-se em análises documentais, mapas, entrevistas e diários de campo com observações diretas. Inicialmente, foi conduzida uma revisão de literatura, explorando bases de dados com os termos "comunidade quilombola" e "território", fundamentais para abordar a pergunta de pesquisa: "Como a Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental, Lapa, Paraná, constitui e utiliza seu território, e qual é o impacto dessa relação territorial na formação da identidade étnico-cultural e no processo de autorreconhecimento quilombola?"

Um levantamento de trabalhos anteriores sobre as comunidades em questão foi realizado para complementar as abordagens já existentes, considerando a falta de pesquisas específicas sobre a ocupação territorial e o autorreconhecimento na Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança.

O processo de pesquisa teve início em março de 2022, com visitas à comunidade em foco e às outras duas comunidades. Durante essas visitas, foram promovidos eventos educativos, culturais e de empoderamento dos habitantes locais. Além disso, foi estabelecido um acompanhamento do estudo de alunos de graduação e pós-graduação da Universidade Positivo junto às comunidades, abordando aspectos culturais e levantamento de dados socioeconômicos.

Outras etapas envolveram o levantamento documental da CRQ-VEM, através da obtenção de certidões de registro de imóveis junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Lapa/PR. A pesquisa também incluiu a busca de documentos e dados históricos relevantes na Casa da Memória da Lapa/PR, proporcionando uma visão do processo de abolição da escravização negra na cidade.

Com o intuito de compreender o atual andamento do processo de reconhecimento territorial da comunidade certificada, realizou-se uma reunião entre o pesquisador e servidores do INCRA, proporcionando acesso ao processo de reconhecimento e revelando as dificuldades enfrentadas na elaboração da RTID junto às comunidades remanescentes quilombolas da Lapa/PR.

No âmbito territorial, foram conduzidos levantamentos de mapas, fotos aéreas de satélite e estudos por drone pelo PPGAmb. Aspectos geográficos foram abordados para analisar as características socioambientais relacionadas ao plantio de subsistência e práticas agrícolas na comunidade.

Sob o enfoque ambiental, abordaram-se aspectos macro como a localização de áreas circundantes à comunidade, tais como mata nativa, Área de Preservação Permanente (APP) e nascentes. Adicionalmente, por meio de fontes como entrevistas com a comunidade e pesquisa de campo, foi possível compreender as práticas de cultivo de plantas e criação de animais.

A análise de mapas permitiu identificar deficiências no manejo do solo local, o qual se revelou desafiador para a exploração agrícola.

Ao longo desse período, foram realizadas diversas visitas aos membros da CRQ-VEM, estabelecendo-se uma relação de confiança com o pesquisador para obtenção de informações. Isso possibilitou uma compreensão mais profunda do modo de vida dos membros da comunidade, abrangendo aspectos como renda, estrutura familiar, utilização dos recursos naturais, acessibilidade, mobilidade e vida social, contribuindo com a robustez dos resultados obtidos na aplicação dos questionários.

O trabalho de campo envolveu entrevistas semiestruturadas com profissionais que já atuaram juntamente na comunidade, bem como com moradores da comunidade, contribuindo para esclarecer questões relacionadas à identidade, território e cultura quilombola.

Os resultados obtidos proporcionaram uma resposta satisfatória à problemática da pesquisa, destacando informações sobre a constituição e uso atual do território. A análise da origem da ocupação, sob a perspectiva do conceito de territorialidade, permitiu concluir que a migração dos remanescentes quilombolas do território da CRQ-Feixo para uma nova área foi um fator crucial no contexto de uso do território e seus desdobramentos.

A opção dos moradores da CRQ-VEM por habitar no atual território, está relacionada, após a triangulação de dados e informações, em busca por melhores condições de vida..

Para atender à pergunta de pesquisa, as entrevistas com os moradores foram de extrema importância para compreender o conceito de quilombola, incluindo o conhecimento sobre si mesmos e a origem de seu povo. Adicionalmente, revelou-se, por meio das entrevistas, a estigmatização e o preconceito enfrentados pelos membros da comunidade em relação à sua condição de moradores de CRQ, sendo reforçado pelos relatos de profissionais que interagiram com a CRQ-VEM.

O conceito de remanescente quilombola revelou-se multifacetado, abrangendo ancestralidade, ocupação territorial, marco temporal, manutenção de cultura e tradições. Reduzir esse conceito à ocupação originária do território por remanescentes de quilombo seria excluir uma parte crucial desse povo que enfrenta estigma racial e territorial.

Contudo, a falta de perspectiva em relação à tramitação do processo de regularização territorial junto ao INCRA, iniciado em 2009 sem a conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), representa um elemento desmotivador para a regularização do território. Sabe-se que a elaboração do RTID enfrenta dificuldades financeiras, sendo um processo complexo que inclui levantamento antropológico, social, territorial, geográfico e jurídico da região e de seus membros.

Segundo a Organização Não Governamental Terra de Direitos, em matéria publicada em 12.05.2023, no atual ritmo, o Brasil levará 2188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no INCRA, posto que apenas 53 (cinquenta e três) territórios possuem titulação integral ou parcial, conforme abaixo:

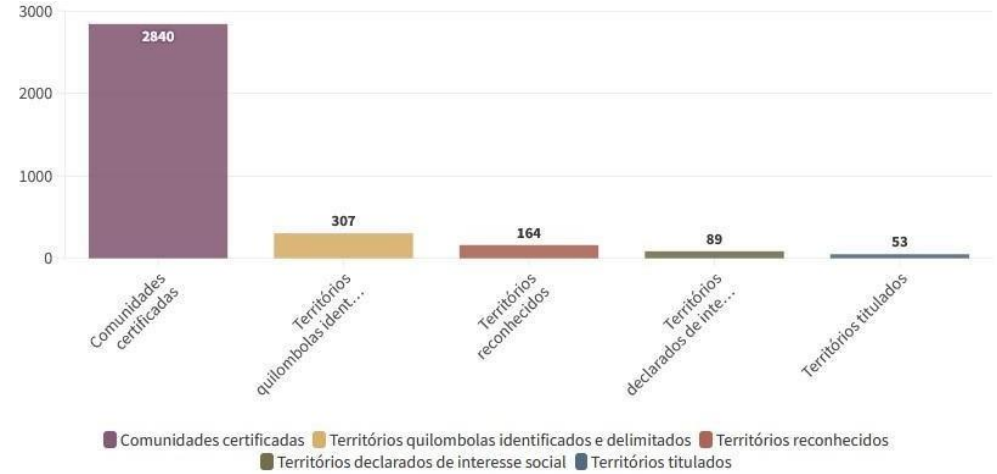

Figura 37: Infográfico das condições jurídicas das comunidades remanescentes

Fonte: Incra/Fundação Cultural Palmares

Contudo, a falta de perspectiva em relação à tramitação do processo de regularização territorial junto ao INCRA, iniciado em 2009 sem a conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), representa um elemento desmotivador para a regularização do território. Sabe-se que a elaboração do RTID enfrenta dificuldades financeiras, sendo um processo complexo que inclui levantamento antropológico, social, territorial, geográfico e jurídico da região e de seus membros.

Portanto, a Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental, Lapa, Paraná, constituiu seu território a partir da migração da CRQ-Feixo, ocupando o atualmente o respectivo território. Desta ocupação, das pesquisas realizadas foi possível constar que na área 1, mais próxima do acesso à Rodovia - BR-476, área está urbana segundo constante no Plano Diretor do Município da Lapa-PR, a formação do território ocorreu pela aquisição da área por 3 famílias que atualmente moram na comunidade.

Estas 3 famílias se dividem na porção do território, sendo ocupado pelos familiares de cada um dos adquirentes das partes ideais do solo.

Já na área 2, não foi possível encontrar documentação legal, embora foram encetados diversos esforços e caminhos de buscas por esta documentação. Todavia, de todo o arcabouço da pesquisa, passando pela análise de referencial teórico, entrevistas, observação de campo e buscas em entidades públicas, foi possível constatar que a ocupação territorial ocorreu pela substituição de terras ocupadas inicialmente na CRQ-Feixo, em troca pela área da CRQ-VEM.

A utlização do território também igualmente estudada e, parte integrante da pergunta de pesquisa, compôs que as famílias se dividiram em áreas 1 e 2, e dentro destas respectivas áreas, estabeleceram limites de ocupação para cada família, sendo oportunamente habitadas por membros da famílias e seus parentes.

Desta relação com o território, a comunidade quando entrevistadas por este pesquisador e igualmente quando das observações de campo, mostrou-se apropriada e conhecedora da cultura e saber quilombola, seja pela ancestralidade, seja pelo uso da terra.

Tal condição se desdobra, obviamente, na caracterização da comunidade e seu autorreconhecimento, o que contribui, desta forma, para o avanço no reconhecimento do território quilombola.

Ademais, a organização no grupo social e fortalecimento dos seus vínculos, tal como presente na referida comunidade contribuem positivamente ao avanço do processo de regularização fundiária junto ao INCRA.

As contribuições desta pesquisa, buscou angariar elementos documentais do território, como o levantamento dos seus limites, com foco no fornecimento de elementos para o processo junto aos órgãos estatais.

Nesta mesma condição, o questionário aplicado e parte integrante desta pesquisa, pode mostrar de maneira quantitativa e mensurar o cenário da comunidade, especialmente no avanço de políticas públicas aptas a diminuir/acabar com vulnerabilidades da comunidade. Neste ponto, ainda, merece um especial

destaque a presente pesquisa, pois de maneira inédita mostrou a realidade territorial da referida comunidade.

Portanto, conclui-se que a presente pesquisa possa com suas contribuições referenciais, de pesquisas de campo, de dados quantitativos, colocar avanços ao processo de regularização fundiária, para que então a comunidade possa ter a comunidade a contemplação das suas garantias e direitos fundamentais dispostas na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rivail Vanin de; MICHALISZYN, Mario; TREMARIN, Adriana Rita. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambient. soc. [online]. 1999, n.5.

ARRUTI, J.M.A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o dialogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v.3, n.2. Rio de Janeiro: Museu Nacional PPGAS/UFRJ, 1997.

_____. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Edusc, 2006.

BARBIERI, José C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1997.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARROS. Et al. Curitiba: Universidade Positivo, 2022. Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22

BRAGA, Alinne Nauane Espíndola; PEDROSA, Raimunda Conceição Rosa. As Políticas Públicas destinadas às Comunidades Quilombolas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 3, n. 1, p. e316342-e316342, 2021.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: O que é e o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zajar, 2003.

BIGARELLA, João José; BLASI, O. BREPOHL; BREPOHL, Dieter. Lapinha: a natureza da Lapa. **Lapa: Lar Lapeano de Saúde**, 1997.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out 2009. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_57_2009.pdf. Acesso em: 23 nov 2022.

BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, José Augusto. Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma Comunidade Negra Rural no Oeste Baiano. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombo: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

CARDOSO, Alainaldo Onofre; ARRUTI, José Maurício Andion. A temática quilombola no banco de teses da capes: mapeamento preliminar. **Relatório Lapf/PIBITI, PUC/RJ**, 2011.

CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério de. **O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba**: memória e esquecimento. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2016.

COSTA, Iany Elizabeth. **A ressignificação da identidade quilombola na comunidade de Paratibe, João Pessoa-PB**: uma análise a partir dos processos de resistência. 2016.

CUNHA, Felipe Gibson; ALBANO, Sebastião Guilherme. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. **Latinoamérica. Revista de estudios latinoamericanos**, n. 64, p. 153-184, 2017.

DA SILVA, André Ricardo Fonsêca. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Política & trabalho**, n. 48, p. 128, 2018.

DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec Nupaub, 2001.

DOS SANTOS, Mauro Augusto; ROCHA, Islane Archanjo. O conceito de território quilombola a partir de uma imbricação de identidade étnico-territoriaL. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 14, n. 2, 2017.

FIABANI, Adelmir. Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. 2008.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE A

QUESTÃO AMBIENTAL. Mana, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 323-348, 2004. ISSN 1678- 4944.

GOMES JUNIOR, J.; SILVA, G. da; COSTA, P. A. B. (Orgs). **Paraná Negro**. Curitiba:

Editora da UFPR, 2008.

GONZAGA, Amilton Vitorino. **Conflitos em territórios quilombolas**: a elaboração de uma cartilha para o enfrentamento do racismo ambiental. 2017.

GTCM - GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA, Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010 – Curitiba, PR: GTCM, 2010.

GUIMARÃES, Augusto; HAMMERSCHIMDT, Arnaldo, (orgs). Ruas da nossa histórica cidade Lapa - Paraná. 2012. Consultado em Biblioteca Publica Municipal “Francisco Brito de Lacerda” - Lapa - Paraná.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2021**: subtítulo. 2021.

ITCG. **Terra e cidadania: terras e territórios quilombolas**. 1. ed. Curitiba: ITCG, 2008. 221p.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. **A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento**. Cadernos Cedes, v. 29, p. 63-79, 2009.

LARA, Larissa Michelle; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. **Políticas públicas de esporte e lazer**: em comunidades quilombolas no Paraná. 2014.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos do Brasil: **questões conceituais e normativas. Etnográfica**, v. 4, 2000. n. 2, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Lisboa, p. 333-354

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. IEGELSKI, Francine; TOMAZI, Tanize; ALVES, Ana Paula Aparecida Ferreira; TUZINO, Yolanda Maria Muniz; FERREIRA, Patrícia; **Geograficidades quilombolas**: um estudo etnográfico da comunidade de São João – Adrianópolis/PR. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos estudos CEBRAP, p. 107-123, 2006

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade quilombola e território. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação**. Belém, v. 21, p. 399-421, 2009.

MALCHER, MARIA ALBENIZE FARIAS. **TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NO PARÁ**: um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará. (2009).

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. **“Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”**: memória do cativeiro, patrimônio cultural e direito à reparação. Iberoamericana, ano XI, n.42, p.145-158, 2011.

MERCADO, Mirian Desplanches. **Saneamento como ferramenta para a sustentabilidade da área quilombola Vila Esperança**, Lapa-PR. 2017.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Relações Étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

_____, et al, Mario Sergio. Projeto Direito Pé da Estrada: **levantamento histórico-cultural das Comunidades Remanescentes Quilombolas da Lapa-Pr**, 2020.

MILANO, Giovanna. **Territórios, cultura e propriedade privada: direitos territoriais quilombolas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) Setor de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MÜLLER, Estêvão. **Além dos mares a liberdade: Alemães do Volga: a epopéia de um povo**. Centro Marista de Estudos e Pesquisa, 1998.

NASCIMENTO, Cláudia Bibas do. **Múltiplos olhares sobre a presença negra na Lapa–Paraná: história e arqueologia (século XIX e XX)**. 2009. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NETO, Olegário B. Ribeiro; LIRA, Elizeu Ribeiro. **O TERRITÓRIO E A IDENTIDADE QUILOMBOLA**: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo–TO. PRODUÇÃO ACADÊMICA, v. 2, n. 2, p. 36-56, 2016.

OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato; DA SILVA, Carla Holanda. **Território, Territorialidade e Identidade Territorial**: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. Caderno de Geografia, v. 27, n. 49, p. 411-426, 2017.

PAULA. F. M. C. **Comunidades do Feixo e da Restinga**: herança dos afro-descendentes da Lapa. Curitiba, PR : Ed. do Autor, 2007.

PAULA, F. M. de C. A fotografia como instrumento de resgate étnico - social nas comunidades afro-descendentes do Feixo e da restinga no município da lapa. Universidade Tuiuti do Paraná UTP, em parceria com Instituto de Pesquisa da afrodescendência IPAD; Curitiba. 2008. 51p. Disponível em: <http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/03/A-FOTOGRAFIA-COMO-INSTRUMENTO-DE-RESGATE.pdf>. Acesso em 19 FEV. 2023.

PEREIRA, Fernando Marcelino. O “Clã da Lapa” na formação da classe dominante paranaense. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 4, n. 1, p. 73-88, 2018.

PERUZZO, Cicilia; VOLPATO, Marcelo. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação. São Paulo, p. 1, 2009.

PRADO, Cristiano; MIRANDA, Darci. **Lapa, nossa História.** Curitiba. Questão de Opinião Editora, 2000.

RANGEL, R.; MIRANDA, A. C. M. de; LARA, L. M. Política Pública de Esporte e Lazer no Feixo: Experiências de Pesquisa em uma Comunidade Quilombola no Paraná. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, 2014.

RIBAS, Karin Cristina Siben. **A constituição de identidade quilombola: um olhar acerca da comunidade quilombola do município da Lapa-PR**. 2019.

RIBEIRO, Dandara dos Santos Damas. **Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos: identidade e famílias negras em movimento**. Dissertação (Mestrado Antropologia Social,) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RODRIGUES, Luan Gustavo. Design e práticas sustentáveis com grupo de mulheres sob vulnerabilidade socioeconômica e ambiental em comunidades remanescentes quilombolas da Lapa-PR. **bola Manoel Ciriaco dos Santos: identidade e famílias negras em movimento**. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) Universidade Positivo, Curitiba, 2018.

SALOMÃO, Fausy Vieira; DE CASTRO, Cristina Veloso. A identidade quilombola: territorialidade étnica e proteção jurídica. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito–PPGDir./UFRGS**, v. 13, n. 1, 2018.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Território e identidade. Encontro de Geógrafos da América Latina**, v. 10, n. 1, p. 13.869-13.881, 2005.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes do. **Preços dos escravos na Província do Paraná:1861 a 1887**. Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos. Dissertação de Mestrado, Curitiba-PR. 1974.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & sociedade**, p. 129-136, 2002.

SILVA, Liliam Ramos da. Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhol-português. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, p. 71-88, 2018.

SILVESTRE, Diego de Oliveira; MOREIRA, Alecsandra P. da Costa. Uso, vivência e conservação do meio ambiente em populações tradicionais: **o caso da comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos**, Alagoa Grande (PB). Cadernos do Logepa, v. 6, n. 2, p. 180-202, 2011

SOUZA, Elane Bastos de. TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E IDENTIDADE. 2021. Kwanissa, São Luís, n. 10, Dossiê: Pensamentos Geográficos Africanos e Indígenas, p. 76-84, 2021.

SOUZA, Daiane; PORFIRIO, Denise. **Os territórios quilombolas como espaços de preservação da identidade nacional e do meio ambiente**. Artigo no portal da Fundação Cultural Palmares, 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=19123

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

_____, F. Comunidade e sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, O. (Org.). Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: Editora da USP, 1995.

VALLE, Marília de Souza do. A Lapa Histórica, preservada e mítica: origens e formação. **Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura**, 1999

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa - Paraná: Aspectos territoriais e autorreconhecimento, destinado à elaboração de Dissertação de Mestrado do pesquisador Allan Gilberto Pereira Barcelos, sob a orientação do Prof. Dr. Rivail Vanin de Andrade, da Universidade Positivo, Curitiba – Pr.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a constituição, formação e uso atual do território da Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) Vila Esperança - Lapa - PR, por meio da análise dos efeitos decorrentes da fragilidade da identidade étnico-cultural no processo de autorreconhecimento quilombola e o seu reflexo na constituição do vínculo comunitário. Os procedimentos de coleta de dados serão aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste termo será arquivada pelo pesquisador e uma via será entregue ao participante. Não haverá qualquer remuneração por sua participação na pesquisa. Há risco envolvido na participação desta pesquisa. O entrevistado pode sentir possível desconforto causado pela participação durante as entrevistas; o participante possui direito de recusa e/ou desistência sem qualquer penalidade; após a conclusão do estudo, o material será incorporado ao acervo da instituição a que o pesquisador pertence; em caso de dúvida sobre a pesquisa, poderá entrar em contato com o pesquisador Allan Gilberto Pereira Barcelos - telefone: (41) 9 9846-0707 / e-mail: allangpbarcelos@gmail.com) ou com o professor orientador Rivail Vanin de Andrade - e-mail: rivail@up.edu.br, bem como no Comitê de Ética da Universidade Positivo – e-mail: cep@up.edu.br ou no endereço: Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300, Campo Comprido, Curitiba. Ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP – telefone: (061) 3315-5878 e (061) 3315-5879 ou no endereço: Esplanada

dos Ministérios, Bloco “G” – Edifício Anexo, Ala “B” – 1º andar, sala 103B, Brasília/DF.

Os benefícios desta pesquisa são a valorização da cultura quilombola, como também o entendimento sobre a ocupação territorial nesta comunidade.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE:

Eu, _____ fui informada(o) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O pesquisador certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Lapa – Paraná

_____

[assinatura do participante]

_____

Assinatura do pesquisador responsável Allan Gilberto Pereira Barcelos

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo

Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300 - 2º andar da Biblioteca Central

Horário de funcionamento: das 8h às 11h e das 14h às 17h.

Tel: 41-3317-3260

E-mail: cep@up.edu.br

APÊNDICE B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, eu _____ RG _____ CPF_____ telefone _____ autorizo expressamente a utilização da minha imagem, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos decorrentes da minha participação na pesquisa – COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL - LAPA - PARANÁ: ASPECTOS TERRITORIAIS E AUTORRECONHECIMENTO – destinada à elaboração de dissertação de mestrado do pesquisador Allan Gilberto Pereira Barcelos RG 7.867.040-1-SSP/PR e CPF 040.944.459-60, sob a orientação do Prof. Dr. Rivail Vanin de Andrade, da Universidade Positivo, Curitiba – PR.

Essa pesquisa tem por objetivo de compreender a constituição, formação e uso atual do território da Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) Vila Esperança de Mariental - Lapa - PR, e analisar suas relações com a fragilidade da identidade étnico-cultural no processo de autorreconhecimento quilombola e o seu reflexo na constituição do vínculo comunitário.

As imagens poderão ser exibidas nos relatórios da referida pesquisa, em publicações e divulgações acadêmicas, bem como em eventos científicos, como igualmente disponibilizadas em banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos. O pesquisador fica desde já autorizado a executar, caso necessário, edição de fotos, a fim de reproduzir no que entender necessário para a aplicação da pesquisa, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados. Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Lapa-PR, _____de _____de 2023.

Assinatura da/o participante

Assinatura do pesquisador responsável
Allan Gilberto Pereira Barcelos
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo
Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300 - 2º andar da Biblioteca Central
Horário de funcionamento: das 8h às 11h e das 14h às 17h.
Tel: 41-3317-3260
E-mail: cep@up.edu.br

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Tendo em vista que a coleta de dados se dará em conversas informais, o formato da entrevista será semiestruturado, seguindo uma lista de perguntas norteadoras que poderão ser abordadas de diferentes formas e ordem durante a conversa.

Perguntas norteadoras para os moradores da Vila Esperança de Mariental, considerando, assim, os critérios de inclusão e exclusão:

- Você é morador há quanto tempo?
- Quem da sua família veio primeiro para a Vila Esperança? Vieram de qual localidade?
- Por qual motivo você e a sua família vieram morar na Vila Esperança?
- Seus vizinhos mais próximos quem são?
- Gosta de morar aqui?
- O que mudou na sua vida ao vir morar na vila Esperança?
- A Comunidade possui algum líder comunitário?
- Você ou alguém da sua família trabalha com agricultura?
- O que é ser quilombola? Você se vê como quilombola? Como os moradores da cidade da Lapa veem os Quilombolas da Vila Esperança?
- Existe preconceito com os quilombolas? Por parte de quem?
- O que você conhece da cultura quilombola? faz parte de algum grupo de cultura quilombola?
- Existe algum centro comunitário ou espaço de reunião coletiva com os moradores da comunidade?
- Existe um ponto de encontro para atividades de lazer, **** (referencial espacial de local)

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Tendo em vista que a coleta de dados se dará em conversas informais, o formato da entrevista será semiestruturado, seguindo uma lista de perguntas norteadoras que poderão ser abordadas de diferentes formas e ordem durante a conversa.

Perguntas norteadoras ao profissionais que já trabalharam na Vila Esperança de Mariental, considerando, assim, os critérios de inclusão e exclusão:

- Por quanto tempo em que ano você executou projeto junto à Vila Esperança de Mariental?
- Qual foi seu projeto?
- em sua pesquisa/projeto, encontrou evidências ou deficiências de características etnico cultural? quais?
- Qual a potencialidade da comunidade, no que pertine à características etnico cultural?

APÊNDICE E – Questionário

LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL (CRQ VEM) – LAPA/PR

1 IDENTIFICAÇÃO E RENDA

a) Família:

b) Localização da casa:

c) Há quanto tempo sua família reside na comunidade? Reside

d) Possui documentação (registro em cartório) de sua casa/terreno? Sim (S) ou Não (N)
   - Se não, gostaria de regularizar? Sim (S) ou Não (N)

e) Número de pessoas que residem na casa:

   - Adultos: Adolescentes: Crianças:

Parentesco	Idade	Sexo	Escolaridade*	Trabalha na CRQ VEM	Externo/ Registro	Não trabalha

*Considere (A) do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental 1 (antigo primário); (B) do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental 2 (antigo ginásio); (C) Ensino Médio (antigo 2º grau); (D) Ensino Superior (E); Especialização; (F) Não estudou.

f) Somando sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar? (Marque apenas uma resposta).

( ) Nenhuma renda
( ) Até 1 salário-mínimo
( ) De 1 a 3 salários-mínimos
( ) De 3 a 6 salários-mínimos
( ) De 6 a 9 salários-mínimos
( ) Acima de 9 salários-mínimos

g) Tem outro trabalho? Sim (S) ou Não (N) Qual?

_____

h) Recebe algum benefício do governo? Sim (S) ou Não (N) Qual?

_____

i) Quantas horas semanais você trabalha?

( ) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais
( ) De 11 a 20 horas semanais
( ) De 21 a 30 horas semanais
( ) De 31 a 40 horas semanais
( ) Mais de 40 horas semanais

j) Com que idade você começou a trabalhar?

( ) Antes dos 14 anos
( ) Entre 14 e 16 anos
( ) Entre 17 e 18 anos
( ) Após 18 anos

2 INSTALAÇÕES DA CASA

*Registro a partir da observação do entrevistador.

Parede		Telhado		Piso		Cômodos	
Barro		Zinco		Terra batida		Sala	
Madeira		Amianto		Cimento		Cozinha	
Tijolo		Barro		Cerâmica		Quarto	
Palha		Palha		Madeira		Banheiro	
Lona/plástico		Lona/plástico		Outro:		Outro:	

a) Número de cômodos:

b) Existência de banheiro como cômodo da casa? Sim (S) ou Não (N)

3 SANEAMENTO

a) Existência de encanamento de água potável na casa? Sim (S) ou Não (N)

b) Origem da água: SANEPAR ( ), poço ( ), chuva ( ), rio ( ), nascente/mina ( )?

- Outro
  :

c) O imóvel tem reservatório de água? Sim (S) ou Não (N)

- Período de limpeza da caixa de água:

d) Moradia tem chuveiro elétrico? Sim (S) ou Não (N)

- Se não, qual a forma utilizada para aquecer a água e local para banho?

e) Usa água fervida/filtrada para beber? Sim (S) ou Não (N)

f) O que faz com o lixo? Diferencia o descarte de restos de alimentos? Qual o destino?

f) Possui algum tipo de fossa? Sim (S) ou Não (N)

4 PLANTIO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

a) Existência de plantações/hortas para alimentação no quintal de casa? Sim (S) ou Não (N)
b) Quais estão plantadas?

_____

c) O que já cultivou que deu certo?

_____

d) O que não deu certo?

_____

e) O que facilita o plantio e o que dificulta?

_____

f) Utiliza alguma ferramenta para arar a terra? Sim (S) ou Não (N) Qual?

_____

g) Produção compartilhada com vizinhos? Sim (S) ou Não (N)
h) O que produz e é consumido, "dá para o gasto" ( ) ou complementa no mercado ( )?
i) Chega a vender o que produz? Sim (S) ou Não (N)

- Vende para quem?

_____

j) Quem cuida da área?

_____

k) Gosta da lida com a terra? Sim (S) ou Não (N) Mais ou menos (S/N)
l) Usa algum tipo de insumo: adubo químico ( ) orgânico/composto ( )?
m) Faz capina manual? Sim (S) ou Não (N)
   - Como usa o resíduo da capina?

_____

n) Presença de frutíferas? Sim (S) ou Não (N)
   - Quais espécies?

_____

o) Compartilham as frutas da época? Sim (S) ou Não (N)
   - Preferência de fruta?

p) Caracterizar o local de plantio (por ex.: sofre influência de lançamento de esgoto doméstico da residência ou de vizinho?

- Erosão/indícios? Sim (S) ou Não (N)

q) Criação de animais destinados à alimentação no quintal de casa? Sim (S) ou Não (N) Quais?

r) É só para consumo interno ( ) ou comercializa ( )?
   - Para onde vai?

s) Produção compartilhada com vizinhos? Sim (S) ou Não (N)

t) Presença de animais silvestres? Sim (S) ou Não (N)
   - Quais são avistados?

u) Tipo de interação: presença eventual ( ) intensa/contato ( ) utiliza como alimento ( )?

v) Tem animais de estimação? Sim (S) ou Não (N) Quais?

5 SAÚDE, DOENÇA E CUIDADOS

a) Você ou alguém de sua família já teve alguma doença relacionada ao consumo de água/alimento contaminado/a? Sim (S) ou Não (N)
   - Se sim, como se manifestou e quanto tempo durou?
   - Na ocasião, foi ao médico? Sim (S) ou Não (N)
   - Recebeu atendimento domiciliar ( ), ambulatorial ( ) ou hospitalar ( )?

b) Você e/ou seus filhos possuem Carteira de Vacinação? Sim (S) ou Não (N)
   - Está em dia? Sim (S) ou Não (N) Especificar:

c) De maneira geral, quais alimentos você e sua família mais consomem?

_____

_____

d) Vai ao médico? Sim (S) ou Não (N) Com que frequência?

_____

e) Vai ao dentista? Sim (S) ou Não (N) Com que frequência?

_____

f) Faz uso de chás/unguentos/garrafadas/plantas medicinais? Sim (S) ou Não (N)
   - Com que frequência?

_____

g) Já foi a alguma benzedeira para resolver algum problema de saúde? Sim (S) ou Não (N)
   - Qual benzedeira? Pertence à comunidade?

_____

6 ARTES MANUAIS

a) Você, ou algum familiar, faz artesanato, obra manual, produto, arte (crochê, pintura, tricô, tapeçaria, cestaria, costura, bordado)? Sim (S) ou Não (N) Especificar:

_____

_____

b) Conhece alguém que faça artesanato ou obras de arte na comunidade? Sim (S) ou Não (N) Especificar:

_____

_____

7 JOGOS, BRINCADEIRAS E ENCONTROS

a) O que as crianças e adolescentes fazem quando não estão na escola?

b) Quais são os jogos e brincadeiras das crianças?

c) Onde brincam?

d) Com quem aprendem esses jogos e brincadeiras?

e) Acontecem festas ou reuniões na comunidade? Sim (S) ou Não (N) Quais?

Tipo	Especificação	Como e quando acontece
1 - Social		
2 - Esportiva		
3 - Cultural		
4 - Religiosa		
5 - Outra:		

8 QUALIDADE DE VIDA

a) Em sua opinião, quais os principais problemas da comunidade?

b) Por que esses problemas acontecem?

ANEXO I

06

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Vila Esperança de Mariental**, localizada no município de Lapa, Estado do Paraná, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 08, Registro nº 800, fl. 12, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, ***É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS.***

Declarante(s):

PROCESSO Nº 01420.002635/2006-67

Eu, **Miriam Caetana de Souza Ferreira** (Ass.)....., Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **14 de novembro de 2006.**

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
E-mail:chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

SEI 54200.003043/2009-66 / pg. 12
Volume I - TO Vila Esperança - fls 1-43 (3727494)

ANEXO II

(1)

REPARTIÇÃO GERAL

Do■

TELEGRAPHOS

Estação ..., 14 de Maio de 1888

Telegramma N. 426

Hora de apresentação 2 m

Numero de palavras 24 pagas

Recebido de Cme

A's 3 H. 10 m.

Assignatura do Telegraphista

Numero de ordem 56 | CARIMBO

Remettido : # .- ,C ,-/

Hora de expe.J.iç o

Assignatura do Telegraphista Expedidor

Procedente ... Da,... Hor- ...

1r ========== r========== ;; ==========

Endereço.

... Vz,-Z'z -ac S;

Nome e mor,.d.a d.oremettente.

... O Delegado Fiscal

ANEXO II

CEP-UP UNIVERSIDADE POSITIVO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título **da Pesquisa:** COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL - LAPA - PARANÁ: ASPECTOS TERRITORIAIS E AUTORRECONHECIMENTO.

Pesquisador: ALLAN GILBERTO PEREIRA BARCELOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68475123.6.0000.0093

Instituição Proponente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTOA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.020.856

Apresentação do Projeto:

A Comunidade Remanescente Quilombola Vila Esperança de Mariental, localizada na região da Lapa - Paraná, será palco de análise para compreender a importância do autorreconhecimento e da completude organizacional dos indivíduos que compõem essa comunidade quilombola. em relação à sua ocupação territorial e sua história.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, o trabalho procura entender como a história negra da região da Lapa foi esvaziada, o que influenciou a invisibilidade e o apagamento da presença dos povos negros na região. Dessa forma, a pesquisa busca resgatar as memórias, os valores culturais e a identidade desses grupos, que foram marginalizados e excluídos da narrativa histórica oficial.

Para isso, foram abordados aspectos da história, cultura, política e direito, com o objetivo de destacar a importância da preservação da memória e identidade cultural das comunidades quilombolas, bem como a luta pela garantia de seus direitos territoriais e culturais. Desse modo, o estudo contribui para o avanço do conhecimento sobre as comunidades quilombolas e sua relação com a história e a cultura do Brasil.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a constituição, formação e uso atual do território da Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) Vila Esperança - Lapa - PR, e analisar suas relações com a fragilidade da

identidade étnico-cultural no processo de autorreconhecimento quilombola *e* o seu reflexo na constituição do vínculo comunitário.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O entrevistado pode sentir possível desconforto causado pela participação durante as entrevistas; o participante possui direito de recusa e/ou desistência sem qualquer penalidade

Benefícios:

Os benefícios desta pesquisa são a valorização da cultura quilombola, como também o entendimento sobre a ocupação territorial nesta comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Apresenta termo de sigilo, TCUD *e* carta de anuência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta documentos obrigatórios

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovação

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Proieto	PB_INFORMAÇOES_BASICAS_DO_PROJETO_2113249.odf	**04/04/2023** 14:02:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investiaador	PROJETOVilaesperanca.pdf	**04/04/2023** 14:00:27	ALLAN GILBERTO PEREIRA BARCELOS	Aceito
Declaração de concordância	CARTAAUTORIZACAOCOMUNIDADE.odf	**04/04/2023** 13:58:54	ALLAN GILBERTO PEREIRA	Aceito
Outros	termodesigilo.pdf	**04/04/2023** 13:57:58	ALLAN GILBERTO PEREIRA	Aceito
Outros	TERMOUSOVOZ.pdf	**04/04/2023** 13:56:05	ALLAN GILBERTO PEREIRA	Aceito
Outros	roteirosentrevistas.pdf	**04/04/2023** 13:55:51	ALLAN GILBERTO PEREIRA	Aceito
Outros	questionariocrq.pdf	**04/04/2023** 13:55:36	**ALLAN** GILBERTO PEREIRA	Aceito

Continuaçl)o do Parecer: 6.020.856

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECRQ.pdf	04/04/2023 13:54:25	ALLAN GILBERTO PEREIRA BARCELOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoup.pdf	04/04/2023 13:41:08	ALLAN GILBERTO PEREIRA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

CURITIBA, 25 de Abril de 2023

Assinado por:
NEI RICARDO DE SOUZA
(Coordenador(a))